



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA

LYEGE DE LIMA BORGES BASTOS

**CONCEPÇÕES DE FAMÍLIA POR CRIANÇAS EM
TRANSIÇÃO PARA A ADOLESCÊNCIA**

SALVADOR - BA
2019

LYEGE DE LIMA BORGES BASTOS

**CONCEPÇÕES DE FAMÍLIA POR CRIANÇAS EM
TRANSIÇÃO PARA A ADOLESCÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador como requisito à obtenção do título de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Prof^a Dra. Maria Auxiliadora Dessen

SALVADOR - BA
2019

Ficha Catalográfica. UCSal. Sistema de Bibliotecas

B327 Bastos, Lyege de Lima Borges
Concepções de família por criança em transição para adolescência / Lyege de Lima Borges Bastos. – Salvador, 2019.
175 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Família
na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Profª. Drª. Maria Auxiliadora Dessen.

1. Família 2. Arranjo familiar 3. Família - Conceção I. Universidade
Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação II. Dessen,
Maria Auxiliadora - Orientadora III. Título.

CDU 316.356.2

TERMO DE APROVAÇÃO

Lyege de Lima Borges Bastos

"CONCEPÇÕES DE FAMÍLIA POR CRIANÇAS EM TRANSIÇÃO PARA A ADOLESCÊNCIA."

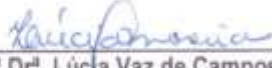
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Família
na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 27 de setembro de 2019.

Banca Examinadora:


Prof.^a Dr.^a Maria Auxiliadora da Silva Campos Dessen
Orientador(a) - (UCSAL)


Prof.^a Dr.^a Nara Liana Pereira Silva - (UFJF)


Prof.^a Dr.^a Lúcia Vaz de Campos Moreira - (UCSAL)

SALVADOR
2019

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus que me renova a cada dia com força e coragem para ir em busca dos meus sonhos.

Ao meu marido, Rogério, meu amor, meu companheiro que caminhou comigo nessa trajetória suavizando os desafios enfrentados com uma tolerância infinita. Minha eterna gratidão, meu amor! Sem você não ousaria tanto.

Aos meus filhos, Caio e Gabriel, vocês são minha renovação diária, fontes de inspiração.

Aos meus pais, Hélio e Sandra e avós, Diógenes e Berenice que incentivam as minhas conquistas e me animam com os seus exemplos de vida.

À minha irmã, Carine, sempre presente cooperando e estimulando a minha caminhada.

Aos familiares e amigos pela compreensão com a minha ausência em seus encontros.

À Lourdes, pelo carinho e fidelidade com os quais tem cuidado da nossa família para que eu possa me dedicar aos estudos.

À minha orientadora Prof.^a Dr^a Maria Auxiliadora Dessen, pela paciência e tolerância com os meus primeiros passos como pesquisadora. Pelos ensinamentos em pesquisa dentro da Ciência do Desenvolvimento Humano e contribuições para a realização deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, representado pela Coordenadora Prof^a Dr^a Lúcia Vaz de Campos Moreira, pela oportunidade e pelo compromisso com a vida acadêmica dos seus integrantes, docentes e discentes.

Aos colegas de curso, em especial minha amiga Andréa Paula, pelo apoio otimista e competente, meu respeito e admiração.

Aos participantes deste estudo e às suas famílias, pela parceria e confiança com as quais nos acolheram. Suas participações me instigaram o desejo de continuar...

RESUMO

BASTOS. Lyege de Lima Borges. Concepções de família por crianças em transição para a adolescência. Salvador, 2019. 168 p. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

As transformações econômicas e sociais vivenciadas pela sociedade, em especial na segunda metade do século XX, acarretaram mudanças significativas na estrutura e organização da família, bem como nas concepções dos membros acerca do seu conceito e funcionamento. Este estudo teve como objetivo geral investigar a perspectiva conceitual de 40 crianças em transição para a adolescência, membros de famílias nucleares e monoparentais, a respeito das novas configurações da família contemporânea e de que modo essas transformações na dinâmica familiar influenciam o seu desenvolvimento. Os objetivos específicos consistiram em identificar: (a) as concepções de família, focalizando: conceito, composição, função e divisão de papéis; (b) as percepções quanto às suas famílias de origem e projeções para o futuro do grupo familiar; e (c) as concepções sobre as seguintes tipologias de famílias: nuclear, monoparental, recasada e extensa. As crianças tinham entre 11 e 14 anos de idade, sendo 52,5% do sexo masculino e 47,5% do sexo feminino, e pertenciam a dois arranjos familiares: nuclear (67,5%) e monoparental (32,5%). As famílias participantes possuíam nível socioeconômico médio e médio baixo. A coleta de dados com as crianças foi efetuada em duas escolas: uma pertencente à rede pública de ensino e a outra à rede particular; os dados sociodemográficos das famílias foram fornecidos pelos genitores, via telefone. As crianças foram solicitadas a preencher três questionários sobre: (a) conceituação de família; (b) expectativas futuras acerca das respectivas famílias; e (c) percepções dos diferentes arranjos familiares. Os resultados foram analisados considerando quatro subgrupos, em função do tipo de arranjo familiar das crianças (nuclear e monoparental) e da fase de transição para a adolescência (inicial e final). As crianças, independentemente do tipo de configuração familiar e da fase de transição, conceberam a família pautada mais nos vínculos afetivos do que nos laços de consanguinidade, havendo mais similaridades do que diferenças em suas concepções. No entanto, há diferenças entre as expectativas das crianças de arranjos nucleares e monoparentais acerca do futuro dos seus pais. A maior parte das crianças do grupo nuclear percebe seus pais como idosos e trabalhando, mas, principalmente, felizes e unidos no futuro, enquanto a maioria das crianças do grupo monoparental imagina seus pais apenas como idosos e aposentados. Quanto à percepção das diferentes configurações familiares, a família nuclear continua sendo vista como a ‘mais perfeita’ e com condições de fornecer um ambiente melhor para se viver, particularmente pelas crianças pertencentes ao arranjo monoparental e por crianças em fase inicial de transição. Tanto as famílias recasadas quanto as monoparentais foram classificadas como ruins, por diferentes razões, enquanto as famílias extensas foram percebidas com qualificações mais positivas (63,4%) do que negativas (7,3%). Os resultados deste estudo sugerem a forte necessidade de ampliar as pesquisas sobre as concepções atuais de família e de diferentes configurações familiares por crianças e adolescentes brasileiros, visando formulações de políticas públicas direcionadas a essa faixa etária e aos diferentes arranjos familiares.

Palavras-chave: Família, Adolescência; Arranjos familiares; Concepções de família.

ABSTRACT

BASTOS, Lyege de Lima Borges. Conceptions of Family by children in transition to adolescence. Salvador, 2019. 168 p. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

The economic and social transformations experienced by society, especially in the second half of the twentieth century, resulted in significant changes in the family structure and organization, as well as in the members' conceptions about its concept and functioning. This study aims to investigate the conceptual perspective of 40 children in transition to adolescence, members of nuclear and single parent families, regarding the new configurations of the contemporary family and also how the changes in family dynamics influence their development. The specific objectives were to identify: (a) family conceptions focusing on: definition, composition, function and role division; (b) perceptions of their families of origin and projections for the future of the family group; and (c) conceptions of the following family typologies: nuclear, single parent, remarried, and extended. At the time of data collection, the children (52.5% male, 47.5% female) were between 11 and 14 years old and belonged to two family arrangements: nuclear (67.5%) and single parent (32.5%). The participating families were from low and medium socioeconomic status. Data collection with the children was conducted in two schools: one belonging to the public school system and the other to the private school system. The sociodemographic data of the families were provided by the parents via telephone. The children were requested to fill three questionnaires about: (a) conception of family; (b) future expectations regarding their families; and (c) perceptions of different family arrangements. The results were analyzed considering four subgroups, according to the type of family arrangement of the children (nuclear and single parent) and the stage of transition to adolescence (initial and final). Regardless of the type of family configuration and the transition phase, the children conceived the family based more on affective bonds than on consanguinity links, having more similarities than differences in their conceptions. However, there are differences among the expectations of the children of nuclear and single parent arrangements regarding the future of their parents. The majority of the children from the nuclear group perceive their parents as elderly and working, but mainly happy and united in the future, whereas most children in the one-parent group imagine their parents only as elderly and retired. In terms of the perception of the different family configurations, the nuclear family continues to be seen as the 'most perfect' and able to provide a better living environment, particularly for children in the single-parent arrangement and for children in the early stages of transition. Both remarried and single-parent families were classified as bad for different reasons, while extended families were perceived with more positive (63.4%) than negative (7.3%) qualifications. The results of this study suggest the strong need to expand research on current conceptions of family and different family configurations by Brazilian children and adolescents, aiming at formulating public policies directed to this age group and different family arrangements.

Keywords: Family, Adolescence; Family arrangements; Conceptions of family.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REVISÃO DE LITERATURA	26
2.1 PERCURSO DA FAMÍLIA ENTRE OS SÉCULOS XVII E XX	26
2.2 FAMÍLIA: MUDANÇAS CONCEITUAIS E IMPLICAÇÕES PARA A PESQUISA	29
2.3 AS CONCEPÇÕES DE “FAMÍLIA” NA PERSPECTIVA DE MÃES, PAIS E CRIANÇAS	34
3 MÉTODO	47
3.1 PROCEDIMENTOS PARA A SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES	47
3.1.1 AS CRIANÇAS PARTICIPANTES	48
3.1.2 AS FAMÍLIAS DAS CRIANÇAS PARTICIPANTES	51
3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS	54
3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	55
3.3.1 PRIMEIRO INSTRUMENTO	57
3.3.2 SEGUNDO INSTRUMENTO	60
3.3.3 TERCEIRO INSTRUMENTO	64
4 RESULTADOS	66
4.1 – 1º INSTRUMENTO: CONCEPÇÕES DE FAMÍLIA POR GRUPO: O QUE PENSO SOBRE FAMÍLIA?	66
4.1.1 O que é uma família?	66
4.1.2 Quem faz parte de uma família?	70
4.1.3 Para que serve uma família?	74
4.1.4 O que uma família faz?	75
4.1.4.1 Quanto ao papel da família	76
4.1.4.2 Quanto ao papel do pai	77
4.1.4.3 Quanto ao papel da mãe	79
4.1.4.4 Quanto ao papel do filho/irmão	81
4.2 – 2º INSTRUMENTO – PERCEPÇÕES SOBRE A MINHA FAMÍLIA E O SEU FUTURO	82
4.2.1 Minha família é... ..	82
4.2.2 Como eu me sinto fazendo parte da minha família?	86

4.2.3 Se eu pudesse, o que mudaria na minha família?	88
4.2.4 Como eu vejo a minha família (atual) daqui há 10 anos?	92
4.2.4.1 <i>Expectativa do adolescente sobre si mesmo</i>	92
4.2.4.2 <i>Expectativa sobre a família</i>	94
4.2.4.3 <i>Expectativa sobre o pai e a mãe</i>	96
4.3 – 3º INSTRUMENTO – PERCEPÇÕES SOBRE OS DIFERENTES ARRANJOS FAMILIARES	98
4.3.1 Percepções acerca da família nuclear, por grupo	101
4.3.2 Percepções acerca da família monoparental, por grupo	103
4.3.3 Percepções acerca da família recasada, por grupo	104
4.3.4 Percepções acerca da família extensa, por grupo	106
5 DISCUSSÃO	109
5.1 AS CRIANÇAS DE ARRANJOS NUCLEARES E MONOPARENTAIS, DE ANOS INICIAIS E FINAIS DA TRANSIÇÃO PARA A ADOLESCÊNCIA, DIFEREM A RESPEITO DO CONCEITO, DA ESTRUTURA E DAS FUNÇÕES DE FAMÍLIA?	110
5.1.1 A concepção de ‘família’: similaridades e diferenças	110
5.1.2 ‘Quem faz parte da família’?	111
5.1.3 ‘Para que serve uma família’?	113
5.1.4 ‘O que uma família faz’?	114
5.2 SENTIMENTOS E SATISFAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÀS FAMÍLIAS DE ORIGEM E EXPECTATIVAS FUTURAS QUANTO À SUA FAMÍLIA. HÁ DIFERENÇAS ENTRE CRIANÇAS DE ARRANJOS NUCLEARES E MONOPARENTAIS E DE ANOS INICIAIS E FINAIS DA TRANSIÇÃO PARA A ADOLESCÊNCIA?	117
5.3 O que PENSAM AS CRIANÇAS DE ARRANJOS NUCLEARES E MONOPARENTAIS E DE FASE INICIAIS E FINAL DE TRANSIÇÃO PARA A ADOLESCÊNCIA SOBRE DIFERENTES ARRANJOS FAMILIARES?	123
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS	131

ANEXOS	143
ANEXO A – QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA FAMILIAR	143
ANEXO B – QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DO CLIMA FAMILIAR	150
APÊNDICES	151
APÊNDICE A – CARTA À INSTITUIÇÃO DE ENSINO	151
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DAS CRIANÇAS PARTICIPANTES	152
APÊNDICE C – CARTA-CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA (FAMÍLIAS)	153
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	154
APÊNDICE E – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	156
APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO (1) CONCEITUANDO FAMÍLIA	158
APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO (2) AVALIANDO A FAMÍLIA ATUAL	159
APÊNDICE H – QUESTIONÁRIO (3) AVALIANDO OS ARRANJOS FAMILIARES	160
APÊNDICE I – EXPECTATIVAS SOBRE A FAMÍLIA FUTURA	161
APÊNDICE J – TABELA 18: PERCEPÇÕES SOBRE OS ARRANJOS NUCLEARES: ATRIBUTOS POSITIVOS	162
APÊNDICE K – TABELA 19: PERCEPÇÕES SOBRE OS ARRANJOS NUCLEARES: ATRIBUTOS NEUTROS	163
APÊNDICE L – TABELA 20: PERCEPÇÕES SOBRE OS ARRANJOS NUCLEARES: ATRIBUTOS POSITIVOS	164
APÊNDICE M – TABELA 21: PERCEPÇÕES SOBRE OS ARRANJOS MONOPARENTAIS: ATRIBUTOS POSITIVOS	165
APÊNDICE N – TABELA 22: PERCEPÇÕES SOBRE OS ARRANJOS MONOPARENTAIS: ATRIBUTOS NEUTROS	166
APÊNDICE O – TABELA 23: PERCEPÇÕES SOBRE OS ARRANJOS MONOPARENTAIS: ATRIBUTOS NEGATIVOS	167
APÊNDICE P – TABELA 24: PERCEPÇÕES SOBRE FAMÍLIAS RECASADAS: ATRIBUTOS POSITIVOS	168
APÊNDICE Q – TABELA 25: PERCEPÇÕES SOBRE FAMÍLIAS RECASADAS: ATRIBUTOS NEUTROS	169

APÊNDICE R – TABELA 26: PERCEPÇÕES SOBRE FAMÍLIAS RECASADAS:	
ATRIBUTOS NEGATIVOS	170
APÊNDICE S – TABELA 27: PERCEPÇÕES SOBRE FAMÍLIAS EXTENSAS:	
ATRIBUTOS POSITIVOS	171
APÊNDICE T – TABELA 28: PERCEPÇÕES SOBRE FAMÍLIAS EXTENSAS:	
ATRIBUTOS NEUTROS	172
APÊNDICE U – TABELA 29: PERCEPÇÕES SOBRE FAMÍLIAS EXTENSAS:	
ATRIBUTOS NEGATIVOS	173

ÍNDICE DE QUADROS

Instrumento 1	Sistemas de Categorias sobre Concepções de Família.....	58
Quadro 1	O que é uma família?.....	58
Quadro 2	Quem faz parte de uma família?.....	58
Quadro 3	Para que serve uma família?.....	58
Quadro 4	O que uma família faz?.....	59
 Instrumento 2	 Sistema de Categorias sobre Expectativas Quanto a Família	 60
	Atual e ao seu Futuro	
Quadro 5	Minha família é.....	60
Quadro 6	Como me sinto fazendo parte da minha família?.....	60
Quadro 7	Se pudesse, o que mudaria na minha família?.....	61
Quadro 8	Como eu vejo minha família atual daqui há uns 10 anos?	
	Expectativas sobre a família.....	62
Quadro 9	Como eu vejo minha família atual daqui há uns 10 anos?	
	Expectativas do adolescente em transição sobre si mesmo.....	62
Quadro 10	Como eu vejo minha família atual daqui há uns 10 anos?	
	Expectativas sobre o pai e a mãe.....	63
Quadro 11	Como eu vejo minha família atual daqui há uns 10 anos?	
	Expectativas sobre os irmãos.....	63
 Instrumento 3	 Sistema de Categorias sobre Percepções acerca dos	
	diferentes Arranjos Familiares.....	64
Quadro 12	Percepção dos diferentes arranjos familiares - Atributos positivos	64
Quadro 13	Percepção dos diferentes arranjos familiares - Atributos neutros	65
Quadro 14	Percepção dos diferentes arranjos familiares - Atributos negativos	65

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Arranjos Familiares das Crianças Participantes	51
Figura 2 - Percentuais dos atributos sobre a família nuclear, por grupo (GN/GM e GI/GF)	101
Figura 3 - Percentuais dos atributos sobre a família monoparental, por grupo (GN/GM e GI/GF)	103
Figura 4 - Percentuais dos atributos sobre a família recasada, por grupo (GN/GM e GI/GF)	105
Figura 5 - Percentuais dos atributos sobre a família extensa, por grupo (GN/GM e GI/GF)	107

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização dos participantes: sexo, idade e tipo de escola.....	50
Tabela 2 - Caracterização dos participantes: posição em relação à ordem de nascimento	50
Tabela 3 – Características das Famílias Participantes: Moradia, renda, constelação familiar	52
Tabela 4 – Características dos genitores participantes: Idade, escolaridade e ocupação	54
Tabela 5 – Frequência e Percentual de Categorias para a questão: “O que é ser família?”, por grupos nucleares e monoparentais.....	68
Tabela 6 – Frequência absoluta e percentual das Categorias para a questão: “Quem faz parte de uma família?”, por grupo.....	72
Tabela 7 – Frequência e percentual de categorias para a questão: “Para que serve uma família?”, com especificação dos tipos de arranjos e da fase de transição	74
Tabela 8 – Frequência e percentual de categorias para a questão: “O que uma família faz?”, com especificação dos tipos de arranjos e da fase de transição. Quanto ao papel da família	76
Tabela 9 – Frequência e percentual de categorias para a questão: “O que uma família faz?”, com especificação dos tipos de arranjos e da fase de transição. Quanto ao papel do pai	78
Tabela 10 – Frequência e percentual de categorias para a questão: “O que uma família faz?”, com especificação dos tipos de arranjos e da fase de transição. Quanto ao papel da mãe	79

Tabela 11 – Frequência e percentual de categorias para a questão: “O que uma família faz?”, com especificação dos tipos de arranjos e da fase de transição. Quanto ao papel do filho/irmão	81
Tabela 12 – Frequência e percentual de categorias para a questão: Minha família é...	84
Tabela 13 – Frequência e percentual de categorias para a questão: Como eu me sinto fazendo parte da minha família?	87
Tabela 14– Se eu pudesse o que mudaria na minha família?	90
Tabela 15 – Como eu vejo a minha família atual daqui há 10 anos? Expectativa do adolescente sobre si mesmo	93
Tabela 16 – Como eu vejo a minha família atual daqui há 10 anos? Expectativa sobre a família	95
Tabela 17 – Como eu vejo a minha família atual daqui há 10 anos? Expectativa sobre o pai e a mãe	97
Tabela 18- Percepção acerca dos Arranjos Nucleares: Atributos Positivos	162
Tabela 19 - Percepção acerca dos Arranjos Nucleares: Atributos Neutros	163
Tabela 20 - Percepção acerca dos Arranjos Nucleares: Atributos Negativos	164
Tabela 21 - Percepção acerca dos Arranjos Monoparentais: Atributos Positivos	165
Tabela 22 - Percepção acerca dos Arranjos Monoparentais: Atributos Neutros	166
Tabela 23 - Percepção acerca dos Arranjos Monoparentais: Atributos Negativos	167
Tabela 24 - Percepção acerca das Famílias Recasadas: Atributos Positivos	168
Tabela 25 - Percepção acerca das Famílias Recasadas: Atributos Neutros	169
Tabela 26 - Percepção acerca das Famílias Recasadas: Atributos Negativos	170
Tabela 27 - Percepção acerca das Famílias Extensas: Atributos Positivos	171
Tabela 28 - Percepção acerca das Famílias Extensas: Atributos Neutros	172
Tabela 29 - Percepção acerca das Famílias Extensas: Atributos Negativos	173

1 INTRODUÇÃO

Este estudo consiste em uma dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador. Devido ao reconhecimento da família como o primeiro lócus de socialização da criança e considerando a sua importância para o desenvolvimento humano, muitos pesquisadores, particularmente das áreas de Ciências Humanas e Sociais, têm envidado esforços na produção do conhecimento a respeito de concepções e diferentes formas de funcionamento das famílias contemporâneas.

O conceito de família vem passando por significativas transformações nas últimas décadas (HODKIN; VACHERESSE; BUFFETT, 1996; BELTRAME; BOTTOLI, 2010; BELTRÃO-GOMES; APARECIDA-CREPALDI; BIGRAS, 2013). Essas mudanças no conceito de família são decorrentes, em parte, das modificações nas relações de trabalho, com a absorção das mulheres em cargos competitivos no mercado, com ocupações remuneradas alterando a rotina familiar (WAGNER et al., 2005). Nesse sentido, passa a existir uma maior necessidade de negociação referente a mudanças nos cuidados com os filhos e nas divisões das tarefas domésticas, já que ambos os genitores passaram a ter ocupação remunerada fora de casa (LEWIS; DESSEN, 1999; MONTEIRO et al., 2010; BASTOS et al., 2013).

A análise das condições de vida da população brasileira, feita por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), divulgada pelo IBGE (BRASIL, 2016), apresenta novos indicadores sociais que revelam essas mudanças nos arranjos familiares. A síntese desses indicadores produzida pela PNAD conceitua família seguindo os princípios e as recomendações para censos populacionais e habitacionais das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2015). Com base nessas recomendações (BRASIL, 2016), a família é compreendida como um tipo de arranjo em que os integrantes, residentes em um mesmo domicílio, são ligados por laços de parentesco, em grau específico, por meio de sangue, adoção ou casamento.

De acordo com os dados encontrados em recente censo do IBGE (BRASIL, 2016), foi registrado que o tipo de núcleo familiar mais comum no Brasil ainda corresponde ao casal com filhos (42,3%), seguido por casal sem filhos (20,0%) e por mulher sem cônjuge e com filhos (16,3%). Portanto, houve uma queda da formação do núcleo familiar constituído por casal com filhos em relação à década anterior, passando de 50,1% para 42,3% do total dos arranjos.

Em contrapartida, a proporção de famílias compostas por casal sem filhos coabitando registrou, dentro desse mesmo período, um aumento de 15,2% para 20,0% e o número de mulheres sem cônjuge e com filhos teve uma pequena diminuição, passando de 18,2% para 16,3% (BRASIL, 2016). Esse dado pode estar relacionado ao aumento do número de famílias recasadas e famílias extensas (ABRAMOVAY; CASTRO, 2015). Muito embora haja variabilidade nas tipologias familiares (como famílias descasadas e recasadas, uniões homoafetivas, famílias monoparentais geridas por um dos cônjuges, famílias extensas), ainda há um predomínio da formação da família nuclear formada por pai, mãe e filhos no Brasil (BRASIL, 2016). Esses dados coincidem com os de alguns países do norte da Europa, dos Estados Unidos e do Canadá (GEORGAS, 2003).

Apesar de as formas alternativas de convivência familiar estarem cada vez mais caracterizando o cenário social brasileiro (GOMES; RESENDE, 2004; ABRAMOVAY; CASTRO, 2015), neste trabalho, optamos por focalizar duas das tipologias de família devido as suas peculiaridades: a monoparental e a nuclear. A complexidade que caracteriza os arranjos familiares formados por apenas um dos cônjuges com seus filhos e o predomínio ainda existente do número de famílias nucleares, conforme elucidado anteriormente (BRASIL, 2016), justificam, por si só, a escolha feita.

A complexidade da dinâmica da família monoparental perpassa pelo fato de ser aquela que conta com a presença de um genitor apenas, sendo este responsável pelos seus descendentes no que se refere aos seus direitos básicos como: moradia, educação e alimentação. Essa modalidade de entidade familiar é instituída por vontade própria dos envolvidos, por demandas socioculturais e/ou emocionais e/ou por decorrência do óbito de um dos genitores. Assim, a sua formação pode ser por meio de um ato involuntário, por uma viuvez ou uma mãe solteira que não pode contar com o apoio do pai, ou pela livre escolha do genitor por intermédio do divórcio, da adoção ou de inseminação artificial (SANTOS, 2009).

Independente de como se dá a sua formação, é comum se observar que a monoparentalidade decorre da ausência constante de um dos genitores e até do rompimento de uma relação afetiva. Em muitos casos, são famílias marcadas por fortes perdas de seus vínculos remetendo seus membros a danos psicossociais significativos. Como consequência, existe uma tendência à redução da renda e à sobrecarga de funções e papéis do genitor sendo recorrente a participação e intervenção de outros familiares para o seu funcionamento. É muito comum, por exemplo, a presença constante da avó materna, tias, primas atuando como uma rede social de apoio às mães que chefiam suas casas e cuidam dos filhos sozinhas (SANTOS, 2009).

É exatamente devido à complexidade característica desse tipo de arranjo, que se faz necessário o investimento em estudos científicos que possam contribuir para a implementação de políticas públicas que reconheçam a necessidade de proteção e segurança, por parte do estado, para essas famílias e que viabilizem a concessão de benefícios previdenciários, garantindo a própria igualdade substancial para a sua existência e sobrevivência (FARIAS, 2010). Um passo importante para a compreensão do funcionamento familiar é conhecer quais são as concepções que mães, pais e filhos que convivem em famílias monoparentais têm sobre o que é ser “família”. Traçar um quadro comparativo entre as concepções características dos diferentes arranjos familiares contemporâneos deveria fazer parte da agenda de pesquisa da área de investigação denominada de ‘estudos interdisciplinares da família’.

Independentemente da conceituação de família baseada em censos populacionais e habitacionais, as concepções que cada membro tem acerca do que é ser família e de quem faz parte dela, estão associadas às experiências pessoais que dão a essa instituição um caráter próprio e singular (PETZOLD, 1996). Segundo Petzold (1996), por se tratar de um construto social, a família é definida a partir de tais experiências, não existindo, assim, uma forma padrão de se concebê-la.

Em concordância com Petzold (1996), esta pesquisa parte do princípio de que compreendendo como os membros concebem família é possível um entendimento maior sobre o funcionamento da família brasileira. No entanto, considerando a escassez de tempo e de recursos para investigar o conceito de família sob a perspectiva de todos os membros familiares, foi priorizado o ponto de vista de crianças entre 11 e 14 anos, que se encontram na transição da infância para a adolescência.

A fase de transição da infância para a adolescência é entendida como um período próprio do desenvolvimento humano, no qual ocorrem mudanças significativas que envolvem uma migração das condições de vida infantil para uma experiência de maior estabilidade e definições de papéis. Essas mudanças estão associadas às transformações biológicas caracterizadas pelo rápido crescimento físico e pela eclosão hormonal, além da maturação cognitiva e sexual. As interações dessas mudanças refletem na forma de pensar e de agir dessas crianças em transição, oferecendo-lhes maior habilidade para avaliar as consequências dos seus comportamentos (KEATING, 2004; SMETANA et al., 2006; ESTEVES; ABRAMOVAY, 2015).

Além das mudanças normativas, a entrada na adolescência é caracterizada por diferenças nas relações dos adolescentes com o mundo que os cerca, aumento de suas redes sociais, atuação mais próxima dos pares e um gradativo distanciamento dos seus pais,

intensificando os questionamentos acerca dos seus comportamentos e valores (UMBERSON et al., 2005). Por muito tempo, a percepção que as pessoas tinham da adolescência se fundia com a percepção que era construída acerca da infância (ARIÈS, 1981). Gradativamente, a adolescência foi se tornando foco de interesse de estudos científicos na tentativa de descobrir se essa é uma fase diferenciada no desenvolvimento, marcada ou não por características normativas e universais, incluindo os diferentes níveis de turbulências.

A evolução do estudo científico concernente às questões voltadas para a adolescência é identificada a partir de dois períodos teóricos expressivos (GOOSENS, 2006; LERNER; STEINBERG, 2009). O primeiro período, do início do século XX até meados de 1970, foi marcado pelos estudos descritivos. O segundo período, iniciado a partir da década de 1970, priorizou os estudos teóricos e as formulações de hipóteses para a compreensão do desenvolvimento humano (LERNER; STEINBERG, 2009). Esses estudos investigativos estruturaram algumas teorias sob a égide organísmica e contextualista.

Sob os princípios organísmicos, o nome pioneiro que se destaca no estudo mais amplo sobre a psicologia da adolescência foi Granville Stanley Hall, com seus dois volumes clássicos publicados em 1904 e intitulados ‘Adolescência’ (CAMPOS, 2012). O autor definiu adolescência como um estágio de desenvolvimento que ocorre entre as idades de 14 e 24 anos e é caracterizado por um período de transição, de maturação biológica e de comportamentos subversivos (OZELLA, 2002). Nesse sentido, a adolescência foi compreendida como uma fase de transição que traz características universais e inevitáveis.

Foi a partir dos seus estudos que houve um reconhecimento social da adolescência como um período do curso da vida que compreende uma transição da infância para a vida adulta (VILLELA; DORETO, 2006). As concepções de Hall (1904) foram influenciadas pela teoria da evolução biológica de Darwin e, por essa razão, o desenvolvimento da personalidade foi associado a fatores biológicos, geneticamente determinados, imutáveis e universais, sendo pouco influenciado por fatores ambientais (CAMPOS, 2012).

Outra abordagem pautada no paradigma organicista foi a psicanálise desenvolvida por Sigmund Freud (1856-1939). Após seus estudos e consequente evolução da teoria, a adolescência foi compreendida como um ajustamento da personalidade às transformações fisiológicas da puberdade e, mais especificamente, com as reações libidinais (CAMPOS, 2012, p. 34). Para Freud, a adolescência não foi identificada como uma fase diferenciada no desenvolvimento. O autor sugere que, nessa fase, ocorre uma atualização dos impulsos sexuais vivenciados anteriormente pelas crianças em cada estágio psicosssexual do desenvolvimento: fase oral, fase anal e fase edípica.

Para Freud, o adolescente usa a intelectualização como mecanismo de defesa, transpondo sua libido voltada às questões corporais concretas para as questões mais abstratas. Nesse sentido, as turbulências encontradas durante esse período são consideradas, sob esta perspectiva teórica, normais e necessárias para a adaptação do adolescente na sua jornada pela busca de identidade e por um novo sentido do seu papel social (FREUD, 1968-1982).

Em meados do século XX, Erikson (1998) formula a teoria psicossocial do desenvolvimento humano baseado nas ideias de Ana Freud acerca dos estágios de busca do domínio do ego. Inserindo a perspectiva da antropologia cultural, Erikson (1998) enfatiza em sua teoria uma concepção ampliada do ego, considerando que esse sofre as pressões sociais e suas influências (RABELO; PASSOS, 2001). De acordo com Rabelo e Passos, Erikson compreende que o curso de vida é um contínuo no qual cada fase influencia a fase seguinte, sendo todas as fases moldadas pelo ambiente e pelas relações sociais que os indivíduos mantêm.

Em sua teoria dos estágios do desenvolvimento psicossocial, Erikson considera que o ego passa por uma crise que pode ter um desfecho positivo ou negativo. Quando a resolução da crise de cada fase acontece de forma positiva, surge um ego mais consolidado e fortalecido. Entretanto, quando a resolução acontece de forma negativa, forma-se um ego mais frágil e instável (ERIKSON, 1976). Por meio dessas crises e das experiências vivenciadas em cada estágio, a personalidade vai sendo reformulada e o ego vai buscando adaptações. (ERIKSON, 1976).

A fase da puberdade e da adolescência foi analisada por Erikson (1976) como uma etapa que compõe o quinto estágio evolutivo e tem suas peculiaridades, pois se trata de um período no qual se abandona a infância e dá-se início à vida adulta. Alguns autores (ERIKSON, 1976; KEHL, 2004) atribuem a esse período o sentido de moratória, já que se caracteriza como um tempo de espera vivido pelos que já não são mais crianças, mas ainda não estão empossados da autonomia e maturidade da vida adulta (KEHL, 2004; ABRAMOVAY; ESTEVES, 2015).

Erikson (1976) considera que essa fase é a que mais necessita de segurança em virtude de todas as transformações físicas e psicológicas próprias desse período. O autor salienta que, nessa fase, os adolescentes estão em busca de muitas respostas sobre sua identidade e seu papel na sociedade. Em razão dessa busca de identidade e da descoberta do seu papel na sociedade, podem experimentar momentos de instabilidade que geram diferentes sentimentos. (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2015).

Para tratar sobre a adolescência, Erikson dedicou um livro inteiro sobre o que denominou de crise de identidade. Essa crise se constitui a partir de muitas indagações por parte dos jovens acerca da sua identificação ou não com os pais, sobre seu papel social e suas projeções futuras (ERIKSON, 1976). Eles começam a formação de grupos de identificação, intensificando a necessidade de relação com seus pares, e gradativamente se afastam do convívio com os pais. Esse afastamento decorre da tentativa de separar sua identidade da de seus pais e da necessidade intensa em se inserir em um grupo social (CAMPOS, 2012)

Ainda, segundo Erikson (1987), o adolescente pode enfrentar a confusão de identidade na tentativa de encontrar seu papel social e o seu espaço no mundo. Essa confusão de identidade corresponde ao nível de preocupação que esses jovens têm com a opinião dos outros, em especial dos seus grupos de pertença. Essa preocupação os leva a mudarem de opinião e de atitudes com muita frequência em um curto espaço de tempo (RABELO; PASSOS, 2001).

A forma como o adolescente vai lidar com a crise de identidade tem a ver com a solução das crises em estágios anteriores (ERIKSON, 1987). Nesse sentido, quanto melhor o adolescente tiver solucionado as crises relativas aos estágios anteriores, maior a sua probabilidade de conquistar, nessa fase, a estabilidade da identidade e, posteriormente, alcançar a lealdade e a fidelidade a suas convicções, desenvolvendo um senso de identidade contínua. (RABELO; PASSOS, 2001).

Outros dois grupos de teorias que seguem o modelo organicista são as teorias socioculturais e as cognitivas. Margaret Mead (1928-1979), nome que merece destaque entre os antropólogos sociais e culturais, relaciona as turbulências desta fase considerada universal ao idealismo que o jovem vive a partir do seu estilo de vida e da sua cultura. Por outro lado, o precursor das teorias cognitivas, Jean Piaget, privilegia os processos cognitivos. Para os teóricos cognitivistas, os comportamentos turbulentos dos adolescentes são originados pelas transformações próprias dessa fase que alteram a forma de pensar e de compreender a realidade para se adaptar e mudar o mundo ao seu redor (INHELDER; PIAGET, 1958/1976).

De acordo com Goosens (2006) e Lerner e Steinberg (2009), essas teorias clássicas foram insuficientes para explicar o desenvolvimento humano, pois priorizavam a apresentação das características individuais entre aspectos maturacionais e genéticos separadas de seus contextos. O segundo período que caracterizou os avanços científicos sobre a adolescência teve início a partir da década de 1970, à proporção que as pesquisas empíricas foram associadas aos novos modelos teóricos explicativos do desenvolvimento humano.

Sob a égide contextualista, esses novos modelos ressaltavam a dinâmica das inter-relações entre a díade indivíduo/contexto, assim como enfatizavam a importância do tempo e do espaço nas questões voltadas para o desenvolvimento humano (GOOSENS, 2006). Além disso, consideravam a pessoa em um desenvolvimento contínuo, em virtude das constantes mudanças ocorridas nas relações com o contexto.

Nesse período em que disseminavam os princípios contextualistas, pesquisadores do desenvolvimento iniciaram uma tentativa de sintetizar conhecimentos de diversas teorias sociais, psicológicas e biocomportamentais, no intuito de investigar melhor o desenvolvimento em sua complexidade. A *ciência do desenvolvimento* surge como um modelo proposto por esses estudiosos, compreendendo o desenvolvimento em sua dimensão multifatorial (CAIRNS, ELDER JR.; COSTELLO, 1996; MAGNUSSON; CAIRNS, 1996).

Para pensar o desenvolvimento sob essa perspectiva, faz-se necessário uma investigação acerca das propriedades estruturais e funcionais do indivíduo e do contexto, suas interações e como estas produzem continuidades e descontinuidades no desenvolvimento, ao longo do tempo. Nesse sentido, o desenvolvimento passou a ser reconhecido como epigenético e probabilístico, levando em consideração a interação bilateral entre aspectos biológicos e contextuais para investigar a complexidade dos processos que o influenciam diretamente. (DESSEN; COSTA JUNIOR, 2005; SIFUENTES; DESSEN; LOPES DE OLIVEIRA, 2007)

Dentro desse cenário, a abordagem Bioecológica de Bronfenbrenner (1979/1996) para o estudo do desenvolvimento humano é a orientação teórica que melhor representa essa visão acerca do desenvolvimento, pois este autor acreditava que para compreender o seu funcionamento era preciso analisar os modelos relacionais e as interações entre os indivíduos e seus contextos, e não se deter somente nas características biológicas e psicológicas dos indivíduos. De acordo com essa abordagem, o indivíduo, incluindo aquele que se encontra em transição para a adolescência, atua socialmente como sujeito ativo (pessoa), em constante interação (processo) com diferentes contextos (contexto) organizados por sistemas interdependentes (micro – meso – exo – macrosistemas), produzindo mudanças ou constâncias sucessivas em seu desenvolvimento, ao longo do tempo (BRONFENBRENNER; EVANS, 2000). Assim, esse paradigma aponta para a necessidade de se conceber o desenvolvimento do adolescente dentro de uma visão mais relacional e contextual, para além da ênfase nas transformações maturacionais (DESSEN; SENNA, 2014).

Os compêndios mais antigos que se encarregaram de definir e ampliar as reflexões acerca da adolescência tomaram como base epistemológica, ontológica e metodológica, o

paradigma organicista por priorizar a apresentação das dicotomias entre as características maturacionais e genéticas e fatores particularmente contextuais (GOOSENS, 2006; LERNER; STREINBERG, 2009). Nesse caso, os indivíduos eram separados dos seus contextos para serem estudados e, muitas vezes, esses estudos retratavam uma relação de causa/efeito como explicação da realidade ao propor investigar, por exemplo, sobre como o contexto determina o desenvolvimento (TUDGE, 2012).

Entretanto, a literatura mais atual busca as bases epistemológica, ontológica e metodológica do paradigma contextualista para as reflexões sobre a família e sobre a adolescência. Ao contrário das teorias organicistas, as teorias contextualistas propõem a investigação sobre como o desenvolvimento emerge da inter-relação entre indivíduos e seus contextos (TUDGE, 2012). Nesse sentido, os indivíduos não podem ser separados dos seus contextos para serem investigados e a família constitui o contexto mais relevante para se compreender o desenvolvimento do indivíduo.

Muitas famílias costumam enfrentar os desafios da transição para a adolescência elaborando formas distintas de comunicação, na tentativa de manter sua funcionalidade. Em alguns casos, os conflitos gerados pelas mudanças normativas dessa faixa etária, bem como pela falta de comunicação entre pais e filhos ou por uma comunicação de valor negativo e disfuncional, podem tornar os adolescentes mais vulneráveis e inseguros, comprometendo, assim, a estabilidade do clima familiar (KREPPNER; ULLRICH, 1999).

Mas, como podemos conceituar a adolescência hoje? Quais limites a definem? Como a própria etimologia do termo *adolescere* sugere, sendo *ad* = “para” e *olescere* = “crescer”, a adolescência pode ser compreendida como um processo de mudanças que promovem o crescimento em determinado período do desenvolvimento humano situado entre a infância e a vida adulta (HORTA; SENA, 2010). Nesse sentido, a transição para a adolescência é entendida como um processo evolutivo contínuo do desenvolvimento humano, por meio do qual ocorrem modificações transitórias da condição de uma vida infantil para uma nova fase de grandes alterações físicas, emocionais, cognitivas e sociais.

O modelo Bioecológico de Bronfenbrenner em consonância com a perspectiva da orientação teórica do curso de vida, a qual propõe a identificação dos estágios de vida – infância, adolescência, adultez e velhice – trouxe uma visão mais otimista do potencial humano para se desenvolver positivamente a partir das conexões inter-relacionais entre indivíduos e seus contextos e de intervenções apropriadas realizadas por meio de programas comunitários voltados para jovens em situação de riscos. Nesse sentido, na perspectiva deste modelo, as trocas relacionais podem tornar positivo o desenvolvimento dos indivíduos, desde

que haja um compromisso mútuo do adolescente, enquanto sujeito ativo, e dos seus diferentes contextos – família, escola, sociedade, que funcionam como suportes sociais para favorecê-lo (SENNA; DESSEN, 2012).

De acordo com essas tendências atuais de se conceber o desenvolvimento e o período da adolescência, é possível reconhecer o avanço da iniciativa científica em ultrapassar a visão conceitual que determina a adolescência apenas como um período de grandes instabilidades, turbulências e de crise de identidade fundamentadas prioritariamente nas transformações maturacionais. A nova proposta identifica os recursos pessoais (talentos, interesses, potencialidades), o valor da estimulação social e a possibilidade de um maior engajamento do indivíduo com o seu próprio desenvolvimento enquanto sujeito ativo desse processo. (SENNA; DESSEN, 2012).

Portanto, faz-se necessário conhecer as percepções dos adolescentes em suas vivências atuais, seus relacionamentos e suas projeções futuras para nortear a formulação de políticas públicas alicerçadas nessa nova visão positivada, viabilizando a ação de programas comunitários que estimulem o desenvolvimento saudável dos adolescentes. É exatamente pelos desafios vivenciados nesta etapa de transição para a adolescência que envidamos esforços para compreender o que pensam os pré-adolescentes de famílias monoparentais e nucleares a respeito do conceito de família e do funcionamento de sua própria família.

Moreira, Rabinovick e Fornasier (2018) ressaltam que a literatura internacional já admite a adolescência como um produto construído socialmente, portanto, em constante resignificação conceitual. Esses autores acreditam que as diversidades culturais e as singularidades das experiências individuais impossibilitam conceituar adolescência de uma única forma. Eles ressaltam, ainda, que a adolescência deve ser pensada de uma forma mais global e pluralista, sendo mais apropriada a utilização do termo ‘adolescências’ em lugar de adolescência. Para esses autores, os desafios das sociedades, na atualidade, estão contribuindo para o prolongamento da adolescência até por volta dos 30 anos, fase em que os jovens estão ainda transitando para sua independência e adultez.

Entretanto, para fins políticos ou estatísticos, Abramovay *et al.* (2004) afirmam que a Organização Mundial da Saúde/OMS¹ (1965) ainda define os limites cronológicos da adolescência entre 10 e 19 anos, o que, segundo as autoras, é compartilhado pelo Ministério

¹ CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Child and adolescent health and development**. Genebra: OMS, 1965. Disponível em: <http://www.who.int/child-adolescent-health/>. Acesso em: 09 ago. 2018.

da Saúde (MS²), no Brasil, e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. No entanto, Abramovay e Castro (2015) pontuam que, para a Organização das Nações Unidas (ONU), estes limites se encontram entre 15 e 24 anos. Essas autoras destacam que para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), sob efeitos da Lei 8.069³, a adolescência é definida como a faixa etária compreendida entre 12 e 18 anos de idade.

Reconhecendo a adolescência enquanto um fenômeno biopsicossocial, a UNESCO (2004) considera que se trata de um período não necessariamente delimitado pela idade, mas por intensas transformações biológicas, psicológicas, sociais e culturais que sofrem variações de acordo com as classes sociais e culturais, em diferentes momentos históricos. Em concordância com essa concepção, este estudo propõe a compreensão da adolescência, assim como da família, dentro dessa visão mais integradora sugerida pelo Modelo Bioecológico de Desenvolvimento Humano/MBDH (BRONFENBRENNER, 1977/1996) e pela Teoria Sistêmica da Família (MINUCHIN, 1985), que nos remete a uma visão mais atualizada que considera as inter-relações entre os indivíduos e seus contextos.

É válido ressaltar, ainda, que cada adolescente é singular e seus aspectos maturacionais (biológico, social e emocional) ocorrem diferentemente de indivíduo para indivíduo, sendo muito equivocada a tarefa de delimitar seu início e seu término do ponto de vista de idade cronológica. Portanto, os participantes desta pesquisa serão considerados crianças em transição para a adolescência, tendo as idades entre 11 e 14 anos como referenciais dessa transição, sem, contudo, intencionar uma delimitação rígida e inflexível, tendo em vista toda a complexidade e toda a singularidade desta etapa do curso de vida.

No que tange ao contexto familiar, o ponto de destaque é compreender as novas relações estabelecidas dentro das famílias a partir das transformações sociais, tendo como referencial o papel ativo do adolescente, em um momento de transição que exige novos desafios e adaptações. Outro grande desafio consiste em dar ênfase aos dados estatísticos. A Unicef (2016), por exemplo, afirma que cerca de 21 milhões de brasileiros têm menos de 18 anos no Brasil. Entretanto, as políticas públicas focam prioritariamente na infância. Considerando a significância do contingente que tem entre 12 e 18 anos, e a importância dessa população para a constituição da sociedade em formação, e por ser a família considerada o principal contexto microsistêmico do desenvolvimento, torna-se prioritário

² CONSTITUIÇÃO FEDERAL. BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília: DF. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivo/pdf/diretrizes_nacionais_adoloes_jovens_30_810.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2018.

³ CONSTITUIÇÃO FEDERAL. BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Ministério da Justiça, 1990.

que as pesquisas investiguem como os adolescentes brasileiros concebem o construto família, como estão vivenciando suas experiências no cotidiano e quais são as características dos processos de negociação das famílias e de aquisição de autonomia por parte dos adolescentes. Tais estudos são essenciais para a compreensão não somente da adolescência, mas também do funcionamento familiar e podem oferecer subsídios empíricos para a formulação de políticas que contribuam para a elaboração de programas que sejam promotores do desenvolvimento saudável e positivo do adolescente e suas famílias.

Com a caracterização atual do cenário da família contemporânea, consequência das mudanças estruturais e funcionais que vêm ocorrendo ao longo do tempo, muitas indagações estão ainda sem respostas na literatura. Dentre elas, o que é “família” para as crianças que estão experimentando a transição para a adolescência? Quais as semelhanças e as diferenças entre as concepções das crianças de diferentes arranjos familiares, particularmente de arranjos nucleares e monoparentais? Como essas crianças percebem o funcionamento de suas famílias?

Uma das linhas mais investigadas no contexto brasileiro tem sido a referente às concepções de “família”, “pai” e “mãe”. No entanto, ainda são escassas as pesquisas que investigam tais concepções, principalmente se levarmos em consideração a diversidade cultural de nosso imenso território. Grande parte das pesquisas tem como informantes os adultos (pais e/ou mães), havendo uma carência de estudos a respeito da percepção de crianças e adolescentes.

Além disso, é preciso considerar, também, que os conceitos de família, pai e mãe podem sofrer alterações não somente com a idade, mas também com as experiências individuais, dentre as quais a ocorrência de mudanças na estrutura familiar (ROE et al., 2006). Portanto, torna-se essencial investigar as representações de família, pai e mãe por parte de crianças pertencentes a diferentes arranjos familiares, o que corresponde à proposta do presente trabalho.

Com base nesta proposta, o objetivo geral desta pesquisa consiste em:

- Investigar a perspectiva conceitual de crianças em transição para a adolescência, membros de famílias nucleares e monoparentais, a respeito das novas configurações da família contemporânea e de que modo essas transformações na dinâmica familiar influenciam o seu desenvolvimento.

Os objetivos específicos são:

- Conhecer o que as crianças em transição para a adolescência, membros de arranjos monoparentais e nucleares, pensam sobre o conceito de família, sua composição, funções, papéis e divisão de tarefas.

- Conhecer as percepções das crianças em transição acerca das suas famílias atuais e as expectativas quanto às suas futuras famílias;
- Analisar as semelhanças e as diferenças entre as concepções dessas crianças em transição a respeito de quatro modelos familiares contemporâneos, a saber: famílias nucleares, monoparentais, recasadas e extensas.

Pensar a evolução do conceito de família levando em consideração as percepções que seus membros foram construindo ao longo da história é um grande desafio para os pesquisadores do desenvolvimento humano e familiar que compreendem a família como um sistema complexo (DESSEN, 2010; PETZOLD, 1996). Considerando essa complexidade e a diversidade das relações que caracterizam a dinâmica familiar na atualidade, essa pesquisa se destaca pela contemporaneidade do tema e pela valorização da perspectiva das crianças, que estão em transição para a adolescência, sobre o construto família.

Assim, o próximo capítulo será dedicado à revisão sistemática da literatura. A primeira seção traça o percurso das transformações sociais que geraram mudanças na família entre os séculos XVII e XX, identificando as configurações que foram se estabelecendo na sociedade contemporânea. A segunda seção aborda o tema relativo às mudanças conceituais acerca da família e suas implicações para a pesquisa científica, enquanto, a terceira seção, focaliza a literatura empírica sobre concepções de família na perspectiva de mães, pais e crianças. Em seguida, serão apresentados o delineamento metodológico, local e participantes, instrumentos utilizados, procedimentos de coleta e análise dos dados. E, por fim, os resultados, a discussão e as considerações finais a respeito dos dados coletados nesta pesquisa serão tratados.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O presente capítulo tem por objetivo apresentar, na primeira seção, a evolução do percurso conceitual de família ao longo das transformações do contexto histórico e social, culminando com a concepção mais contemporânea do construto. A segunda seção apresenta uma exposição acerca das possíveis implicações dessas mudanças conceituais para a pesquisa científica. Por fim, é apresentada uma revisão de artigos empíricos que buscaram investigar concepções de família na perspectiva de mães, pais e crianças.

2.1 PERCURSO DA FAMÍLIA ENTRE OS SÉCULOS XVII E XX

A palavra família é originada do termo em latim *famulus*, criado na Roma antiga para designar um grupo social que surgiu entre as tribos latinas, quando elas foram introduzidas na agricultura e na legalização da escravidão (BILAC, 2000; VALSINER, 2000). Além disso, até o século XVII, a vida era vivenciada em público e representada por uma coletividade numerosa que compartilhava os mesmos espaços, sejam os mercados, as igrejas, as ruas, os campos, como se “todos tivessem saído de casa em vez de ficar dentro dela” (ARIÈS, 1981⁴, p. 272). Em outras palavras, não havia privacidade nas relações familiares e a família não existia como um sentimento ou como um valor.

De acordo com Ariès (1981), no século XVIII, esse sentimento começa a se constituir a partir da consciência da infância e das mudanças nas relações que os adultos vinham mantendo com as crianças. Nesse sentido, a família foi se afastando da sociedade, delimitando seu espaço privado e postulando relações de intimidade física e moral que ainda não existiam. Por outro lado, com o advento da propriedade privada e da Revolução Industrial demarcando o início da era capitalista, a sociedade foi retraindo-se e adquirindo novas formas de sociabilidade (MATTOSO, 1988).

O século XIX trouxe mudanças sociais provocadas pelos efeitos do Liberalismo e do Positivismo, bem como pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa (ALMEIDA, 1999; FLEXOR, 2015; MATTOSO, 1988). Essas transformações refletiram-se no conceito de família, de forma que esta foi se constituindo cada vez mais reservada à intimidade, sendo reduzida, nuclear ou conjugal, a um lócus onde se realiza a afetividade e se configura o processo de construção da subjetividade do indivíduo (FLEXOR, 2015).

⁴ Trabalho original publicado em 1978.

Em termos legais, o Decreto n.181, de 24 de janeiro de 1890, tornou o casamento civil obrigatório e o único meio legítimo para a união no Brasil (BASTOS et al., 2015). Dentro desse núcleo familiar formado pelo matrimônio, os papéis encontravam-se bem definidos. A família era composta pelo casal, marido e mulher, e pelos seus filhos. Esse núcleo ficava sob o comando patriarcal, sendo o homem o provedor econômico da família, enquanto a mulher foi transformada na rainha do lar, ficando responsável por todas as atividades desse espaço privado (FLEXOR, 2015).

Em meados do século XX, a Lei 3.071, de 1º de janeiro de 1916, instituiu o Código Civil que amplia o empoderamento do Estado sobre a vida civil dos brasileiros (FLEXOR, 2015). Segundo esta autora, esse Código surge no intuito de legislar sobre as necessidades da sociedade, especialmente nas questões contratuais. Entretanto, manteve-se conservador nas questões relativas à família. Um de seus destaques foi a substituição da expressão “divórcio”, que dava uma conotação de quebra do vínculo conjugal, por “desquite”, mantendo-se o vínculo do casamento, que só se desfaria por motivo de morte (FLEXOR, 2015).

Na década de 1950, a caracterização constitutiva da família permanecia basicamente composta por mãe e filhos sob o comando do pai. A mulher mantinha seu papel voltado para o cuidado da casa e da educação dos filhos, sendo uma auxiliar do pai, que, por sua vez, assumia o papel do provedor financeiro do lar (SIMIONATO-TOZO; BIASOLI-ALVES, 1998). Ainda nesse período, havia uma forte influência religiosa por parte da Igreja Católica, que confirmava a importância do papel feminino no lar ou em profissões voltadas para o cuidado e para a educação de terceiros, constituindo os primeiros passos para uma maior participação social da mulher (BIASOLI-ALVES, 2000).

Embora já houvesse indícios de pequenas transformações no papel social da mulher, as mudanças mais expressivas, com efeitos na dinâmica estrutural e funcional da família, ocorreram no final da década de 1960, com a participação mais efetiva das mulheres no contexto social, político e econômico do país, e com relações de gênero e parentais mais igualitárias. (DESSEN; BRAZ, 2005). As mudanças socioculturais e econômicas experimentadas nas décadas de 1960 e 1970 produziram significativas transformações que se refletiram na maneira de pensar e nos padrões de comportamento social. A ascensão das mulheres no mercado de trabalho, por exemplo, viabilizou maior reconhecimento, independência social e a possibilidade de assumir atividades antes consideradas exclusivamente masculinas. Além disso, possibilitou competir, de forma mais igualitária, com os homens em diferentes setores, fator que colaborou para promover transformações nas relações no interior da família (LOURO, 2000).

Outro ponto importante a se destacar é a força conferida por movimentos feministas, durante as décadas referidas. Baseados em ideais libertários, os movimentos colaboraram para a apropriação das mulheres por direitos e para consequente aumento do poder de decisão em suas escolhas (BEAUVOIR, 1960). O empoderamento feminino instaurou-se como uma variável relevante para mudanças nos padrões comportamentais da sociedade. Dentre os fenômenos relacionados a isto, sinalizam-se o aumento gradual no número de divórcios, a propagação do uso de anticoncepcionais e uma consequente queda na taxa de natalidade (ARRIAGADA, 2009).

Estes fatores históricos colaboraram para a promoção de rearranjos na natureza das relações familiares. Não se trata, entretanto, do enfraquecimento da instituição família, mas do impacto da ocorrência dos fenômenos sociais para o surgimento de novos modelos familiares, que, dentre outras características, demarcam a descentralização da autoridade masculina (PRATTA; SANTOS, 2007). Além disso, a perspectiva de família hegemônica, que sinalizava a função de manutenção econômica da família pelos homens e a submissão pelas mulheres, perdeu força, promovendo o reajuste dos papéis familiares e das formas de se conviver em família.

Com a saída da mulher para o mercado de trabalho, as funções de cuidado dos filhos passaram a ser compartilhadas por outros agentes sociais, como pessoas da família de origem, escolas e outras instituições (ARRIAGADA, 2009; PRADO; PIOVANOTTI; VIEIRA, 2007; ROUSSEL, 1995). Entretanto, a educação e o cuidado com os filhos continuaram sob a responsabilidade das mães, quando retornavam para os seus lares após um dia de cumprimento de atividade profissional fora do lar, o que representou uma dupla jornada de trabalho para as mulheres (SANTOS; CALDANA; BIASOLI-ALVES, 2001).

Nas décadas entre 1970 e 1980, a estrutura familiar continuou sofrendo mudanças significativas caracterizadas pela inclusão da mulher no mercado de trabalho, pelo aumento da escolaridade feminina e pela propagação dos anticoncepcionais, bem como, consequentemente, pela diminuição do número de filhos, pelo aumento do número de casais sem filhos, pela regularização do divórcio e pela abertura para as uniões consensuais (PETRUCCELLI, 2001).

A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988 (BRASIL, 1988), reconheceu a evolução da sociedade no que se refere ao pluralismo familiar emergente, ampliando o conceito de família e protegendo, de forma igualitária, todos os seus membros. Essa nova perspectiva do Direito de Família passa a englobar valores como dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CRFB), igualdade de direitos e deveres do homem e da mulher

e o tratamento jurídico igualitário dos filhos (art. 5º, I da CRFB), solidariedade social (art. 3º, I da CRFB) e afetividade (BRASIL, 1988; DINIZ, 2005; COLTRO, 2000).

A partir dessa Lei Maior (BRASIL, 1988), o conceito de família é estendido não apenas para aquelas uniões formais provenientes dos casamentos civis, mas também para uniões estáveis, legalizadas ou não, um agrupamento de pessoas unidas por laços de sangue, vínculos afetivos e comunhão de interesse (art. 226, § 3º). Assim, verifica-se que há o reconhecimento de três formas de constituição de família, segundo a Lei de 1988: a que é formada pelo casamento civil ou religioso com efeitos civis, a formada pela união estável e a família formada por qualquer um dos pais e seus descendentes (art. 226, § 4º). De fato, o reconhecimento da família formada sem a obrigatoriedade do casamento civil representa uma mudança significativa de paradigmas que regem a organização das relações sociais (YASSUE, 2010).

Apesar dessas mudanças e, em especial, da tentativa de um tratamento mais igualitário entre o homem e a mulher, a promulgação da CRFB de 1988 ainda instituiu alguns direitos que se direcionavam exclusivamente aos homens, mantendo as condições discriminatórias das legislações do Império, especialmente em relação à mulher e ao voto feminino. Como exemplo, é possível citar o divórcio que, mesmo na ausência de uma regulação, ocorria em caso de adultério, sendo a pena mais severa para as mulheres do que para os homens. As infidelidades masculinas descontínuas não eram consideradas adultérios; apenas aquelas que se caracterizavam como concubinatos (FLEXOR, 2015).

Diante deste contexto, na década de 1990, os processos de socialização das famílias brasileiras foram assumindo novas configurações. A hierarquia familiar com a autoridade centrada na figura paterna foi abrindo espaço para as relações conjugais e parentais mais igualitárias e flexíveis (DESSEN; BRAZ, 2005). A igualdade de papéis entre os genitores possibilitou uma melhor divisão das tarefas domésticas. Entretanto, apesar do aumento da participação dos homens nas atividades do lar, em muitas famílias brasileiras contemporâneas ainda há um predomínio feminino nessas atividades, especialmente as concernentes aos cuidados e à educação dos filhos (WAGNER et al., 2005).

Em contrapartida, os filhos assumiram um papel mais participativo no seio familiar e a relação com seus pais passou a ser moldada pela intimidade, pelo diálogo, pelo afeto e por uma maior abertura para as negociações (ARRIAGADA, 2009; PEREIRA, 2011). As práticas disciplinares tornaram-se cada vez menos punitivas e menos pautadas no rigor, na ordem e no autoritarismo do pai, cedendo espaço para práticas mais maleáveis e flexíveis, com predomínio do uso da comunicação e de recursos menos coercitivos (WAGNER et al., 2005).

Assim, o surgimento dos novos papéis sociais proporcionou um modelo de educação mais voltado para a criança, desde os seus anos iniciais (BASTOS, 2001; PETZOLD, 1995).

Dentro deste contexto, Pratta e Santos (2007) afirmam que a estrutura e o funcionamento familiar estão intimamente relacionados com o momento histórico de uma dada sociedade. A seguir, discorre-se, resumidamente, sobre como as mudanças nos papéis sociais acarretaram alterações nas concepções “científicas” de família, pai e mãe, e sobre as implicações decorrentes de tais mudanças conceituais para o planejamento de projetos de pesquisa.

2.2 FAMÍLIA: MUDANÇAS CONCEITUAIS E IMPLICAÇÕES PARA A PESQUISA

As concepções de família e dos papéis de cada um dos seus membros são inspiradas pelas mudanças estruturais e funcionais ocorridas nas dinâmicas familiares. Por sua vez, essas mudanças são influenciadas pelos diversos fatores dentro dos contextos cultural, social e histórico dos quais as famílias fazem parte. As novas constituições familiares que surgiram a partir deste contexto, especialmente no caso dos modelos monoparentais – que contam com a ausência de um dos pais –, produziram formatações diversas nos papéis de cada membro (RODRIGUEZ; GOMES, 2012). Isto é exemplificado no caso dos arranjos monoparentais matrilineares (chefiado por mulheres), que comumente apresentam a figura física da mãe como determinadora de normas e regras familiares, exercendo no seio familiar funções socialmente compreendidas como maternas e paternas.

Os arranjos monoparentais, assim como as outras configurações familiares, foram legitimados por meio do princípio da pluralidade familiar, a partir da Constituição Federal de 1988 (artigo 226, § 4º). Segundo a Lei Maior, famílias formadas por meio de critérios da união estável e as categorizadas como monoparentais – dada sua constituição por qualquer um dos pais e seus filhos – ganham o reconhecimento de família perante a lei. Esse princípio propicia uma nova perspectiva de organização da sociedade, permitindo novas relações sociais. (YASSUE, 2010)

Entretanto, estudos contemporâneos acerca do construto família têm admitido não apenas as constituições nucleares e monoparentais, mas muitas outras possibilidades de conceber família (DESSEN, 2010). Pode-se reconhecer, por exemplo, arranjos formados por famílias recasadas, cônjuges divorciados que reconstroem seus lares com outras pessoas, famílias extensas formadas por pessoas coabitando em uma mesma casa, pessoas solteiras que decidem viver sozinhas, pessoas não casadas que coabitam, pessoas que decidem morar juntas

antes da oficialização do casamento, cônjuges que moram em casas diferentes, uniões homoafetivas, etc.

Diante dessa diversidade atual e por se tratar de um sistema complexo por si só, estudar a família constitui um grande desafio que precisa ser enfrentado (DESSEN, 2010; DESSEN; WEBER, 2011; GEORGAS, 2003). Essa complexidade vai além de sua estrutura para incluir a noção de construção social, histórica e cultural, suscetível às transformações ocorridas no tempo e no espaço (MOREIRA; CARVALHO, 2012).

Não há, portanto, uma única concepção acerca do conceito, mas diferentes organizações familiares que nos permitem afirmar que os indivíduos e suas relações não podem ser separados dos seus contextos para serem estudados, pois dependem da organização e das normas sociais (DESSEN; BIASOLI-ALVES, 2001; DESSEN, 2010). Considerando a diversidade cultural no Brasil e a convicção de que não há um modelo único de organização familiar (TORRES; DESSEN, 2007), é preciso ter em mente, sempre, que a referência à “família brasileira” significa “famílias brasileiras”.

Mediante as transformações que vêm sofrendo, definições científicas diferenciadas de família foram surgindo em várias áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia, entre outras (CERQUEIRA-SILVA; OLIVEIRA; DESSEN, 2008). Embora este trabalho não objetive discorrer detalhadamente sobre os variados conceitos de família adotados por diferentes áreas, é importante apresentar um panorama sobre o percurso histórico e o conceito de família na perspectiva da Psicologia.

No que concerne à Psicologia, é preciso enfatizar a grande contribuição dada por Minuchin, na década de 1980, e que, desde então, tem inspirado as pesquisas contemporâneas que visam compreender a família e seu funcionamento, tanto sob o ponto de vista da Psicologia Clínica, quanto sob o ponto de vista do Desenvolvimento Humano. Nas ideias divulgadas por Minuchin (1985), a família deve ser pensada dentro de uma perspectiva sistêmica, focalizando os vários subsistemas que a compõem e suas influências mútuas, tendo como objetivo a adaptação e a sobrevivência de seus membros. De acordo com essa concepção, a família é transformada a partir das mudanças e das pressões sociais, no intuito de preservar a continuidade e o desenvolvimento de seus membros.

Apesar de haver uma diversidade de definições sobre família do ponto de vista psicológico, todas inspiradas no paradigma sistêmico, a maioria delas enfatiza a afetividade e a intimidade nas relações interpessoais familiares, a exemplo das definições de Zamberlan e Biasoli-alves (1997) e Kreppner (2000). De acordo com Zamberlan e Biasoli-Alves (1997), a família é um grupo sustentado pelo parentesco, pelo afeto, pelo suporte nas divisões das

tarefas, pelo cuidado entre os seus membros e pela cooperação mútua. Por sua vez, Kreppner (2000) considera a família enquanto um grupo em constantes mudanças e adaptações em função dos fenômenos sociais, econômicos e culturais que a circundam. Segundo este autor, os membros que compõem o grupo familiar se influenciam entre si por meio da sua forma de comunicação e interação.

É interessante observar que, independentemente do foco das definições, todas estão contempladas nas tipologias de família oriundas da definição proposta por Petzold (1996), na década de 1990. Coerente com a visão sistêmica de família, Petzold (1996) apresenta uma definição científica de família intitulada “ecopsicológica”, que vem satisfazer os anseios dos pesquisadores da “família”, pelo menos no âmbito da Psicologia, área que tem divulgado amplamente este conceito

Segundo Petzold (1996), a família se constitui como um grupo social especial que se caracteriza pela intimidade, pela manutenção dos vínculos afetivos e pelas relações intergeracionais entre seus membros. Tal conceito permite uma compreensão de família para além de variáveis como: consanguinidade, parentesco, constituição nuclear, abrangendo outras variáveis não menos importantes como afetividade, intimidade e vínculo entre seus membros.

A definição ecopsicológica de família é baseada na intimidade, nas relações intergeracionais, nas características das relações entre os seus membros e na incorporação de outras pessoas, sem consanguinidade ou grau de parentesco, como parte da família (PETZOLD, 1996). Esta definição também leva em conta uma ampla variedade de constituições familiares mais tradicionais e muitas outras novas formas alternativas de vida familiar, eliminando, do ponto de vista teórico-conceitual, qualquer preconceito ideológico.

Com base na perspectiva sistêmica e em consonância com os componentes do Modelo Bioecológico de Bronfenbrenner (BRONFENBRENNER, 1996; BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998), a Abordagem Ecopsicológica de Petzold (1996) incorpora cinco subsistemas que contribuem para composição da família: o macrossistema, o exossistema, o mesossistema, o microssistema e o cronossistema. Os quatro primeiros subsistemas são constituídos por um conjunto de variáveis que podem influenciar a formação da família e que são transcritas de Petzold (1996, pp. 41-43).

Em nível de macrossistema, há quatro variáveis:

- a) casamento legal ou casais não casados;
- b) arranjo vitalício ou com tempo determinado;
- c) renda compartilhada ou separada;

d) coabitação ou moradia à parte.

Além de estarem inseridos em um contexto cultural mais amplo (macro), os indivíduos pertencem a uma rede social específica (exossistema) que modula o seu tipo de vida familiar, podendo ser constituída por:

- a) pessoas com laços de sangue ou por pessoas relacionadas com o casamento;
- b) pessoa autossuficiente ou pessoa dependente de cuidados;
- c) parceiros economicamente independentes ou dependentes;
- d) pessoas que compartilham a mesma cultura ou uma cultura diferente.

Em nível de mesossistema, a presença ou ausência de criança influencia a tipologia de família, podendo ela ser caracterizada por:

- a) família com filho(s) ou sem filho(s);
- b) família com filho(s) biológico(s) ou adotivo(s);
- c) família com pais ou padrasto/madrasta.

Em se tratando do nível de microssistema, que leva em consideração a relação diádica dos próprios parceiros, ou seja, o modo como eles vivem, as variáveis que influenciam a forma de família são:

- a) estilo de vida dual ou único;
- b) relações hetero ou homossexuais;
- c) compartilhamento igualitário de papéis ou papéis dominantes/ subordinados

Tendo em vista a influência dessas 14 variáveis constitutivas de arranjos diversificados e as possibilidades de 14 combinações, Petzold (1996) admite a possibilidade da existência de 196 formas de família nas sociedades ocidentais contemporâneas do final do século XX, decorrentes deste esquema combinatório (14 x 14). No entanto, apesar da grande contribuição que essa abordagem oferece aos estudos acerca da família, Petzold (1996) já apontava, na década de 1990, que pouco havia sido feito em relação à construção de novas perspectivas teóricas sobre a família e que a Psicologia da Família ainda carecia de uma boa produção científica. Neste sentido, mesmo com os avanços ocorridos nas últimas duas décadas, ainda se faz necessário muito investimento sobre essa temática.

E, apesar de haver uma definição que pressupõe a existência de muitas novas formas alternativas de vida familiar e que tem como foco central os sentimentos subjetivos de pessoas que acreditam ser membros de uma família, muito precisa ser feito do ponto de vista empírico. É essencial levar em consideração, na prática da pesquisa sobre família, as percepções que os indivíduos têm de família e de seus membros, indagando aos participantes

de projetos variados as suas próprias concepções de família, favorecendo, assim, a compreensão e a interpretação dos resultados obtidos.

Por outro lado, é essencial, também, que pesquisas sejam realizadas com o intuito exclusivamente de se compreender as concepções de famílias e os significados atribuídos a cada um de seus membros. Este é o caso da dissertação em análise, cujo propósito é compreender tais concepções sob a perspectiva de crianças em transição para a adolescência.

2.3 AS CONCEPÇÕES DE “FAMÍLIA” NA PERSPECTIVA DE MÃES, PAIS E CRIANÇAS

A história da família no Brasil revela-nos que a consolidação da família conjugal burguesa, ou seja, a família nuclear, trouxe significativas implicações para a vida de seus membros (REIS, 2010; SILVA, 2010; VIEIRA; SOUZA, 2010). Como exemplo dessas implicações, merece destaque a organização dos papéis sociais, ficando a cargo dos homens a provisão da família e o acesso à vida pública e, a cargo das mulheres, os cuidados com as tarefas domésticas e com a vida privada (STAUDT; WAGNER, 2008; SILVA, 2010).

O homem assumiu o papel de provedor, encarregado do exercício de autoridade sobre a mulher e seus filhos. Por outro lado, a mulher surge como mais frágil, dependente, encarregada das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos. Nesse arranjo familiar, os laços de sangue foram qualificados como essenciais para a sua constituição (SILVA, 2010; REIS, 2010), e as mulheres permaneceram na dependência econômica, jurídica e moral do marido. A consolidação deste modelo familiar trouxe, portanto, novas perspectivas para o desempenho dos papéis de cada membro (REIS, 2010).

A busca pela democracia e pela ratificação dos direitos à cidadania, enfatizada a partir do século XX pela CRFB de 1988, conforme explicitado na primeira parte da presente dissertação, promoveu uma gradativa decadência da hierarquia masculina e uma crescente mudança do papel feminino. Cabia à mulher a preservação do lar e a sustentação do casamento até o momento em que ela ganhou espaço no mercado de trabalho, obteve o controle de natalidade por meio dos métodos contraceptivos e teve garantida, por lei, a possibilidade de divórcio. Por essa razão, atribuem-se a essas conquistas femininas a progressiva decadência desta organização familiar, o declínio da suposta superioridade do homem sobre a mulher e a abertura para as novas possibilidades de constituições familiares (PETRINI, 2005; REIS, 2010; SILVA 2010; PEREIRA, 2011).

As transformações nas configurações familiares e nos papéis assumidos por homens e mulheres, dentro das complexidades emergentes a partir do surgimento desses novos arranjos, tiveram um impacto não somente na estrutura, mas também no funcionamento familiar, ocasionando alterações nas concepções de família por parte de seus membros. Há mais de 20 anos, Biasoli-Alves (1997) já enfatizava que as reflexões acerca do construto família estavam no bojo das investigações mais contemporâneas. Grande parte dos estudos concentrava-se em investigar as percepções dos membros da família sobre “o que é ser família”, “o que é ser pai”, “o que é ser mãe”, divisão de papéis etc., diante das mudanças pelas quais essa instituição passava, na segunda metade do século XX (HODKIN; VACHERESSE; BUFFETT, 1996).

Para Petzold (1996), família é um construto social que se define a partir da experiência pessoal de cada um, a partir de quem a pessoa acredita fazer parte dela, esclarecendo que não existe uma única forma de família. O autor acredita que, compreendendo como os membros concebem família, nos aproximamos ainda mais do entendimento de como está organizado o seu funcionamento. E, com este propósito em mente, descrevem-se, a seguir, alguns estudos que se dispuseram a investigar o conceito de família.

Martin e Angelo (1999, p. 91), com o objetivo de estudar as concepções de mães pertencentes a uma comunidade de baixa renda da cidade de São Paulo acerca de família, constataram que elas a definem como “um conjunto de pessoas que vivem unidas, sem brigas e que tentam solucionar seus problemas e conflitos através do diálogo”. Ao enfatizarem a família como um conjunto de pessoas unidas pelo vínculo, essas concepções ampliam seu significado antes voltado para a relação de parentesco.

Já o estudo realizado por Chaves *et al.* (2002) priorizou a representação social da família entre doze mães paulistas de diferentes idades, níveis de instrução, estados civis e níveis socioeconômicos, que foram entrevistadas no espaço de três meses. O roteiro das entrevistas foi construído em torno de alguns pontos considerados importantes para o estudo: a composição da família, suas vantagens e desvantagens, a concepção de família ideal, o que essas mães projetavam para as famílias de seus filhos, os papéis familiares desempenhados pelo pai e pela mãe e as suas funções.

De acordo com esse estudo de Chaves *et al.* (2002), a pergunta concernente à composição familiar revelou, por meio das respostas das entrevistadas, duas concepções diferentes: uma refere-se à ideia de um núcleo familiar, composto pela mãe, pelo pai e pelos filhos; e outra em que o parentesco não é definido pelo sangue, mas pela afinidade, pela convivência, pelo apoio e pelas relações de afeto estabelecidas entre as pessoas. Entretanto, de

acordo com a análise dos resultados, essas diferentes concepções não se contrapõem, mas se complementam integrando um conceito de família mais amplo, considerando as diversidades de arranjos familiares existentes.

Ainda nesse estudo de Chaves *et al.* (2002), a maior parte das entrevistadas considerou que as decisões familiares devem ocorrer de forma bilateral, compartilhadas entre o homem e a mulher, embora algumas mães de classe menos favorecida tenham declarado que o marido tem prioridade nas tomadas de decisões. Já no quesito de provisão da família, a maioria concordou que, na atualidade, não tem como manter a norma de que apenas o homem é o responsável pelo sustento do lar (CHAVES *et al.*, 2002).

Os resultados deste estudo revelam uma compreensão mais contemporânea acerca de família, cujos laços foram definidos por convivência, amizade, afinidade e afeto, em consonância com a proposta de Petzold (1996). O estudo de Chaves *et al.* (2002) revelou, também, que o desejo das mães de família idealizado para seus filhos e filhas é por uma família nuclear estruturada e estável, enfatizando a importância do respeito e do diálogo. Os autores destacaram, ainda, que as mães que passaram por um processo de separação não desejam que seus filhos passem por essa experiência.

Rabinovich e Moreira (2008), considerando serem comuns pesquisas sobre concepções de pais e mães, ressaltam a importância das investigações sobre o tema a partir das perspectivas de crianças. Um dos trabalhos pioneiros foi realizado por Ramos (2008), que, em sua dissertação de mestrado, investigou as concepções de família, pai e mãe por crianças pré-escolares. Os participantes deste estudo foram 33 famílias com crianças de três, quatro e cinco anos que, por meio de entrevista semiestruturada, revelaram suas concepções acerca de: O que é família? O que uma família faz? O que é ser pai e mãe? O que eles fazem? Para tanto, a autora dividiu as crianças em dois grupos: GRUPO A – composto por 15 crianças com ambos os genitores exercendo ocupação remunerada; GRUPO B – formado por 18 crianças cujos pais possuíam ocupação remunerada e as mães não trabalhavam fora de casa.

As verbalizações das crianças do Grupo B foram mais frequentes a respeito do pai, sendo seguidas pelas da mãe e, por fim, pelas da família. A autora (RAMOS, 2008) constatou que as crianças de três e quatro anos utilizaram expressões mais concretas sobre esses conceitos, enquanto as crianças de cinco anos apresentaram algumas definições abstratas. Ainda, observou-se que as crianças menores demonstraram compreender mais o que o pai e a mãe fazem do que o que eles são; além disso, tiveram dificuldades para definir família. Já, as crianças de cinco anos que pertenciam ao Grupo A definiram melhor a família utilizando-se de sua composição por pessoas com relações biológicas e não biológicas.

Sobre o que é ser pai e mãe, as crianças descreveram o pai real como humano ou divino e o pai ideal como bom, feliz e afetuoso. Quanto ao que ele faz, as crianças do grupo A o descreveram especialmente como socializador e cuidador. A mãe foi identificada como real (humana) ou ideal (boa, saudável e que goste de ser mãe). A maior proporção de verbalizações a respeito da mãe real foi no Grupo B, enquanto que, para o Grupo A, a mãe é descrita de forma ideal. Quanto ao que ela faz, as crianças do grupo B destacaram a função cuidadora da mãe; já as crianças do Grupo A, a socializadora.

Quanto a questão sobre o que é uma família, as crianças descreveram dois tipos: família do mundo e a família de Deus. Afirmaram que poderia ser composta por uma, duas ou mais pessoas, entre elas: genitores, filhos, e/ou outros parentes e não parentes, incluindo animais de estimação. Sobre o que uma família faz, as crianças identificaram o cumprimento (ou não) das suas funções, a saber: cuidadora, socializadora, afetiva e provedora. As crianças do Grupo B destacaram a função socializadora da família.

Para além das concepções de crianças pré-escolares, Rabinovich e Moreira (2008) propuseram um estudo visando conhecer os significados que crianças de seis a 10 anos, oriundas de diferentes camadas sociais e locais do Estado de São Paulo, atribuem à sua família. Foram recrutadas 45 crianças em seus ambientes cotidianos e divididas em três grupos com 15 participantes cada: um grupo cujos pais tinham nível socioeducacional baixo (Ubatuba), um grupo cujos pais tinham nível socioeducacional alto (São Paulo) e um grupo com pais de ambos os níveis socioeducacionais (Franca).

Rabinovich e Moreira (2008) categorizaram as respostas das crianças em cinco grupos de significados atribuídos à família:

- a) significado afetivo, representando um lugar de manifestação de amor;
- b) significado de ajuda e colaboração, um grupo de pessoas que se ajudam mutuamente;
- c) significado de companhia, grupo de pessoas que realizam coisas juntas;
- d) significado de sentido da vida;
- e) significado de sustento, pessoas que fornecem moradia, alimento, vestimenta, etc.

O significado predominante entre as crianças de São Paulo, a capital do estado e grande metrópole, foi o relativo à companhia, convivência e relacionamento, enquanto que o significado predominante entre as crianças de Ubatuba e de Franca, foi o afetivo.

Os resultados do estudo mostram que as crianças cujos pais possuem nível socioeducacional baixo (Ubatuba e uma parte de Franca) concebem família como “boa” quando não há maus-tratos, valorizando o significado afetivo; elas também possuem uma

convivência mais próxima com parentes, principalmente avós; as avós são como uma segunda mãe, pois contribuem diretamente com os cuidados dispensados aos netos.

Por outro lado, as crianças cujos pais possuem nível socioeducacional alto concebem família como um conjunto de pessoas que vivem juntas, realizando atividades comuns, tais como viagens e lazer; os parentes como os avós, por exemplo, são vistos de forma positiva, porém eles vivem em casas separadas e sua presença se dá pelo mimo, pelas brincadeiras, pelos presentes, pelo apoio aos pais quando necessário. Nesse sentido, as autoras Rabinovich e Moreira (2008) concluem que, para esses grupos de crianças, independentemente dos seus níveis socioeducacionais, o significado de família ultrapassa a coabitação.

Outro estudo similar foi realizado por Moreira, Rabinovich e Silva (2009) com 60 crianças baianas, de seis a 12 anos. Foram formados quatro grupos com 15 crianças: dois grupos com crianças de Salvador - BA, cujos pais tinham nível socioeducacional alto (Grupo 1) e baixo (Grupo 2); e outros dois grupos formados por crianças que viviam no interior da Bahia, com pais dos mesmos níveis socioeducacionais dos grupos anteriores (Grupo 3 = alto e Grupo 4 = baixo). Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada, realizada individualmente com as crianças.

Para esse estudo, as autoras Moreira, Rabinovich e Silva (2009) agruparam as concepções apresentadas pelos participantes em oito categorias:

- a) pessoas que cuidam, colaboram e se ajudam mutuamente;
- b) significado afetivo, correspondendo a um lugar onde as pessoas manifestam amor, carinho, respeito, etc.
- c) pessoas que vivem juntas, que coabitam e estão unidas compartilhando objetivos comuns;
- d) pessoas que fornecem sustento (como alimento, vestimenta, moradia, etc.);
- e) família como função de educar a prole;
- f) família como sentido da vida, a razão da própria existência;
- g) família enquanto estrutura, uma definição a partir dos seus componentes;
- h) pessoas que propiciam momentos agradáveis, passeios e brincadeiras.

Em todos os grupos entrevistados, as concentrações das respostas mais frequentes definiram família como pessoas que cuidam, seguidas das definições de significado afetivo, ou seja, um lugar onde as pessoas manifestam seus sentimentos e, por fim, como grupo de pessoas que vivem juntas e estão unidas por objetivos comuns. Assim, as autoras Moreira, Rabinovich e Silva (2009) supõem que, para esse grupo de entrevistados, a definição de família está mais baseada em relacionamentos do que em grupo de residência. Além disso,

nos quatro grupos, independentemente de serem da capital ou do interior ou da condição socioeducacional, as crianças conceberam suas famílias não apenas como nuclear, mas incluindo outros parentes, compreendendo uma visão de família como extensa.

Dando continuidade ao estudo de concepções de família, Carvalho, Moreira e Rabinovich (2010) entrevistaram 120 crianças de ambos os sexos, entre cinco e 12 anos, do Nordeste e Sudeste do Brasil, em dois contextos urbanos (capital e interior) e níveis socioeducacionais (médio alto e baixo). Assim, metade das crianças (n=60) pertencia à região Nordeste, sendo que 30 delas residentes em capitais e, as outras 30, em cidades do interior. Cada um desses segmentos ainda foi dividido em dois grupos: um com 15 crianças cujos pais apresentavam nível socioeducacional baixo e outro com 15 crianças de nível socioeducacional médio alto. A outra metade (n=60) pertencia à região Sudeste, seguindo os mesmos critérios de subdivisão.

Como instrumentos de coleta de dados, as autoras utilizaram:

- a) um roteiro de entrevista semiestruturada sobre as concepções de família e de seus membros, aplicado individualmente, e contendo perguntas tais como: O que é família para você? Como é a sua família? O que é ser pai? O que é ser mãe? Para que serve um irmão? Como é ser avó? E avô?;
- b) um questionário sociodemográfico sobre a composição familiar, moradia, moradores, idades, sexo, escolaridades, profissão dos pais etc.

Os dados obtidos a partir das entrevistas com as crianças revelaram que suas concepções de família são baseadas em outros critérios que não correspondem apenas à coabitação. Isso indica que, ao serem questionadas a respeito de quem faz parte da família, por exemplo, as respostas valorizavam a convivência com outros parentes, como avós, tios, primos, etc.

Nesse estudo, a família aparece conceituada, pelas crianças, como um sistema de relações caracterizadas por *status* e funções (ou papéis) diferentes assumidos pelos seus membros, envolvendo: cuidado, educação, amor, ajuda, companhia, diversão, confiança, união, estabelecimento do lugar da criança no mundo, ter e contar com alguém, não ser sozinho na vida, entre outras definições. Para as autoras, as respostas dos participantes indicam que a “entidade família” corresponde a um lugar de pertencimento e de construção da identidade.

Em outro estudo realizado por Ribeiro e Cruz (2013) foram investigadas as representações sociais de família compartilhadas por 69 crianças na cidade do Recife, as quais tinham entre nove e 10 anos. As crianças eram estudantes tanto de escolas públicas quanto de

escolas privadas e pertenciam aos diversos arranjos familiares. Os resultados revelaram que as crianças de ambas as instituições ofereceram sentidos positivados à família. Para o grupo de crianças da escola privada, as palavras evocadas com mais frequência foram relativas aos afetos como amor, carinho, união, embora, em alguns casos, aparecessem palavras relacionadas às figuras de parentesco. Para o grupo da escola pública, a maior frequência de palavras evocadas foi relacionada às figuras de parentesco, pai, mãe, avós, tios, primos, etc.

Ribeiro e Cruz (2013) sugerem que a afetividade aparece mais para o grupo de crianças da escola privada, por serem famílias com poder aquisitivo mais elevado e com mais oportunidades de oferecerem cuidados básicos para a sobrevivência, tanto em relação à saúde quanto às emoções e ao bem-estar da família. Por outro lado, para o grupo de crianças da escola pública, o sentido de família aparece personificado nas figuras parentais com as quais convivem; e a afetividade aparece a partir da prática interativa familiar, incluindo a família extensa – avós, tios, primos, etc. Entretanto, a ludicidade surgiu para os dois grupos, demonstrando que as famílias têm, na opinião dessas crianças, um sentido de ser, um lugar de intimidade e brincadeira.

O sentido ampliado de família, demonstrado pela frequente evocação de palavras relativas a outras figuras extensivas à família, principalmente para o grupo de crianças da escola pública, foi um dos destaques deste estudo. Para Ribeiro e Cruz (2013), a alta frequência é explicada pela participação ativa de avôs e avós, tios e tias, primos e primas e outras figuras familiares extensivas, com os cuidados básicos dessas crianças e pela sua configuração enquanto rede de apoio significativa para essas crianças e suas famílias.

A participação ativa da família extensiva na educação e cuidado das crianças tem se tornado cada vez mais frequente, tendo em vista as demandas que surgem com a diversidade dos arranjos familiares (REIS; RABINOVICH, 2012). Em arranjos monoparentais geridos por mulheres, por exemplo, a ausência paterna propicia, principalmente, o aparecimento da avó materna como figura significativa, devido à sua necessidade de colaborar, seja na educação e no cuidado com os netos, seja contribuindo financeiramente para a manutenção da família dos netos (DESSEN; BRAZ, 2004).

Com o aumento no número de divórcios, houve uma maior flexibilidade para o aparecimento de novas variações de arranjos familiares (SOARES, 2008; SILVA, 2010). Dentro dessas novas constituições familiares, homens e mulheres passam a assumir novos e diferentes papéis. A partir da década de 1970, com a concretização dos ideais feministas defendidos pelos seus movimentos, a luta contra as desigualdades de gênero, o surgimento da pílula contraceptiva e, principalmente, a inserção da mulher no mercado de trabalho fizeram

eclodir a necessidade de um novo pai, mais envolvido no cuidado com os filhos e mais flexível com relação à divisão das tarefas domésticas (LAMB, 2010; PLECK; PLECK, 1997; BANDEIRA et al., 2005; STAUDT; WAGNER, 2008; BELTRAME; BOTTOLI, 2010; VIEIRA et al., 2014). Dito em outras palavras, novos papéis femininos propõem um novo significado ao conceito de maternidade e, por consequência, sugerem também uma nova forma de exercício da paternidade (SOARES, 2008; SILVA, 2010; CÚNICO; ARPINI, 2013).

De acordo com Badinter (1985), o amor materno evidenciado a partir do século XVIII ofereceu ao conceito de maternidade um valor social atribuído ao papel da mulher. Essa associação entre o amor e o materno relaciona a maternidade à natureza feminina. Nesse sentido, a ideia de que a natureza humana feminina é configurada para a maternidade é uma construção social e histórica que ganha força a partir de algumas premissas e vem modulando as representações sociais sobre a temática (REIS; SOUZAS; MARINHO, 2014).

É possível, por exemplo, identificar uma expectativa social sobre a mãe que, segundo Silva e Anastácio (2008), se fundamenta em crenças construídas socialmente que destacam a mulher como aquela figura responsável por cuidar das relações afetivas de toda a família, enquanto que aos homens é cobrado o sucesso no mundo do trabalho. Assim, segundo essas autoras, espera-se que a mulher se preocupe e se dedique à felicidade de todos que envolvem seu espaço familiar e, quando isso não acontece, é julgada como negligente e narcisista.

Outra crença que foi alimentada pela sociedade e destacada por Silva e Anastácio (2008) é aquela que identifica a mulher como o sexo frágil, que sempre necessita de uma intervenção masculina para as suas conquistas, e como assexuada, supondo que só deva atrair um homem e lhe dar filhos, sem que haja nenhuma outra expressão de interesse pela sexualidade. Como consequência, sugere-se que a mulher tenha a maternidade como seu papel principal, centrando sua atenção e suas prioridades no bem-estar dos filhos.

No entanto, no decorrer das últimas décadas, os novos e diversos papéis da mulher contemporânea foram sendo firmados pelo seu crescimento profissional, pela sua abrangência na vida pública e pela busca da ascensão intelectual (BELTRAME; DONELLI, 2012). Como consequência dessas novas aspirações femininas, observa-se um adiamento da maternidade devido à postergação do matrimônio, à utilização dos métodos contraceptivos, bem como à busca por níveis educacionais e profissionais cada vez mais elevados, objetivando mais estabilidade e independência financeira (BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2007; LIMA, 2010).

Enquanto isso, os padrões ideais de comportamento paterno foram se modificando à proporção que a sociedade também se modificava. A partir de uma abordagem histórica, Pleck e Pleck (1997) retrataram as modificações desses padrões ideais seguindo o desenvolvimento social e econômico dos Estados Unidos. Esses autores destacam que, no período colonial, o padrão ideal paterno era o patriarcal, o qual centrava todas as decisões da família na figura do pai. Durante o processo de industrialização, o padrão ideal voltou-se para a figura paterna como o único provedor responsável pelo sustento da família, ausentando-se de casa para trabalhar, enquanto a mãe permanecia como cuidadora dos filhos.

Para os autores Pleck e Pleck (1997), os ideais dos movimentos feministas da década de 1970 possibilitaram, entre outras coisas, a inserção da mulher no mercado de trabalho, atribuindo a ela um novo papel social e, conseqüentemente, uma nova organização familiar. Nesse contexto, o novo padrão de ideal paterno estava voltado para um pai com maior envolvimento e responsabilidade pela criação dos filhos ao lado da mãe, cujo padrão ideal foi denominado de “pai co-genitor”. Para esse modelo, esperava-se mais envolvimento no cuidado diário com os filhos, responsabilidade com o desenvolvimento pessoal e social das crianças até a fase adulta, maior flexibilidade com a divisão dos cuidados físicos, além de maior proximidade física e emocional com expressões de amizade e afeto, promovendo, assim, maior horizontalidade nas relações familiares.

Em síntese, as premissas tradicionais que marcaram a formação do papel social atribuído à mulher e ao homem, particularmente nas últimas décadas, são passíveis de revisão em decorrência dos diferentes desafios enfrentados pelas atuais demandas familiares que exigem uma maior flexibilização dos papéis sociais entre homens e mulheres em suas trajetórias no exercício da parentalidade (DINIZ, 1999).

Nesse cenário atual, percebe-se o surgimento de uma nova mulher que considera a maternidade uma questão de escolha e, portanto, não tão determinante para a sua realização pessoal (ROCHA-COUTINHO, 2005). Além da possibilidade de escolha, as novas configurações familiares foram imprimindo um novo perfil familiar. Assim, é possível observar em arranjos familiares monoparentais chefiados por mulheres, por exemplo, o papel feminino ir além de dar continuidade à realização das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, passando pela garantia do sustento da família (REIS; SOUZAS; MARINHO, 2014).

Um estudo realizado por Reis, Souza e Marinho (2014) sobre relações de gênero e etnia na região do sudoeste da Bahia investigou as concepções de mulheres sobre a maternidade contemporânea a partir de entrevistas realizadas aleatoriamente com dez mulheres, mães entre 23 e 48 anos. Por meio dos dados coletados, os autores identificaram

que a maternidade era experimentada por essas mulheres como algo sagrado, uma dádiva de Deus, e como algo inerente à natureza feminina. A gravidez foi considerada um evento único e marcante em suas vidas.

Outro estudo realizado por Patias e Buaes (2012) buscou compreender como se constituem as identidades femininas de mulheres de classe média, casadas ou que coabitam com seus companheiros e que optaram por não ter filhos. Foram entrevistadas seis mulheres entre 29 e 44 anos, todas com nível superior (completo ou incompleto) e os resultados revelaram que os discursos apresentados pelas mulheres partiram de uma perspectiva de negação dos significados socialmente construídos acerca da maternidade.

Segundo as autoras (PATIAS; BUAES, 2012), essa negação é sustentada pela desconstrução de concepções que relacionam a maternidade a um destino creditado à mulher pela sua condição biológica e ao mito do amor materno, como instintivo. Em seus discursos, as entrevistadas conferem à mulher a possibilidade de outras realizações (seja no campo profissional, político e acadêmico, seja no âmbito pessoal) distantes do cultivo dessas concepções mais tradicionais. Elas atribuíram significados à maternidade como renúncia e sacrifícios, ressaltando que ser mãe não garante à mulher a condição de ter uma família feliz.

No concernente à paternidade contemporânea, Lamb (1997) afirma que o padrão ideal de pai vem se caracterizando como mais participativo e engajado no cuidado com os filhos, caracterizando-se pelo exercício de múltiplas funções que variam desde o brincar até a responsabilidade com a educação. Esse novo modelo de pai foi caracterizado por Lewis e Dessen (1999) como uma paternidade emergente, que se consolida a partir da emergência de um maior envolvimento ativo do pai com a família. Esse envolvimento se refere ao cuidado e à educação dos filhos, bem como à participação efetiva na realização das tarefas domésticas, já que em nossa sociedade, em muitos casos, ambos os pais precisam trabalhar fora de casa.

A emergência desse novo conceito de paternidade deu-se também pela constatação das repercussões da participação do pai para o desenvolvimento positivo dos filhos (BOSSARDI; VIEIRA, 2010; MANFROI; MACARINI; VIEIRA, 2011; VIEIRA et al., 2014). Em um trabalho de revisão sistemática de artigos empíricos que tratam da paternidade no Brasil, Vieira et al. (2014) verificaram que um grande número de estudos apontou para uma relação positiva entre o envolvimento paterno e o desempenho acadêmico dos filhos, além de um menor índice de hiperatividade e maior repertório de habilidades sociais por parte da criança, quando havia uma participação efetiva do pai.

Nessa revisão sistemática de artigos empíricos que tratam da paternidade no Brasil, no que se refere às concepções acerca do comportamento paterno, Vieira *et al.* (2014) afirmam

que a percepção da figura paterna como afetuosa e efetiva na participação do cuidado com os filhos ocorreu em 30,7% dos artigos consultados. De acordo com os autores (VIEIRA et al., 2014), mesmo mães chefes de família atribuem ao pai a função de educador e de autoridade, sendo ele descrito como aquele que se ocupa da formação da criança e que é responsável por estabelecer regras e limites. Apesar de esses artigos encontrados relatarem aspectos das novas características paternas, foram encontrados, também, artigos que ainda trazem, em suas conclusões, as concepções de paternidade baseadas no modelo patriarcal, estando relacionadas à função de sustento da família, força e controle hierárquico.

É importante destacar que o envolvimento paterno que caracteriza o modelo de pai contemporâneo como co-genitor, de acordo com Lamb (1992), requer três elementos componenciais que são:

- a) a interação, que se refere ao tempo investido na interação afetiva com os filhos;
- b) a acessibilidade, que diz respeito ao nível de disponibilidade para a realização de atividades com as crianças;
- c) a responsabilidade, que se refere ao nível de implicação com os cuidados e as necessidades das crianças, em todas as situações diárias.

Petrini (2010, p. 19) acrescenta que compreender o papel do pai implica constatar que “a paternidade é feita de qualidades relacionais, mais que de qualidades individuais”.

Segundo Prado, Piovanotti e Vieira (2007), esse padrão de ideal paterno que define o pai como co-genitor é buscado até os dias atuais e tem mobilizado muitas iniciativas em pesquisas científicas. Entretanto, segundo esses autores, na América Latina e mais especificamente no Brasil, as investigações científicas têm demonstrado que, apesar da ampliação do papel do pai e das modificações relacionais que esse novo ideal oferece, ainda é muito comum a constatação da permanência do modelo tradicional que compreende o pai como o provedor permeando as representações dos membros da família.

A visão dos membros da família sobre paternidade, seja do ponto de vista de mães, seja do ponto de vista de pais, foi verificada por Prado, Piovanotti e Vieira (2007). Eles buscaram identificar padrões sociais implícitos de paternidade e diferenças entre pais e mães sobre a percepção do comportamento paterno em termos reais e ideais. Foram entrevistados 30 casais de diferentes níveis educacionais e socioeconômicos, e os resultados indicam que os homens e as mulheres dessa amostragem não diferem em suas percepções sobre o estilo paterno ideal. Entretanto, os homens percebem sua participação de forma bem mais significativa do que as mulheres a consideram efetiva. Eles se consideram mais responsáveis com as suas ações na esfera doméstica, desde a divisão mais igualitária das tarefas ao

envolvimento no cuidado com os filhos. Percebem a paternidade para além da concepção, mas relacionada à capacidade de sustentar e educar os filhos. Ainda reconhecem que o tempo de interação familiar poderia ser maior.

A despeito da importância das investigações acerca da concepção de pai na perspectiva das mães, é fundamental que os estudos priorizem a perspectiva do pai sobre seu próprio comportamento, visando uma melhor avaliação do quanto seu comportamento real se aproxima ou se distancia do seu ideal, conforme mencionado por Prado, Piovanotti e Vieira (2007). Mas, é igualmente importante conhecer a percepção das crianças a respeito do que é ser “pai” e “mãe”.

Nas investigações de Rabinovich e Moreira (2008) sobre concepções de crianças acerca da família e dos papéis atribuídos aos seus membros, o significado de pai remete aos papéis tradicionais como garantia de bem-estar da família e sustentação econômica, particularmente quando as crianças são provenientes de lares cujos pais possuem nível socioeducacional baixo. Por outro lado, para as crianças cujos pais possuem nível socioeducacional alto, o pai aparece como uma figura mais positiva que a mãe e com funções menos hierarquizadas e mais flexíveis, denotando uma diferenciação dos papéis parentais baseada na mudança da figura do pai que aparece com uma imagem mais positiva, lúdica e companheira e menos autoritária.

Em outro estudo, por meio do qual Moreira, Rabinovich e Silva (2009) se disponibilizaram a investigar os significados que as crianças atribuíam aos pais e outros membros da família, foram identificadas as seguintes categorias sobre o que é ser pai: a) cuidador; b) educador; c) provedor; d) trabalhador. Quando comparadas as respostas de crianças de nível socioeducacional alto, do interior do estado de São Paulo, verificou-se que o pai ainda se apresenta como lúdico, como aquele que brinca e faz palhaçada, sugerindo que, nesse caso, a convivência ocorre de modo menos hierárquico. Assim, segundo Moreira, Rabinovich e Silva (2009), o fato de o pai ser percebido como mais amigo e próximo por parte das crianças com nível mais alto e como tendo atribuições mais tradicionais na visão de crianças com nível mais baixo confirma a conclusão do estudo anterior proposto por RABINOVICH E MOREIRA (2008).

Ainda com base neste estudo, com relação às concepções de mãe, as categorias mais citadas foram: a) cuidadora do filho; b) educadora; c) aquela que cuida de tudo. O aspecto afetivo foi mais destacado no caso da mãe do que no do pai, enquanto que o aspecto lúdico foi menos destacado na percepção da mãe do que na do pai. Entretanto, no que concerne à disciplina, a percepção de ambos, pai e mãe, foi similar.

Para as autoras Moreira, Rabinovich e Silva (2009), as concepções das crianças já revelam mudanças nos papéis tradicionais associados às figuras parentais, embora em menor intensidade nos ambientes menos favorecidos e urbanizados.

Em consonância com Petrini (2010, p. 19), reiteramos que compreender o papel do pai implica constatar que “a paternidade é feita de qualidades relacionais, mais que de qualidades individuais”. O mesmo pode ser dito em relação ao papel materno e dos demais membros da família. A seguir, serão apresentados os procedimentos adotados para a seleção dos participantes, com destaque para a caracterização das crianças e de suas famílias, bem como os procedimentos para a coleta e análise dos dados.

3 MÉTODO

Nesse capítulo, são descritos, primeiramente, os procedimentos adotados para a seleção dos participantes; em seguida, uma descrição detalhada da amostra, tanto das crianças como de suas famílias, é apresentada. Posteriormente, são especificados os procedimentos de coleta e a análise dos dados, com detalhamento dos instrumentos de coleta.

3.1 PROCEDIMENTOS PARA A SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES

As crianças foram recrutadas em duas escolas localizadas nas áreas urbanas de Feira de Santana - BA. Uma escola de grande porte, pertencente à rede pública estadual e a outra, de médio porte, pertencente à rede particular de ensino, ambas contemplando as séries do Ensino Fundamental II (EFII) da Educação Básica (EB) no Brasil. Inicialmente, foi feito o contato com as diretoras e com as coordenadoras de ambas as instituições, para a apresentação do projeto, com a explanação dos objetivos deste e a entrega de uma carta convite (APÊNDICE A, p.151), visando obter a permissão da entrada da pesquisadora nas escolas, acesso aos dados dos alunos e o contato com as famílias. Através desses encontros, as diretoras confirmaram a autorização e as coordenadoras indicaram as séries das crianças que participariam do recrutamento.

Posteriormente, foram analisados os perfis das crianças, com base nos critérios pré-estabelecidos para os participantes. Para isto, foi distribuído, em cada turma correspondente às faixas etárias requeridas, um questionário de identificação das crianças (APÊNDICE B, p.152), solicitando dos prováveis participantes algumas informações pertinentes, como: dados pessoais, dados familiares, tipo de moradia, com quem a criança reside, endereço, telefones para contato, entre outras. O roteiro foi aplicado na sala de aula, em dias e horários combinados a partir da conveniência das escolas.

Após a aplicação do questionário de identificação com as crianças, foi enviada uma carta convite (APÊNDICE C, p.153) às famílias das crianças que preenchiam os requisitos para a participação na pesquisa, a saber: famílias nucleares e famílias monoparentais. Uma vez confirmado o atendimento aos critérios básicos de seleção e havendo concordância das famílias em participar, a pesquisadora entrou em contato com as mesmas para marcar dia e horário do primeiro encontro. Este encontro foi realizado no interior das escolas, com o objetivo de explicar detalhadamente o projeto, com destaque para a participação de cada membro da família.

Na ocasião, foi apresentado o projeto de pesquisa previamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), na cidade de Salvador - BA, sob o número 2.544.151. Destaque especial foi dado para a justificativa, a relevância social, os objetivos, os riscos e os benefícios para os participantes, as garantias de proteção e sigilo das informações. Além disso, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE D, p.154) e o Termo de Assentimento (APÊNDICE E, p.156) foram devidamente assinados para efetivação da participação na pesquisa, conforme exigido pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos.

3.1.1 As Crianças Participantes

Esse estudo foi realizado com a participação de 40 crianças e suas famílias, todas residentes no município de Feira de Santana, localizado no interior da Bahia. As crianças tinham entre 11 e 14 anos de idade, faixa etária considerada de transição para a adolescência (KALINA, 1999; MATURANO; ELIAS; CAMPOS, 2004; ABRAMOVAY; CASTRO, 2015). Embora essa faixa etária corresponda ao que a literatura denomina de pré-adolescência, neste trabalho os participantes serão denominados de “crianças” em transição para a adolescência. Elas possuíam um ou mais irmãos (mais velhos ou mais novos) e eram membros de arranjos familiares nucleares (n=27) e monoparentais (n=13).

Conforme exposto na parte introdutória desta dissertação, o conceito de família monoparental refere-se aos pais divorciados ou separados que cuidam da criança sem a presença do outro cônjuge (TORRES, 2000; ROMANELLI, 2002). Nesse sentido, foram excluídas da amostra as crianças cujos pais acordaram estabelecer a guarda compartilhada; entretanto, foram incluídas famílias (n=09) cujo responsável em cuidar do(a) filho(a) contava com o suporte de algum outro familiar para o sustento, residindo ou não na mesma moradia.

A amostra foi subdividida em pequenos grupos a partir da triangulação das variáveis estabelecidas:

- a) Grupos de crianças de 11 e 12 anos (Início da adolescência);
- b) Grupos de crianças de 13 e 14 anos (Final da adolescência);
- c) Grupo de crianças membros de arranjos nucleares (n=27), denominado GRUPO N;
- d) Grupo de crianças membros de arranjos monoparentais (n=13), denominado GRUPO M;

As crianças dos Grupos N e M foram divididas por fases da transição para a adolescência:

- Crianças no Início da Transição, com:

e) seis crianças com 11 anos (crianças enumeradas de um a seis) e três crianças com 12 anos (crianças enumeradas de sete à nove), formando o grupo **GNI** (GNI=09, sendo quatro do sexo masculino e cinco do sexo feminino);

f) quatro crianças com 11 anos (enumeradas de 10 a 13) e seis crianças com 12 anos (enumeradas de 14 a 19) formando o grupo **GMI** (GMI=10, sendo quatro do sexo masculino e seis do sexo feminino).

- Crianças no Final da Transição, com:

g) 13 crianças de 13 anos (enumeradas de 20 a 32), quatro crianças de 14 anos (enumeradas de 33 a 36), formando o grupo **GNF** (GNF=17, sendo 11 do sexo masculino e seis do sexo feminino);

h) uma criança de 13 anos (número 37), três crianças de 14 anos (números entre 38 e 40) formando o grupo **GMF** (GMF=04, sendo duas do sexo masculino e duas do sexo feminino).

Portanto, 19 crianças compõem o grupo em fase inicial da transição para a adolescência e 21 crianças, o grupo em fase final da transição.

Sobre o lugar que a criança em transição para a adolescência (alvo deste estudo) ocupa em suas famílias, registrou-se, a partir do questionário sociodemográfico respondido pelos genitores, que:

- nas famílias nucleares acessíveis às entrevistas, cinco crianças ocupam o lugar de primogênitos (masculino: n=03; Feminino: n=02), seis crianças ocupam o lugar do segundo filho (masculino: n=06) e uma criança do sexo feminino ocupa o lugar do terceiro filho destas famílias;

- nas famílias monoparentais, observou-se que cinco crianças ocupam o lugar do primogênito (masculino n=03; feminino n=02) e quatro crianças ocupam o lugar de segundo filho (feminino: n=04).

A Tabela 1 sumariza as informações acerca das características dos participantes, a saber, sexo, idade, tipo de arranjo familiar a que pertencem e tipo de escola que frequentam, se pública ou privada.

Tabela 1 - Caracterização dos participantes: sexo, idade e tipo de escola. Feira de Santana – Ba. 2019.

Características		Grupos de participantes					
		GNI (n=09)	GNF (n=18)	GMI (n=10)	GMF (n=03)	N (40)	%
Sexo	Masculino	04	12	04	01	21	52,50
	Feminino	05	06	06	02	19	47,50
Idade	11	06	-	04	-	10	25,00
	12	03	-	06	-	09	22,50
	13	-	13	-	01	14	35,00
	14	-	05	-	02	07	17,50
Tipo de escola	Rede pública	04	02	06	01	13	32,50
	Rede privada	05	16	04	02	27	67,50

Fonte: Elaboração própria.

Das 40 crianças, apenas 21 contaram com a participação de suas famílias respondendo ao Questionário de Caracterização do Sistema Familiar. Assim, foi possível obter informações detalhadas sobre ordem de nascimento e renda familiar apenas de 21 das 40 crianças participantes. A tabela 2 demonstra a caracterização das crianças participantes em relação à ordem de nascimento.

Tabela 2 - Caracterização dos participantes: posição em relação à ordem de nascimento. Feira de Santana – Ba. 2019.

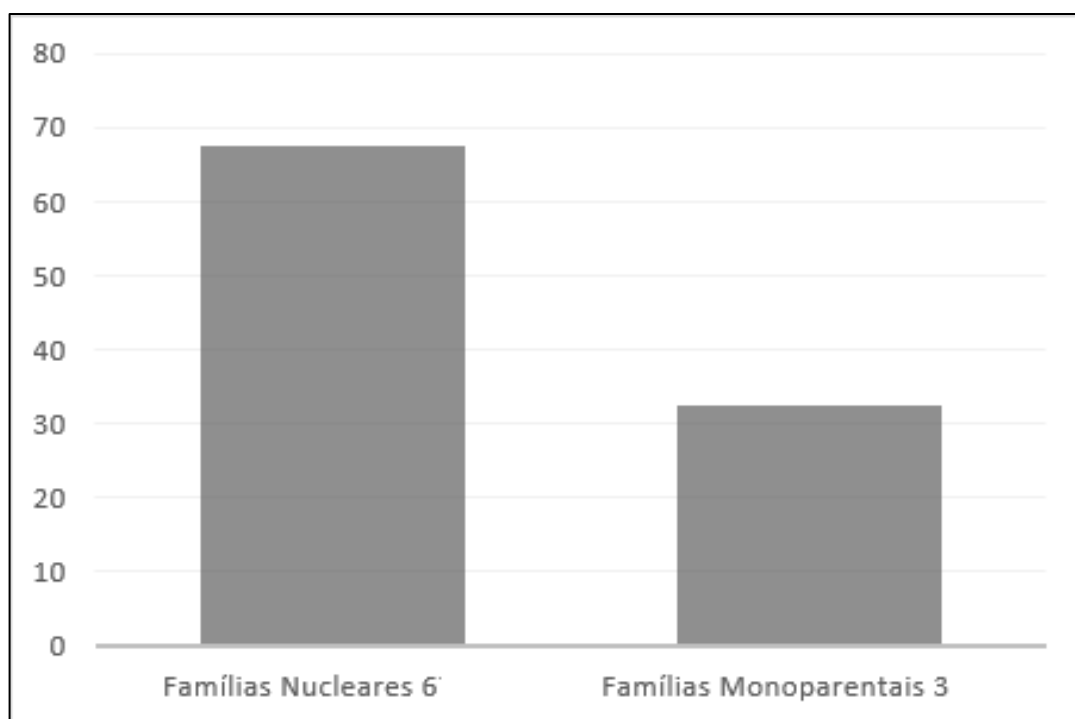
Característica	Crianças Participantes					
	Arranjos familiares					
Ordem de nascimento	Nucleares (12)		Monoparentais (09)		Total (21)	
	n	%	N	%	N	%
1º Filho (Masculino)	03	25,00	03	33,33	06	28,57
1º Filho (Feminino)	02	16,66	02	22,22	04	19,04
2º Filho (Masculino)	06	50,00	-	-	06	28,57
2º Filho (Feminino)	-	-	04	44,44	04	19,04
3º Filho (Feminino)	01	08,33	-	-	01	4,76

Fonte: Elaboração própria.

Em relação à ordem de nascimento, houve equilíbrio entre o número de primogênitos (47,61%) e de segundo filho (47,61%).

3.1.2 As Famílias das Crianças Participantes

As 40 crianças participantes deste estudo estavam subdivididas em 67,5% pertencentes a arranjos nucleares e 32,5% pertencentes a arranjos monoparentais, conforme mostra a Figura 1 a seguir.



Fonte: Elaboração própria

Figura 1 - Arranjos Familiares das Crianças Participantes.

As informações sociodemográficas das famílias foram obtidas por meio da aplicação de um questionário⁵ (ANEXO A, p.143) aos pais, conforme explicitado na Tabela 3 a seguir. Entretanto, pelas dificuldades enfrentadas em se estabelecer um horário e local que atendessem à disponibilidade da rotina dessas famílias, a entrevista foi realizada via telefone e apenas 21 famílias (nucleares n=12 e monoparentais n=09) aceitaram participar.

A quantidade de habitantes por domicílio, nas famílias nucleares acessíveis à pesquisa, era de quatro (n=6), cinco (n=4) e seis (n=1) habitantes por domicílio. Já nas famílias monoparentais que participaram da entrevista, essa quantidade era de dois (n=4), três (n=4) e quatro (n=1) habitantes por domicílio.

⁵ Para este estudo, o questionário sociodemográfico foi aplicado para fim de caracterização do sistema familiar dos participantes. No entanto, as informações obtidas por meio da sua aplicação, serão utilizadas em estudos posteriores.

Foi constatado, também, que o número de filhos existentes nessas famílias nucleares apresentou variação entre: dois filhos (n=7), três filhos (n=3) e quatro filhos (n=1). Nas famílias monoparentais essa variação ocorreu da seguinte forma: famílias com apenas um filho (n=3), dois filhos (n=5) e três filhos (n=1).

Tabela 3 – Características das Famílias Participantes: Moradia, renda, constelação familiar. Feira de Santana-Ba, 2019.

Característica		Famílias Participantes				Total (N=21)
		Nuclear (n=12)		Monoparental (n=09)		
Moradia	Área urbana	11	91,66	08	88,88	19
	Zona rural	01	11,11	01	11,11	02
Renda (salário mínimo)						
	Até 1	02	16,66	05	55,55	07
	De 1 a 3	03	25,00	03	33,33	06
	+ 3 até 5	03	25,00	00	-	03
	+ 5 a 15	04	33,33	01	11,11	05
	+ de 15	-	-	-	-	-
Constelação Familiar						
	Até 2 pessoas	-	-	04	44,44	04
	3 pessoas	01	08,33	04	44,44	05
	4 pessoas	06	50,00	01	11,11	07
	5 pessoas	04	33,33	-	-	04
	6 pessoas	01	08,33	-	-	01

Fonte: Elaboração própria.

Segundo Alves e Soares (2009), o nível socioeconômico das famílias é um constructo teórico que não pode ser diretamente verificado, mas que se manifesta através da escolaridade dos genitores e de suas ocupações e rendimentos. Nesse estudo, utilizamos o nível socioeconômico (NSE) produzido pelo IBGE no âmbito da PNAD e do Censo Demográfico, que tem como base a renda familiar em salários mínimos (BRASIL, 2016).

De acordo com os dados fornecidos pelo IBGE (BRASIL, 2016) através da lista de classes sociais, são pertencentes à Classe A famílias que possuem rendimento superior a 15 salários mínimos; a Classe B refere-se àquelas famílias cujo rendimento se encontra entre cinco a 15 salários mínimos; a Classe C diz respeito às famílias que possuem renda mensal que varia de três a cinco salários mínimos; na Classe D, a variação fica entre um a três salários; e a Classe E refere-se àquelas famílias que recebem até um salário mínimo.

Tomando por base essas informações, das famílias nucleares deste estudo, 33% pertencem à Classe B (n=04); 25%, à Classe C (n=03); outros 25%, à Classe D (n=03); e 16,66%, à Classe E (n=2). Entre as famílias monoparentais, o contingente pertencente às Classes D e E aumenta consideravelmente, sendo 55,55% delas pertencentes à Classe E (n=5) e 33,33% à Classe D (n=3). As famílias que foram identificadas como pertencentes à Classe E contam com suas famílias extensas (geralmente, as avós maternas) como rede de apoio social e financeiro ou contribuições financeiras do outro genitor.

Com relação à moradia das famílias de arranjos nucleares, foi constatado que 91,66% residem em área urbana com localização central (n=11). Apenas 8,33% possuem suas residências na zona rural em regiões periféricas (n=1). Entre as famílias monoparentais, foi observado que 88,88% moram no centro da área urbana (n=8) e 11,11% residem na região periférica da zona rural.

Todos os genitores entrevistados e seus filhos eram brasileiros, baianos residentes no município de Feira de Santana e/ou região. Participaram da coleta de dados tanto mães (n=21) como pais (n=16) das crianças (ressaltando que, em algumas famílias, foi possível obter respostas de ambos os genitores). Foi constatado que a maior parte deles tinha entre 40 e 50 anos, sendo pai (n=09) e mãe (n=14). No quesito escolaridade dos genitores de ambos os arranjos, foi verificado que a maioria possui o Ensino Médio (EM) completo, sendo pai (n=06) e mãe (n=10); seguido do Ensino Superior (ES) completo, sendo pai (n=4) e mãe (n=07). Foi observado, ainda, que 47,24% dos genitores (pais, n=06 e mães, n=10) possuem um nível de escolaridade que corresponde ao ensino médio completo, sendo a maior concentração entre as mulheres. Ainda se observou que 29,72% dos genitores possuem o ES completo (pais, n=04 e mães, n=07).

Sobre a religião dos genitores (N=21), foi verificado que, do total de pais (n=16), 12,5% se identificaram como católicos (n=2); 43,75%, como evangélicos (n=7); e 37,5% afirmaram não ter religião (n=6); não tendo sido possível obter informações de 37,5% dos pais (n=6). Neste mesmo quesito, com relação às mães, 23,81% identificaram-se como católicas (n=5); 61,9%, como evangélicas (n=13); 4,76% faziam parte de outros grupos religiosos (n=1) e 9,52% afirmaram não ter religião (n=2).

A Tabela 4, a seguir, sumariza as características dos genitores participantes.

Tabela 4 – Características dos genitores participantes: Idade, escolaridade e ocupação. Feira de Santana – Ba. 2019.

Característica	Genitores Participantes					
	Pai (n=16)		Mãe (n=21)		Total (n=37)	
		%		%		%
Idade dos genitores em anos						
30 a 40	05	31,50	04	19,40	09	24,32
40 a 50	09	56,25	14	66,66	23	62,16
50 a 60	12	12,50	02	47,61	04	10,81
Escolaridade						
EF Completo	-	-	02	09,52	02	05,40
EF Incompleto	03	18,75	02	09,52	05	13,51
EM Completo	06	37,50	10	47,61	16	43,24
EM Incompleto	02	12,50	-	-	02	05,40
ES Completo	04	25,00	07	33,33	11	29,72
ES Incompleto	01	06,20	-	-	01	02,00
Ocupação atual						
Trabalha fora de casa	16	100	17	80,95	33	89,18
Cuida da casa	-	-	04	19,04	04	10,81
Desempregado	-	-	-	-	-	-
Não informou	05	31,25	-	-	05	31,25

Fonte: Elaboração própria.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados por meio da aplicação de quatro questionários às crianças, em uma única etapa. Três deles investigaram: 1) as concepções de família; 2) percepções sobre suas famílias atuais e 3) expectativas acerca das suas futuras famílias (APÊNDICE F, p.158; APÊNDICE G, p.159; APÊNDICE H, p.160; APÊNDICE I, p.161). O quarto questionário era composto por questões que avaliavam a percepção das crianças acerca do clima familiar (ANEXO B, p.150)⁶.

Os questionários foram aplicados na escola, de forma individualizada, em uma única sessão com duração de 40 a 50 minutos, conduzida pela pesquisadora, no local e na data

⁶ Assim como o Questionário de Caracterização do Sistema Familiar, os resultados deste instrumento relativo ao 'Clima Familiar' não foram incluídos nesta dissertação, mas serão posteriormente analisados e submetidos à publicação.

combinados previamente com os professores, mais especificamente em um espaço privativo. Não houve interferências de outras pessoas durante a aplicação.

Com a finalidade de motivar os participantes a falarem sobre as suas concepções e expectativas sobre família, foram utilizados cartazes contendo os instrumentos de forma ampliada. Por meio dos cartazes, as crianças tiveram a oportunidade de fazer suas reflexões acerca de cada questão abordada e, em seguida, escrevê-la na folha individual. Além de promover a reflexão acerca desses conceitos, o uso dos cartazes é um recurso lúdico apropriado para a faixa etária dos participantes.

Como exemplo deste momento, foi exposto um primeiro cartaz: Conceituando Família (APÊNDICE F, p.158), por meio do qual se buscou identificar as concepções que os participantes têm sobre família: a) o que é família; b) quem faz parte da família; c) para que serve a família; d) o que uma família faz. Após as reflexões, os participantes puderam escrever, em suas folhas individuais, suas próprias concepções.

Em seguida, foi apresentado um segundo cartaz sobre a avaliação da família atual (APÊNDICE G, p.159), por meio do qual se intencionou fazer o levantamento das percepções dos participantes sobre as suas próprias famílias: a) Minha família é...; b) Como eu me sinto fazendo parte da minha família; c) Se eu pudesse, o que eu mudaria na minha família; d) Como eu vejo a minha família daqui a 10 anos.

Foi trabalhado, em um terceiro cartaz, utilizando gravuras, os diferentes arranjos familiares. Por meio das gravuras com os diferentes arranjos familiares expostos no cartaz e a contextualização dos arranjos, as crianças puderam levantar as suas ideias sobre as tipologias contemporâneas: a) Famílias nucleares; b) Famílias monoparentais; c) Famílias extensas; d) Famílias recasadas. Em seguida, elas fizeram seus registros na folha individual (APÊNDICE H, p. 160). Por fim, ainda foi apresentado um último cartaz (APÊNDICE I, p.161) para que os participantes registrassem as respostas a respeito das suas expectativas futuras, por meio da indagação: Como será minha futura família?

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

A utilização dos métodos qualitativos e quantitativos tem sido considerada uma estratégia bastante eficaz para uma maior compreensão das questões concernentes aos estudos sobre família (DESSEN; WEBER, 2011). A união dos dois métodos favorece tanto os procedimentos para a coleta dos dados, devido às possibilidades de utilização de variados

instrumentos, quanto à análise dos dados, em que os dados são apresentados de forma quantitativa e qualitativa, como complementares. Portanto, são inegáveis as contribuições que ambos os métodos oferecem (DESSEN; WEBER, 2011).

Neste estudo, após a coleta foi realizada a análise dos dados a partir das respostas obtidas por meio das entrevistas com as crianças, utilizando os cartazes e registros individuais como recursos. O procedimento de análise dos dados obtidos através das questões abertas das entrevistas com as crianças seguiu o modelo proposto por Dessen e Cerqueira-Silva (2009).

Essa proposta combina métodos qualitativos e quantitativos que possibilitam análise de dados por meio de quatro etapas sucessivas: a) as duas primeiras etapas consistem na técnica da Análise de Conteúdo (AC); e b) as duas etapas seguintes referem-se à ampliação das análises iniciais e formação dos sistemas integrados de categorias. No entanto, considerando a existência de trabalhos sobre este tema na literatura atual, foi elaborado um sistema preliminar de categorias, com base na literatura empírica sobre o assunto.

Assim, para as questões deste estudo, os sistemas definitivos foram desenvolvidos por elaboração própria, a partir das respostas das crianças e algumas adaptações de outros sistemas já existentes na literatura. Para a questão central deste estudo, por exemplo, – O que é família? –, o sistema definitivo foi desenvolvido a partir das respostas das crianças e foram levadas em consideração algumas categorias encontradas nos sistemas já construídos por Moreira, Rabinovich e Silva (2009) acerca dos olhares de crianças baianas sobre família.

As autoras destacaram oito categorias apresentadas pelas concepções dos participantes da pesquisa sobre o significado de família. Algumas delas serviram de base para a elaboração do sistema de categorias deste estudo para a mesma questão. Entretanto, essas categorias passaram por uma análise e sofreram adaptações para serem utilizadas. Foram elas:

- pessoas que cuidam - significando pessoas que colaboram umas com as outras, que se ajudam;
- significado afetivo - lugar onde as pessoas manifestam amor, carinho, respeito, bondade e não maltratam;
- grupo de pessoas que vivem juntas - família enquanto grupo de pessoas que vivem juntas, que coabitam e são unidas, compartilhando, dividindo as experiências pessoais, ajudando-se mutuamente e tendo objetivos comuns;
- educa a nova geração - família como função de educar sua prole;
- sentido da vida - elemento mais importante, razão da própria vida;
- estrutura/definição legal - definição de família a partir de seus componentes.

Além disso, o estudo realizado por Ramos (2008) em sua dissertação de mestrado também foi utilizado servindo de base para o Sistema Preliminar de Categorias. Adicionalmente às categorias extraídas da literatura, as respostas dos participantes foram analisadas e, em seguida, adicionadas ao Sistema Preliminar. As categorias pré-selecionadas que não foram relatadas pelos participantes foram excluídas. Os sistemas de categorias formados a partir da pré-análise com os grupos de diferentes idades e arranjos familiares foram reagrupados, formando o Sistema Integrado Definitivo de Categorias (SIDC).

Portanto, a elaboração do Sistema Integrado de Categorias deste estudo tem como base a adaptação das respostas dos participantes a um sistema de categorias preexistentes na literatura empírica sobre o tema. Após essa adequação, foram calculadas as frequências, absoluta e relativa, e realizados cálculos de estatística descritiva. Para a avaliação estatística, os dados foram comparados levando em conta as concepções de cada grupo de crianças com base no tipo de família a qual pertencem (nuclear e monoparental) e em suas fases (inicial e final) no curso de sua transição para a adolescência.

Por meio deste estudo, pretende-se responder a questões como: a) O que crianças da fase inicial e final da transição pensam acerca das suas famílias atuais e quais as suas projeções futuras?; b) Quais expectativas elas trazem a respeito da formação de suas próprias famílias no futuro?; c) Quais as semelhanças e as diferenças entre as concepções desses grupos de crianças sobre os modelos familiares contemporâneos, a saber: famílias nucleares, monoparentais, extensas e recasadas?;

A seguir será apresentado o Sistema Integrado Definitivo de Categorias (SIDC) elaborado a partir deste estudo.

3.3.1 Primeiro Instrumento

3.3.1.1 Sistemas de Categorias: Concepções de Família

Quadro 1. Sistema de categoria para a questão: O que é uma família?

Categoria 1. pessoas que se amam/ gostam e se respeitam;
 Categoria 2. pessoas unidas, próximas e amigas;
 Categoria 3. pessoas que se ajudam mutuamente;
 Categoria 4. família como espaço de interação/ convivência;
 Categoria 5. família como sentido da vida;
 Categoria 6. família como presente de Deus;
 Categoria 7. família como espaço de transmissão da cultura/ educação;
 Categoria 8. pessoas que coabitam;
 Categoria 9. pessoas que possuem laços de sangue;
 Categoria 10. pessoas que possuem o mesmo sobrenome;
 Categoria 11. definição pelas pessoas que a compõem.

Quadro 2. Sistema de categoria para a questão: Quem faz parte de uma família?

Categoria 1. genitores;
 Categoria 2. genitores e filhos;
 Categoria 3. genitores, filhos e/ou parentes;
 Categoria 4. genitores, filhos, parentes e amigos;
 Categoria 5. genitores, filhos, parentes, amigos e animais;
 Categoria 6. genitores, filhos e amigos;
 Categoria 7. genitores, filhos e animais;
 Categoria 8. pessoas com o mesmo sangue e sobrenome;
 Categoria 9. pessoas que estão dispostas a se amar;

Quadro 3. Sistema de categoria para a questão: Para que serve uma família?

Categoria 1. função socializadora;
 Categoria 2. função cuidadora;
 Categoria 3. função provedora;
 Categoria 4. função afetiva.

Quadro 4. Sistema de categoria para a questão: O que uma família faz?

a) QUANTO À FAMÍLIA Categoria 1. função cuidadora Categoria 2. função socializadora Categoria 3. função afetiva Categoria 4. função provedora;
b) QUANTO AO PAI Categoria 1. cuidador Categoria 2. socializador Categoria 3. afetivo Categoria 4. provedor
c) QUANTO À MÃE Categoria 1. cuidadora Categoria 2. socializadora Categoria 3. afetiva Categoria 4. provedora;
d) QUANTO AO FILHO/IRMÃO Categoria 1. cuidador Categoria 2. socializador Categoria 3. Afetivo

3.3.2 Segundo Instrumento

3.3.2.1 Sistema de Categorias: Expectativas Quanto a Família Atual e ao seu Futuro

Quadro 5. Sistema de categorias: Minha família é...

1- QUALIFICAÇÕES POSITIVAS
Categoria 1. Afetiva: amorosa, carinhosa, compreensiva, boa, amada Categoria 2. Harmônica: companheira, unida Categoria 3. Possui clima emocional positivo: feliz, alegre, divertida, engraçada, legal Categoria 4. Socializadora: modelo, espelho Categoria 5. Protetora/Cuidadora: Ajudadora, cuidadosa, sempre presente, fiel Categoria 6. Sentido da vida: base de tudo Categoria 7. Composição familiar: monoparental, grande, pequena Categoria 8. Dádiva: Presente de Deus, tesouro, presente, especial/única, abençoada, representação do amor de Deus Categoria 9. Lugar de equilíbrio e de paz: paz, calma, tranquila, equilibrada Categoria 10. Outras qualificações da família: bonita, maravilhosa, simpática, forte
2- QUALIFICAÇÕES NEGATIVAS
Categoria 1. Sem Harmonia/Conflituosa: briguenta Categoria 2. Possui Clima emocional negativo: triste

Quadro 6. Sistema de Categorias: Como me sinto fazendo parte da minha família?

Categoria 1. Sentimentos de bem-estar: a) Positivos: feliz, alegre, satisfeito e bem b) Negativos: infeliz, triste, insatisfeito e não muito bem
Categoria 2. Sentimentos de proteção: protegido/seguro/cuidado Categoria 3. Sentimentos de amor e acolhimento: amado/querido/acolhido/afetivo Categoria 4. Sentimentos de gratidão: grato/presenteado/abençoado
Categoria 5. Valoração dentro da família: com três subníveis: a) Normal, b) Importante, c) Orgulhoso

Quadro 7. Sistema de Categorias: Se pudesse, o que mudaria na minha família?

Categoria 1. Não mudaria nada
a) NA FAMÍLIA COMO UM TODO: Categorias 2. As brigas e falta de união Categorias 3. A falta de reconciliação Categorias 4. A convivência Categorias 5. A diversão
b) NAS RELAÇÕES PARENTAIS Categorias 6. A forma de pensar dos pais Categorias 7. Que os pais fossem mais liberais
c) NAS RELAÇÕES MATERNAS Categorias 8. Que a minha mãe confiasse mais em mim com relação aos estudos
d) NAS RELAÇÕES PTERNAS Categorias 9. Que o pai voltasse a morar em casa Categorias 10. Que o pai deixasse de ser pão-duro Categorias 11. Que meu pai fosse mais paciente
e) NAS RELAÇÕES FRATERNAS Categorias 12. Que meu irmão fosse mais velho Categorias 13. Que meu irmão emprestado se tornasse de sangue

Quadro 8. Como eu vejo minha família atual daqui a uns 10 anos?

1- EXPECTATIVAS SOBRE A FAMÍLIA
a) QUANTO À ESTRUTURA FAMILIAR Categoria 1. Vivendo juntos, unidos Categoria 2. Vivendo separados Categoria 3. Vivendo como no presente
QUANTO À CONVIVÊNCIA ENTRE OS MEMBROS DA FAMÍLIA Categoria 4. Convivendo com amor, carinho e alegria Categoria 5. Interagindo mais, sem brigas e em paz
c) QUANTO AO ESTADO GERAL DA FAMÍLIA Categoria 6. Com saúde Categoria 7. Forte

Quadro 9. Como eu vejo minha família atual daqui a uns 10 anos?

2- EXPECTATIVAS DO ADOLESCENTE EM TRANSIÇÃO SOBRE SI MESMO
a) QUANTO AO SEU PROCESSO DE BUSCA POR INDEPENDÊNCIA Categoria 1. Cursando faculdade ou formada Categoria 2. Trabalhando Categoria 3. Sendo adulto Categoria 4. Morando na própria casa Categoria 5. Realizando sonhos
b) QUANTO AO SEU PROCESSO DE LIGAÇÃO COM SUA FAMÍLIA DE ORIGEM Categoria 6. Morando com os pais Categoria 7. Cuidando e ajudando os pais
c) QUANTO À CONSTITUIÇÃO DE SUA PRÓPRIA FAMÍLIA Categoria 8. Casando Categoria 9. Educando os filhos

Quadro 10. Como eu vejo minha família atual daqui a uns 10 anos?

3- EXPECTATIVAS SOBRE O PAI E A MÃE
a) CARACTERÍSTICAS FÍSICAS Categoria 1. Idosos Categoria 2. De cabelos brancos Categoria 3. Usando Óculos
b) SITUAÇÃO DE TRABALHO Categoria 4. Aposentados Categoria 5. Trabalhando Categoria 6. Aperfeiçoando a sua formação. Ex.: doutor em Psicologia
c) VIDA PESSOAL DOS PAIS Categoria 7. Realizando sonhos Categoria 8. Descansando Categoria 9. Viajando pelo mundo Categoria 10. Felizes e Unidos Categoria 11. Orgulhosos dos filhos

Quadro 11. Como eu vejo minha família atual daqui a uns 10 anos?

4- EXPECTATIVAS SOBRE OS IRMÃOS
a) QUANTO AO SEU PROCESSO DE BUSCA POR INDEPENDÊNCIA Categoria 1. Preparando-se para ou cursando faculdade; formada Categoria 2. Trabalhando Categoria 3. Crescendo Categoria 4. Morando fora de casa
b) QUANTO AO SEU PROCESSO DE LIGAÇÃO COM SUA FAMÍLIA DE ORIGEM Categoria 5. Morando com os pais Categoria 6. Cuidando e ajudando os pais
c) QUANTO ÀS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS Categoria 7. Estar mais magro

3.3.3 Terceiro Instrumento

3.3.3.1 Sistema de Categorias sobre Percepções acerca dos diferentes Arranjos Familiares

Quadro 12. Sistema de categorias para percepção dos diferentes arranjos familiares

1. ATRIBUTOS POSITIVOS
Categoria Família ‘Perfeita’: a) Melhor família/ Melhor ambiente b) Boa/muito boa/legal/muito legal
Categoria Família ‘Feliz’ a) Mais feliz que as outras b) Feliz como as outras c) Feliz d) Divertida/interessante e) Especial
Categoria ‘Compleitude’ a) A mais completa b) Nunca se acaba
Categoria Família ‘Harmônica’ a) Unida
Categoria Rede social de apoio a) Família que depende uns dos outros b) Família que ajuda a quem precisa

Quadro 13. Sistema de categorias para percepção dos diferentes arranjos familiares

2- ATRIBUTOS NEUTROS
Categoria Família ‘Tradicional’ a) Padrão b) Tradicional c) É a forma correta/ é o certo d) Padrão de Deus
Categoria Família ‘Normal’ a) Normal b) Igual às outras
Categoria Descrição pela Composição e Tamanho a) Identificação dos componentes da família b) Grande/ muitas pessoas/diversos parentes c) Pequena

Quadro 14. Sistema de categorias para percepção dos diferentes arranjos familiares

3- ATRIBUTOS NEGATIVOS
Categoria Família em ‘Ultrapassada e Estranha’ a) Antiga b) Estranha
Categoria Família ‘Não Perfeita’: a) Não muito boa/Não é legal b) Ruim/ péssima c) Injusta d) Errada/Não deu certo
Categoria Família ‘Infeliz’ a) Infeliz/triste
Categoria Família ‘Incompleta’ a) Incompleta b) Falta o pai c) Família que perdeu alguém
Categoria Família ‘Não Harmônica’ a) Difícil/Complicada b) Causa conflitos c) Em relação aos filhos – filhos isolados d) Em relação a todos

4 RESULTADOS

Os dados encontrados a partir das entrevistas com as 40 crianças que estão em transição para a adolescência foram analisados considerando os Grupos participantes: GNI (Crianças de famílias nucleares que estão no início da transição, 11 e 12 anos), GMI (Crianças de famílias monoparentais que estão no início da transição, 11 e 12 anos), GNF (Crianças de famílias nucleares que estão no final da transição, 13 e 14 anos), GMF (Crianças de famílias monoparentais que estão no final da transição, 13 e 14 anos). As respostas das crianças foram agrupadas em categorias, conforme mencionado no capítulo anterior.

4.1 INSTRUMENTO I - CONCEPÇÕES DE FAMÍLIA POR GRUPO: O QUE PENSO SOBRE FAMÍLIA?

Com o instrumento: O que eu penso sobre família, foi possível a obtenção de dados sobre o conceito, composição, função e divisão de papéis. As respostas dos participantes são apresentadas de acordo com as seguintes questões:

- a) O que é uma família?
- b) Quem faz parte de uma família?
- c) Para que serve uma família?
- d) O que uma família faz?

4.1.1 O que é uma Família?

As categorias trabalhadas foram baseadas no estudo desenvolvido por Moreira; Rabinovich e Silva (2009). Entretanto, essas categorias foram adaptadas e outras foram acrescentadas considerando as peculiaridades das respostas dos participantes deste estudo. Após alterações necessárias, as categorias para essa questão, foram: 1) pessoas que se amam/ gostam e se respeitam; 2) pessoas unidas, próximas e amigas; 3) pessoas que se ajudam mutuamente; 4) família como espaço de interação/ convivência; 5) família como sentido da vida; 6) família como presente de Deus; 7) família como espaço de transmissão da cultura/ educação; 8) pessoas que coabitam; 9) pessoas que possuem laços de sangue; 10) pessoas que possuem o mesmo sobrenome; 11) definição pelas pessoas que a compõem.

A Tabela 5 apresenta as frequências absolutas e percentuais das categorias para a questão ‘o que é ser família’, possibilitando uma comparação entre os grupos nuclear e monoparental, com especificação do período de transição – se inicial ou final.

Tabela 5 – Frequência e Percentual de Categorias para a questão: “O que é ser família?”, com especificação dos grupos. Feira de Santana-Ba, 2019.

Categorias	Grupos nucleares						Grupos monoparentais						Total F
	f	GNI (%)	f	GNF (%)	f	Subtotal (%)	f	GMI (%)	f	GMF (%)	F	Subtotal (%)	
Pessoas que se amam, gostam e se respeitam	03	20,00	05	33,33	08	53,33	04	26,66	03	20,00	07	46,66	15
Pessoas unidas, próximas, amigas	02	16,66	07	58,33	09	75,00	02	16,66	01	8,33	03	25,00	12
Pessoas que se ajudam mutuamente	-	-	05	62,50	05	62,50	02	25,00	01	12,50	03	37,50	08
Interação e convivência	-	-	03	60,00	03	60,00	02	40,00	-	-	02	40,00	05
Sentido da vida	02	28,57	03	42,85	05	71,42	01	14,28	01	14,28	02	28,57	07
Presente de Deus	02	50,00	01	25,00	03	75,00	-	-	01	25,00	01	25,00	04
Transmissão da cultura/educação	02	100,0	-	-	02	100,0	-	-	-	-	-	-	02
Pessoas que coabitam	01	50,00	01	50,00	02	100,0	-	-	-	-	-	-	02
Pessoas que possuem laços de sangue	01	25,00	01	25,00	02	50,00	01	25,00	01	25,00	02	50,00	04
Pessoas que possuem o mesmo sobrenome	01	100,0	-	-	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
Definição pela composição	-	-	04	80,00	04	80,00	-	-	01	20,00	01	20,00	05

Nota: Um mesmo participante pode ter mencionado mais de uma categoria ao responder uma única questão.

Fonte: Elaboração própria.

Do total de categorias (N= 65) mencionadas pelos 40 participantes, para essa questão, a categoria: pessoas que se amam/ gostam e respeitam foi a que obteve maior frequência entre os grupos (n=15; 23%), seguida por pessoas unidas, próximas e amigas (n=12; 18,46%) e pessoas que se ajudam mutuamente (n=8; 12,3%). Não foi observada diferença relevante nas frequências da categoria pessoas que se amam/ gostam e respeitam entre os grupos de crianças dos arranjos nucleares e de arranjos monoparentais.

Entretanto, no grupo de crianças de arranjos nucleares, a categoria: pessoas unidas, próximas e amigas, foi mencionada 50 pontos percentuais a mais que no grupo de crianças de arranjos monoparentais. A categoria: pessoas que se ajudam mutuamente foi mencionada cerca de 25 pontos percentuais a mais pelos grupos nucleares quando comparados aos grupos monoparentais. Foi observado, ainda, que as categorias encontradas para o que é ser família referente à: transmissão da cultura/ educação; pessoas que coabitam; pessoas que possuem o mesmo sobrenome não foram mencionadas pelos grupos de crianças de arranjos monoparentais.

A comparação entre os grupos de crianças em fase inicial (GI) e final (GF) de transição, independentemente do tipo de arranjo, se nuclear ou monoparental, revela que a categoria mais frequentemente mencionada pelo GI e GF foi: ‘pessoas que se amam/ gostam e se respeitam’ (GI: n=7; 46,66% e GF: n=8; 53,33%). Ambos os grupos também mencionaram a categoria: ‘pessoas unidas, próximas e amigas’ (GI: n=4; 33,32% e GF: n=8; 66,66%). Isto significa que esta categoria está mais fortemente presente na transição final para a adolescência.

No entanto, uma análise mais detalhada entre as diferenças nas frequências das categorias entre GN e GM mostra que, na transição inicial, ambos os grupos não apresentam diferenças na menção à categoria ‘pessoas unidas, próximas e amigas, enquanto que, na transição final’, a diferença é de 50 pontos percentuais entre GN (58,33%) e GM (8,33%). É interessante observar, também, que, na transição final, ambos os grupos (GN e GM) não mencionam as categorias ‘Transmissão cultural/educação’ e ‘Pessoas que possuem o mesmo sobrenome’. Em contraposição, na transição inicial, ambos os grupos (GN e GM) não definem a família por sua ‘Composição’.

Em síntese, foi observado que os grupos de crianças pertencentes a arranjos nucleares concebem família mais frequentemente como pessoas que se amam/gostam e se respeitam (GNI) e pessoas unidas, próximas e amigas (GNF), enfatizando os aspectos afetivo e relacional para ‘o que é ser família’. Elas destacaram, também, outros fatores como: GNI - coabitação; laços de sangue; pessoas que possuem o mesmo sobrenome; e GNF –

composição. Diferentemente, os grupos de crianças pertencentes aos arranjos monoparentais (GMI e GMF) não mencionaram pessoas que coabitam e pessoas que possuem o mesmo sobrenome para definir família; apenas enfatizaram os aspectos afetivo e relacional para a mesma questão.

Foi verificado, ainda, que, em sua maior parte, as crianças que estão no início da transição e aquelas que estão no final da transição concebem família de forma similar, como: pessoas que se amam/ gostam e se respeitam. As categorias mais frequentes para a maioria das crianças em fase final da transição, foram: GNF = pessoas unidas, próximas e amigas e GMF = pessoas que se amam/ gostam e se respeitam. Vale ressaltar que a definição de família pela composição não aparece nos grupos de início de transição, enquanto para os grupos na fase final da transição, essa categoria aparece em ambos (GNF e GMF).

4.1.2 Quem faz parte de uma família?

A segunda questão trabalhada no instrumento: ‘O que eu penso sobre família?’ é sobre a composição a partir da pergunta: Quem faz parte de uma família? As categorias trabalhadas foram baseadas no estudo desenvolvido por Ramos (2008), em sua dissertação de mestrado. As categorias foram adaptadas e outras foram acrescentadas considerando as peculiaridades das respostas dos participantes deste estudo.

De todas as categorias utilizadas para essa questão, as categorias: genitores e filhos (n=15; 37,5%) e genitores, filhos e parentes (n=15; 37,5%), foram as mais citadas pelos participantes, independentemente do tipo de grupo. Apenas 10% dos participantes citaram a categoria: genitores, filhos, parentes e amigos como fazendo parte de sua família. As demais categorias tiveram um percentual inexpressivo de citações (2,5%).

As categorias mais mencionadas pelo GN, tomando como base a frequência de todas as categorias deste grupo (n=26), foram: genitores e filhos (n=12; 46%); genitores, filhos e parentes (n=8; 30,7%); e genitores, filhos parentes e amigos (n=3; 11,5%). É interessante observar que ‘parentes’ e ‘amigos’ são considerados parte da família, embora a maior parte das respostas faça referência apenas a genitores e filhos. Para o GM (n=14), a composição familiar mais frequente engloba: genitores, filhos e parentes (n=7; 50%) e genitores e filhos (n=3; 21,4%). Neste grupo, a composição: genitores, filhos, parentes e amigos é citada, mas correspondendo a um percentual mínimo (n=1; 7,4%).

Portanto, a composição de ‘família nuclear’ englobando apenas genitores e filhos está mais fortemente presente no arranjo nuclear, se comparado com o arranjo monoparental, em que prevalece a noção nuclear, acrescida de ‘parentes’. Estes dados são detalhados na Tabela 6, que apresenta uma comparação entre os grupos, considerando os tipos de arranjo e transição.

Tabela 6– Frequência absoluta e percentual das Categorias para a questão: “Quem faz parte de uma família?”, por grupo. Feira de Santana-Ba, 2019.

Categorias	Grupos nucleares						Grupos monoparentais						Frequência
	GNI		GNF		Subtotal		GMI		GM		Subtotal		Total
	f	(%)	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	F
Genitores	-	-	-	-	-	-	01	100,0	-	-	01	100,0	01
Genitores e Filhos	04	26,66	08	53,33	12	80,00	03	20,00	-	-	03	20,00	15
Genitores, Filhos e/ou Parentes	03	20,00	05	33,33	08	53,33	05	33,33	02	13,33	07	46,66	15
Genitores, Filhos, Parentes e Amigos	01	25,00	02	50,00	03	75,00	-	-	01	25,00	01	25,00	04
Genitores, Filhos, Parentes, Amigos e Animais	-	-	01	100,0	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
Genitores, Filhos e Animais	-	-	-	-	-	-	01	100,0	-	-	01	100,0	01
Genitores, Filhos e Amigos	-	-	01	100,0	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
Pessoas com mesmo sangue e sobrenome	01	100,0	-	-	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
Pessoas que estão dispostas a se amar	-	-	-	-	-	-	-	-	01	100,0	01	100,0	01

Nota: Um mesmo participante pode ter mencionado mais de uma categoria ao responder uma única questão.

Fonte: Elaboração própria.

Conforme pode ser depreendido pela leitura da Tabela 6, a maioria das respostas do GN (n=12; 80%) foi para uma composição de família composta por genitores e filhos, em contraposição a 20% das respostas do GM, o que significa 60 pontos percentuais a mais de respostas nesta categoria para o GN. Por outro lado, ambos os grupos compartilham da ideia de que a família é composta por: genitores, filhos e parentes (GN=53,33%; GM=46,66%) em proporções similares. Esta composição foi a mais citada pelo GM. A composição: genitores, filhos, parentes e amigos foi mais citada pelo GN (75%) do que pelo GM (25%).

Uma comparação entre os grupos de transição inicial e final revela que as crianças de ambas as fases consideram de modo similar a composição: genitores, filhos e parentes (GI: n=8; 53,33% e GF: n=7; 46,66%). No que diz respeito à composição: genitores e filhos, enquanto o GI apontou esta categoria correspondendo a 46,66% (n=7), para o GF este percentual foi de 53,33% (n=8). Neste caso, apenas o GNF mencionou a referida categoria, enquanto para o GMF, a frequência desta categoria foi zero. É interessante observar que as categorias: pessoas com o mesmo sangue e sobrenome e pessoas dispostas a se amar foram mencionadas uma única vez: a primeira pelo grupo GI (GN) e a segunda pelo GF (GM).

Em resumo, é possível observar que há diferença entre as concepções das crianças de ambos os arranjos. A maior parte das crianças pertencentes a arranjos nucleares considera fazer parte da família genitores e filhos, enquanto que para as crianças pertencentes aos arranjos monoparentais, a maioria enfatizou genitores, filhos e parentes compondo a constituição familiar.

Outro dado relevante que ressalta a diferença entre as concepções das crianças de ambos arranjos, é que as crianças de arranjos nucleares deram destaque para a categoria que inclui a presença de amigos na composição familiar, enquanto que, para as crianças de arranjos monoparentais, a mesma categoria obteve uma frequência muito baixa. No que concerne aos grupos iniciais e finais, há mais similaridades do que diferenças.

De um modo geral, esses dados revelam que, apesar da percepção sobre a composição familiar baseada em seu núcleo (genitores e filhos) ainda ser muito frequente, especialmente para os grupos nucleares, já existe um reconhecimento, por parte das crianças deste estudo acerca da importância das outras pessoas com vínculos biológicos e não biológicos, para a constituição familiar.

4.1.3 Para que serve uma família?

A terceira questão trabalhada no instrumento: ‘O que eu penso sobre família?’ diz respeito a sua função e foi representada pela pergunta: ‘Para que serve uma família?’ Neste estudo, identificamos nas respostas dos participantes algumas funções que também foram sugeridas por RAMOS (2008, p.1): 1) função socializadora; 2) função cuidadora; 3) função provedora; 4) função afetiva.

De todas as categorias citadas (n=63), houve uma maior frequência das respostas para a função cuidadora da família (n=28; 44,44%), seguida das funções socializadora (n=15; 23,80%) e afetiva (n=14; 22,22%). A função provedora foi pouco mencionada (n=6; 9,52%) entre os grupos.

Para o grupo de crianças de arranjos nucleares, a maior frequência das respostas foi para a função cuidadora (n=18; 45%), seguida pela função afetiva (n=09; 22,5%) e socializadora (n=08; 20%). O grupo de crianças de arranjos monoparentais também apontou a função cuidadora da família como sendo a mais marcante (n=10; 43,47%), seguida pela função socializadora (n=07; 30,43%) e afetiva (n=05; 21,74%). A comparação entre os grupos, por tipo de arranjo e por tipo de transição, é apresentada na Tabela 7, a seguir.

Tabela 7 – Frequência e percentual de categorias para a questão: “Para que serve uma família?”, com especificação dos tipos de arranjos e da fase de transição. Feira de Santana-Ba, 2019.

Categorias	Grupo Nuclear						Grupo Monoparental						F. Total
	GNI		GNF		Subtotal		GMI		GMF		Subtotal		
	f	(%)	f	(%)	f	%	f	(%)	f	(%)	f	(%)	F
Cuidadora	04	14,28	14	50,00	18	64,28	06	21,42	04	14,28	10	35,70	28
Socializadora	02	13,33	06	40,00	08	53,33	05	33,33	02	13,33	07	46,66	15
Afetiva	03	21,42	06	42,85	09	64,28	05	35,71	-	-	05	35,71	14
Provedora	02	33,33	03	50,00	05	83,33	01	16,66	-	-	01	16,66	06

Nota: Um mesmo participante pode ter mencionado mais de uma categoria ao responder uma única questão.

Fonte: Elaboração própria.

As crianças de arranjos nucleares destacaram as funções cuidadora e afetiva da família em percentuais bem mais elevados (64,28%) do que as crianças de arranjos monoparentais (35,70%). Mas, as crianças de ambos os grupos percebem a função socializadora da família em proporções similares. Destaque especial precisa ser dado à função provedora mencionada pelo grupo monoparental apenas uma vez.

A comparação entre as crianças da fase inicial e final da transição para a adolescência revela que as crianças de ambas as fases dão destaque para a função cuidadora da família, embora de modo mais evidente na fase final (GI: n=10; 35,7% e GF: n=18; 64,28%). A função afetiva foi mencionada mais frequentemente na fase inicial (GI: n=8; 57, 13%) do que na final (GF: n=6; 42,87%). Nas demais funções atribuídas à família, isto é, socializadora e provedora, houve similaridade nas menções às categorias, por ambos os grupos de transição. Um dado importante é que as funções afetivas e provedoras não foram citadas pelas crianças de arranjos monoparentais, na fase final da transição.

Em suma, há similaridades entre as concepções da maior parte das crianças de ambos os arranjos (nucleares e monoparentais). Essas crianças, frequentemente, reconhecem a família pela sua função cuidadora. Enquanto que, para as crianças de arranjos nucleares, as funções afetiva e socializadora são mencionadas em proporções similares, para as crianças de arranjos monoparentais, a função socializadora é mais destacada que a afetiva.

Há semelhança, ainda, entre as respostas dadas pelas crianças que estão no início e no final da transição. Esta similaridade se restringiu mais às funções socializadora e provedora. A diferença mais marcante ocorreu em relação à função cuidadora, que foi mais destacada pelas crianças da fase final de transição.

De um modo geral, a família é identificada por todos os grupos pela sua função de cuidado, sem deixar de ser reconhecida pela manutenção dos vínculos afetivos e pelas ações socializadoras. Entretanto, vale destacar a baixa frequência das respostas que apontam para a função provedora da família. De acordo com os dados encontrados, a frequência atribuída para essa função representou menos de 10% da frequência de todas as respostas.

4.1.4 O que uma família faz?

Sobre essa questão, as respostas das crianças ressaltaram a divisão de papéis de cada membro e da própria família, tendo como base as funções que cada um exerce dentro dela. Para tanto, foi possível a utilização, mais uma vez, das categorias elaboradas por Ramos (2008) para caracterização do papel atribuído à família e aos seus membros, a saber: 1) Família - cuidadora, socializadora, afetiva, provedora; 2) Pai - cuidador, socializador, afetivo e provedor; 3) Mãe - cuidadora, socializadora, afetiva, provedora; 4) Filho/irmão - cuidador, socializador e afetivo.

A seguir serão apresentados os resultados encontrados a partir das respostas das crianças à questão. A tabela 8 refere-se aos dados sobre o papel da família, a tabela 9

identifica o papel do pai, a tabela 10 sumariza o papel atribuído à mãe e, por fim, a tabela 11 sintetiza as concepções acerca do papel dos irmãos na concepção dessas crianças.

4.1.4.1 Quanto ao papel da Família

De todas as categorias referentes ao papel da família, o de cuidadora obteve a maior frequência de respostas entre os participantes (n=8; 40%), seguido por afetiva (n=06; 30%) e socializadora (n=05; 25%). Com base nas frequências de todas as categorias encontradas por cada grupo (GN: n=13 e GM: n=07), foi observado que, para os grupos de crianças de arranjos nucleares (GN), a família se destaca pela sua função cuidadora (n=05; 38,46%), seguida de afetiva (n=04; 30,76%) e socializadora (n=03; 23,07%).

De forma semelhante, os grupos de crianças de arranjos monoparentais (GM) também destacaram a função cuidadora (n=03; 42,85%), seguida em frequências similares pelas funções socializadora (n=02; 28,57%) e afetiva (n=02; 28,57%). A comparação entre os grupos, por tipo de arranjo e por tipo de transição, é apresentada na Tabela 10, a seguir.

Tabela 8 – Frequência e percentual de categorias para a questão: “O que uma família faz?”, com especificação dos tipos de arranjos e da fase de transição. Quanto ao papel da família. Feira de Santana-Ba, 2019.

Categorias	Grupos nucleares						Grupo monoparentais						F. Total
	GNI		GNF		Subtotal		GMI		GMF		Subtotal		
	f	(%)	F	%	F	(%)	f	(%)	f	%	f	%	F
Cuidadora	02	25,00	03	37,50	05	62,50	01	12,50	02	25,00	03	37,50	08
Socializadora	01	20,00	02	40,00	03	60,00	01	20,00	01	20,00	02	40,00	05
Afetiva	04	66,66	-	-	04	66,66	01	16,66	01	16,66	02	33,33	06
Provedora	01	100	-	-	01	100	-	-	-	-	-	-	01

Nota: Um mesmo participante pode ter mencionado mais de uma categoria ao responder uma única questão.

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com os dados apresentados na tabela 10, quando comparadas as frequências e percentuais entre os dois grupos, observa-se que todas as categorias foram citadas mais frequentemente pelas crianças do grupo nuclear. A maior diferença em pontos percentuais foi para a categoria afetiva. A categoria provedora não foi mencionada pelo grupo monoparental e a frequência para essa categoria por parte das crianças do arranjo nuclear ocorreu na frequência mínima (n=01; 7,69%).

Tomando por base as respostas de todas as categorias encontradas por cada grupo (GI: n= 11 e GF: n=09), para as crianças que estão em início da transição (GI), a função afetiva foi

a que obteve maior frequência das respostas (n=05; 45,45%), seguida por cuidadora (n=03; 27,27%). Por outro lado, para as crianças que estão no final da transição (GF), a função cuidadora foi a que obteve a maior frequência (n=05; 55,55%), seguida por socializadora (n=03; 33,33%). Portanto, enquanto que para o GI a função afetiva foi a mais frequente entre todas as categorias (45,45%), para o grupo GF, essa função foi a que obteve a frequência mais baixa (11,11%). No entanto, função cuidadora da família, a mais citada pelo GF (55,55%), foi mencionada em segundo lugar pelo GI (27,27%), reforçando a importância da referida função para ambos os períodos de transição.

Vale ressaltar que a função provedora atribuída à família obteve uma frequência muito baixa, sendo destacada apenas pelo grupo de crianças nucleares em início da transição (GNI). Os grupos monoparentais, de ambas as fases (GI e GF), não mencionaram a função provedora. Outro ponto que merece destaque é que: as funções afetivas e provedoras não foram mencionadas pelo GNF.

Em suma, há mais similaridades do que diferenças entre as concepções das crianças dos grupos nucleares e monoparentais acerca do papel da família, na medida em que atribuem a ela as mesmas funções. Para as crianças de ambos os arranjos, a função cuidadora desempenha papel importante, seguida pelas funções afetivas e socializadora. Por outro lado, vale destacar que há diferenças entre as concepções de crianças que estão no início daquelas que estão no final da transição. As que pertencem ao grupo GI mencionaram a função afetiva com maior frequência, enquanto que, para o grupo GF, a função cuidadora foi a mais frequente e a afetiva a menos frequente. Por fim, todos os participantes, com exceção de uma criança do grupo GNI, não mencionaram a função provedora para a família.

4.1.4.2 Quanto ao papel do Pai

Para as crianças participantes deste estudo, o pai é percebido, prioritariamente, como provedor (n=10; 28,57%), seguido por afetivo (n=09; 25,71%) e socializador (n=09; 25,71%), na mesma frequência. Para as crianças de arranjos nucleares (GN), o pai foi identificado em maior e igual frequência como afetivo (n=07; 29,16%) e provedor (n=07; 29,16%). Para o grupo de crianças de arranjos monoparentais (GM), o pai é percebido, principalmente, como socializador (n=04; 36,36%), seguido por sua função provedora (n=03; 27,27%). A tabela 9 sumariza a comparação dos dados encontrados com as especificações para os tipos de arranjos e as fases de transição.

Tabela 9 – Frequência e percentual de categorias para a questão: “O que uma família faz?”, com especificação dos tipos de arranjos e da fase de transição. Quanto ao papel do pai. Feira de Santana-Ba, 2019.

Categorias	Grupos nucleares						Grupos monoparentais						Total
	GNI		GNF		Subtotal		GMI		GMF		Subtotal		
	f	(%)	f	%	f	(%)	f	(%)	f	%	f	%	F
Cuidador	01	14,28	04	57,14	05	71,42	01	14,28	01	14,28	02	28,56	07
Socializador	02	22,22	03	33,33	05	55,55	03	33,33	01	11,11	04	44,44	09
Afetivo	03	33,33	04	44,44	07	77,77	01	11,11	01	11,11	02	22,22	09
Provedor	01	10,00	06	60,00	07	70,00	03	30,00	-	-	03	30,00	10

Nota: Um mesmo participante pode ter mencionado mais de uma categoria ao responder uma única questão.

Fonte: Elaboração própria.

Conforme demonstrado pela tabela 9, todas as categorias foram proporcionalmente mais citadas pelo GN e as diferenças em pontos percentuais foram marcadas, com exceção da função socializadora do pai, cuja diferença foi de apenas 11,11 pontos percentuais. A comparação das frequências das respostas das crianças de arranjos nucleares e monoparentais revelou que, apesar de as crianças do grupo GN destacarem a função afetiva e as crianças do grupo GM a função socializadora, ambos os grupos também mencionaram a função provedora como uma categoria que identifica marcadamente o papel do pai.

Para as crianças de ambos os arranjos que estão na fase inicial da transição (GI), o pai foi destacado, prioritariamente, pelo seu papel socializador (n=05; 33,33%), embora o pai afetivo (n=04; 26,66%) e o provedor (n=04; 26,66%) tenham recebido destaque. Para aquelas que estão em fase final da transição (GF), o pai provedor foi o mais frequentemente mencionado (n=06; 30%), embora nenhuma criança do GM desta fase tenha mencionado esta categoria. Para as crianças da transição final, as funções afetivas (n=05; 25%), cuidadoras (n=05; 25%) e socializadoras (n=4; 20%) também foram lembradas.

Em síntese, há diferenças entre as concepções das crianças pertencentes aos arranjos nucleares (GN) e as concepções daquelas pertencentes aos arranjos monoparentais (GM) com relação ao papel desempenhado pelo pai. Para as crianças de arranjos nucleares, o pai é identificado em frequências similares por suas funções provedora e afetiva. No caso das crianças de arranjos monoparentais, o pai é identificado, principalmente, pela função socializadora seguida pela função provedora.

Há diferenças também entre as concepções das crianças da fase inicial (GI) e da fase final da transição (GF). Para aquelas em início da transição (GI), a socialização foi enfatizada no papel atribuído ao pai. Por sua vez, a função provedora foi bastante destacada, mas somente pelo grupo nuclear (GNF), já que o grupo monoparental (GMF) não atribuiu esse papel ao pai. Na transição final (GF), as funções afetivas e de cuidador foram destacadas.

4.1.4.3 Quanto ao papel da Mãe

Para a maioria, a mãe é identificada, principalmente, como cuidadora (n=15; 40,54%), seguida pela função socializadora (n=08; 21,62%) e afetiva (n=08; 21,62%), em igual frequência.

A análise de cada grupo (GN: n= 21 e GM: n= 16), separadamente, revela que, para a maior parte das crianças de arranjos nucleares (GN), a mãe é identificada pela função de cuidado com os membros da família (n=08; 38,09%), seguida pela função afetiva (n=05; 23,80%). Também no caso das crianças de arranjos monoparentais, a mãe foi identificada majoritariamente por sua função cuidadora (n=07; 43,75%), seguida da função socializadora (n=04; 25%).

A tabela 10 sintetiza a comparação das frequências e percentuais entre os grupos.

Tabela 10– Frequência e percentual de categorias para a questão: “O que uma família faz?”, com especificação dos tipos de arranjos e da fase de transição. Quanto ao papel da mãe. Feira de Santana- Ba, 2019.

Categorias	Grupos nucleares						Grupos monoparentais						F. Total
	GNI		GNF		Subtotal		GMI		GMF		Subtotal		
	f	(%)	f	%	f	(%)	f	(%)	f	%	f	%	F
Cuidadora	01	6,66	07	46,66	08	53,32	06	40,00	01	6,66	07	46,66	15
Socializadora	01	12,50	03	37,50	04	50,00	03	37,50	01	12,50	04	50,00	08
Afetiva	01	12,50	04	50,00	05	62,50	02	25,00	01	12,50	03	37,50	08
Provedora	02	33,33	02	33,33	04	66,66	02	33,33	-	-	02	33,33	06

Nota: Um mesmo participante pode ter mencionado mais de uma categoria ao responder uma única questão.

Fonte: Elaboração própria.

Na comparação das frequências e percentuais entre ambos os grupos (GN e GM), observa-se similaridades e distinções nas funções atribuídas à mãe. Ambos os grupos mencionam as funções de cuidadora e socializadora de forma proporcionalmente quase

equivalente; no entanto, há diferenças percentuais quanto às funções afetivas e de provedora, com as crianças do GN dando maior destaque a tais categorias do que as crianças do GM.

Com relação às fases de transição, as crianças que estão iniciando (GI: n=18) reconhecem o papel da mãe, primordialmente, pelas funções cuidadora (n=07; 38,88%), seguida pelas funções socializadora (n=04; 22,22%) e provedora (n=04; 22,22%) em frequências similares. Quanto àquelas que estão finalizando a transição (GF: n=19), o papel da mãe foi identificado, principalmente como cuidadora (n=08; 42,10%), seguida pela função afetiva (n=05; 26,31%). Uma análise mais detalhada das frequências das categorias citadas pelos dois grupos revela que a função afetiva foi a que obteve a menor frequência (n=03; 16,66%) para as crianças dos grupos GI e a função provedora foi a menos frequente para os grupos de crianças do GF. As crianças de arranjos monoparentais que estão no final da transição, por exemplo, não mencionaram a função provedora da mãe, assim como não o fizeram também para o pai.

Em resumo, há semelhanças entre as concepções dos participantes deste estudo quanto ao papel primordial da mãe enquanto cuidadora. Entretanto, as crianças de arranjos nucleares compreendem o papel da mãe, além de cuidadora, também como afetiva, enquanto as crianças de arranjos monoparentais enfatizam, além da função cuidadora, a função socializadora.

Há diferenças também entre as concepções das crianças que estão nas fases inicial e final da transição. Embora boa parte concorde que a principal função da mãe seja de cuidar, aqueles que estão no início da transição enfatizam também as funções socializadora e provedora. Por outro lado, os que estão finalizando a transição identificaram o papel afetivo da mãe.

De modo geral, as funções cuidadora, socializadora e afetiva são as que mais caracterizam as concepções das crianças acerca do papel da mãe de acordo com os resultados deste estudo. A função provedora foi a que obteve a menor frequência considerando as respostas de todos os participantes.

4.1.4.4 Quanto ao Papel do Filho/Irmão

Do total das frequências de respostas atribuídas ao papel dos irmãos (N=19), o percentual de 57,89% foi relacionado ao papel socializador, seguido por cuidador (26,31%) e por afetivo (15,78%).

A tabela 11 sintetiza a comparação entre as frequências e os percentuais encontrados para cada categoria de acordo com as respostas das crianças de cada grupo.

Tabela 11 – Frequência e percentual de categorias para a questão: “O que uma família faz?”, com especificação dos tipos de arranjos e da fase de transição. Quanto ao papel do filho/irmão. Feira de Santana-Ba, 2019.

Categorias	Grupos nucleares						Grupo monoparentais						Total
	GNI		GNF		Subtotal		GMI		GMF		Subtotal		
	f	(%)	f	%	f	(%)	F	(%)	f	%	f	%	F
Cuidador	01	20,00	03	60,00	04	80,00	01	20,00	-	-	01	20,00	05
Socializador	01	9,09	08	72,72	09	81,81	02	18,18	-	-	02	18,18	11
Afetivo	-	-	02	66,66	02	66,66	01	33,33	-	-	01	33,33	03

Nota: Um mesmo participante pode ter mencionado mais de uma categoria ao responder uma única questão.

Fonte: Elaboração própria.

Conforme mostra a tabela 11, as crianças dos arranjos nucleares se referiram aos irmãos proporcionalmente mais do que as crianças de arranjos monoparentais. As maiores diferenças percentuais dizem respeito às funções de socializador e de cuidador. Para as crianças do GN, os irmãos exercem funções prioritariamente socializadoras e cuidadoras e são vistos como estando juntos para brincar, brigar, estudar e até bagunçar. Tais funções foram mencionadas em proporções bem menores pelas crianças do GM. É interessante observar que a função afetiva foi pouco citada por ambos os grupos, deixando claro que os irmãos são percebidos majoritariamente como socializadores e cuidadores.

Com relação à fase que as crianças se encontram, foi observado que houve uma baixa frequência de respostas para as três categorias, entre as crianças que estão na fase inicial da transição (GI). Embora em frequência reduzida, elas destacaram o papel socializador dos irmãos. Entre as crianças que estão na fase final da transição (GF), apenas o grupo nuclear (GNF) citou o papel dos irmãos, enfatizando a sua função socializadora, em contraposição a nenhuma citação ao papel dos irmãos pelo grupo monoparental (GMF).

Em síntese, os irmãos são percebidos como socializadores e cuidadores por ambos os grupos; a função afetiva é relegada a segundo plano. Enquanto a função afetiva não foi mencionada pelas crianças do GN na transição inicial, as crianças do GM em fase final de transição não mencionaram nenhuma das categorias relativas aos irmãos.

4.2 INSTRUMENTO II - PERCEPÇÕES SOBRE A MINHA FAMÍLIA E O SEU FUTURO

O segundo instrumento refere-se às percepções dos participantes acerca de suas famílias e seus respectivos futuros. Através das seguintes questões, foi possível conhecer o que eles pensam sobre as suas famílias:

- a) Minha família é...
- b) Como eu me sinto fazendo parte da minha família?
- c) Se pudesse, o que mudaria na minha família?
- d) Como eu vejo a minha família (atual) daqui há 10 anos?

4.2.1 Minha Família é...

As categorias encontradas para essa questão foram elaborações próprias a partir das respostas oferecidas pelas crianças. Com relação à primeira pergunta: minha família é... as categorias elencadas foram: I - Qualificações positivas: a) Afetiva; b) Harmônica; c) Possui clima emocional positivo; d) Socializadora; e) Protetora/ cuidadora; f) Composição familiar; g) Dádiva; h) Lugar de equilíbrio; i) Sentido da vida; j) Outras qualificações. II - Qualificações negativas: a) Sem harmonia/ conflituosa; b) Possui clima emocional negativo.

Do total de todas as respostas citadas pelos 40 participantes, 91,78% referiram-se às qualificações positivas da família (n=67) e apenas 8,21% às qualificações negativas (n=06). Dentro das categorias que correspondem às qualificações positivas, os atributos que refletem um clima emocional positivo (como feliz, alegre, divertida, legal etc.) foram os mais frequentemente citados pelos participantes (n=16; 23,88%), seguidos pelas categorias: afetiva (n=15; 22,38%) e harmônica (n=10; 14,92%). Outra categoria que foi destacada pelos participantes foi a que define a família como uma dádiva, um presente de Deus (n=08; 11,94%). Por outro lado, de acordo com as categorias que se relacionam com as qualificações

negativas, a maior frequência entre os participantes foi a relativa aos atributos de um clima emocional negativo, como: família triste (n=04; 66,66%), seguida por conflituosa (n=02; 33,33%).

Uma análise das categorias citadas pelas crianças dos arranjos nucleares, dentro das qualificações positivas (n=41), revela que suas famílias foram definidas, principalmente, pelos atributos de um clima emocional positivo (n=12; 29,26%), seguidos das qualificações: afetiva (n=08; 19,51%) e harmônica (n=06; 14,63%). As categorias menos citadas pelo GN foram: socializadora (n=01; 2,43%), composição familiar (n=01; 2,43%) e sentido da vida (n=01; 2,43%). Dentro das qualificações negativas, tendo como base o total das categorias também citadas por este mesmo grupo (GN: n=06), algumas crianças revelaram suas famílias como: sem harmonia/ conflituosa (n=02; 33,33%) e possuindo um clima emocional negativo (n=04; 66,66%).

Por outro lado, a análise das categorias citadas pelas crianças dos arranjos monoparentais, dentro das qualificações positivas (n=26), mostra que suas famílias foram definidas, primeiramente, como: afetiva (n=07; 26,92%), seguida em igual frequência por harmônica (n=04; 15,38%) e pela categoria que destaca o clima emocional positivo (n=04; 15,38%). As categorias mencionadas em menor frequência por este grupo foram: protetora/ cuidadora (n=01; 3,84%) e outras qualificações (n=01; 3,84%). Essas crianças não mencionaram as categorias: socializadora e sentido da vida e nenhuma qualificação negativa foi atribuída à família por elas.

A tabela 12 sumariza a frequências e os percentuais encontrados para a questão, com especificações para os grupos GN/GM e GI/GF.

Tabela 12 – Frequência e percentual de categorias para a questão: Minha família é. Feira de Santana- Ba, 2019.

Categorias	Grupos nucleares						Grupo monoparentais						Total
	GNI		GNF		Subtotal		GMI		GMF		Subtotal		
	f	(%)	f	%	f	(%)	f	(%)	f	%	F	%	F%
I – Positivas													
Afetiva	03	20,00	05	33,33	08	53,33	04	26,66	03	20,00	07	46,66	15
Harmônica	-	-	06	60,00	06	60,00	04	40,00	-	-	04	40,00	10
Possui clima emocional positivo	06	37,50	06	37,50	12	75,00	03	18,75	01	6,25	04	25,00	16
Socializadora	-	-	01	100,0	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
Protetora/ cuidadora	-	-	03	75,00	03	75,00	01	25,00	-	-	01	25,00	04
Composição familiar	-	-	01	25,00	01	25,00	02	50,00	01	25,00	03	75,00	04
Dádiva	01	12,50	03	37,50	04	50,00	03	37,50	01	12,50	04	50,00	08
Lugar de equilíbrio	01	25,00	01	25,00	02	50,00	02	50,00	-	-	02	50,00	04
Sentido da vida	-	-	01	100,0	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
Outras qualificações	01	25,00	02	50,00	03	75,00	01	25,00	-	-	01	25,00	04
II- Negativas													
Sem harmonia/ conflituosa	01	50,00	01	50,00	02	100,0	-	-	-	-	-	-	02
Possui clima emocional negativo	01	25,00	03	75,00	04	100,0	-	-	-	-	-	-	04

Nota: Um mesmo participante pode ter mencionado mais de uma categoria ao responder uma única questão.

Fonte: Elaboração própria.

Ainda de acordo com as qualificações positivas, a tabela 12 revela que, a frequência das respostas para a categoria: possui clima emocional positivo obteve 50 pontos percentuais a mais entre as crianças dos arranjos nucleares quando comparadas com aquelas dos arranjos monoparentais. Com relação à categoria afetiva, a diferença em pontos percentuais entre as frequências dos dois grupos ficou abaixo de 10%.

A comparação entre os grupos de crianças em fase inicial (GI) e final (GF) de transição (independente dos seus arranjos) acerca das qualificações positivas da família, tomando como base o total de todas as categorias mencionadas por este grupo (n=32), revelou que, para as crianças do grupo GI, suas famílias são identificadas, prioritariamente, pelo clima emocional positivo (n=09; 28,12%), em seguida pela afetividade (n=07; 21,87%) e pelas categorias: Harmônica (n=04; 12,5%) e Dádiva (n=04; 12,5%) em igual frequência.

Por sua vez, as crianças que estão na fase final da transição (GF), mencionaram com maior frequência a categoria afetiva (n=08; 22,85%), seguida por: possui um clima emocional positivo (n=07; 20%), harmônica (n=06; 17,14%) e por dádiva (n=04; 11,42%), tendo como referência o total de todas as categorias acerca das qualificações positivas, citadas por este grupo (n=35).

Com relação ao total de todas as categorias relativas às qualificações negativas mencionadas pelo grupo GI (n=02), apenas uma criança apontou a categoria: conflituosa (n=01; 50%) e uma criança identificou sua família com o clima emocional negativo (n=01; 50%). Para aquelas que estão finalizando a transição, tendo como base o total das categorias (n=04), a que se refere ao clima emocional negativo foi a mais frequente (n=03; 75%) e a categoria conflituosa foi mencionada apenas uma vez (n=01; 25%) conforme pode ser observado na tabela 12.

Em síntese, há diferenças entre as concepções das crianças de arranjos nucleares (GN) em comparação com as concepções das crianças de arranjos monoparentais (GM), apesar de ambos os grupos atribuírem mais qualificações positivas para as suas famílias. A maior parte das crianças dos grupos GN (GNI e GNF) concebe suas famílias pelo clima emocional positivo, enquanto que a maioria das crianças dos grupos GM (GMI e GMF) concebem suas famílias, principalmente pela afetividade. Outra diferença entre esses grupos diz respeito às qualificações negativas: enquanto os grupos GN (GNI e GNF) citaram essas categorias ainda que em baixa frequência, os grupos GM (GMI e GMF) não atribuíram às suas famílias tais qualificações.

Por fim, há diferenças, também, entre as concepções das crianças em início e final de transição. Para a maior parte daquelas que estão iniciando a transição (GI), a família foi identificada pelo clima positivo nas relações familiares. Por outro lado, para a maioria das crianças que está finalizando a transição (GF), a família foi concebida pela afetividade. No entanto, é preciso reiterar que, para todos os participantes, as qualificações positivas relacionadas às famílias foram mais frequentemente citadas.

4.2.2 Como eu me sinto fazendo parte da minha família?

Da frequência total de todas as categorias (N=56) encontradas a partir das respostas das crianças para a questão: como me sinto fazendo parte da minha família, foi observado que a categoria ‘sentimento de bem-estar’ (n=36; 64,28%) foi a mais mencionada entre os 40 participantes, seguida pelo sentimento de amor e acolhimento (n=07; 12,5%) e pelo sentimento de gratidão (n=05; 8,92%). As categorias menos frequentemente destacadas entre os participantes foram: sentimento de proteção (n=04, 7,14%) e valorização dentro da família (n=04; 7,14%), em igual frequência.

Tomando como referência o total das categorias mencionadas pelas crianças de arranjos nucleares (N=37), foi possível observar que, a maior parte delas, relatou sentimentos de bem-estar (n=22; 59,45%) por fazerem parte das famílias de origem. Essas crianças ainda destacaram sentimentos de gratidão (n=05; 13,51%), seguido por sentimento de amor e acolhimento, como: amado (n=01; 2,7%), querido (n=01; 2,7%), acolhido (n=01; 2,7%), afetivo (n=01; 2,7%) e valorização dentro da família (n=04; 10,81%). Entretanto, uma criança deste grupo (GN: Cr. 21), mencionou um sentimento de mal-estar por fazer parte da sua família (n=01; 2,7%).

De forma semelhante, de acordo com o total das categorias mencionadas pelo grupo monoparental (N=19), boa parte das crianças também destacou sentimentos de bem-estar (n=13; 68,42%) para definir seus próprios sentimentos por fazerem parte da família de origem. Foi observado, ainda, que os grupos GM (GMI e GMF) não mencionaram sentimentos de mal-estar. A comparação entre as frequências e os percentuais encontrados a partir das respostas dos grupos GN/ GM e GI/ GF é demonstrada por meio da tabela 13.

Tabela 13 – Frequência e percentual de categorias para a questão: Como eu me sinto fazendo parte da minha família?

Categorias	Grupos nucleares						Grupo monoparentais						Total
	GNI		GNF		Subtotal		GMI		GMF		Subtotal		
	f	(%)	f	%	f	(%)	f	(%)	f	%	f	%	F
I Sentimento de bem-estar/ mal-estar													
Bem-estar (feliz, satisfeito, bem)	09	25,71	13	37,14	22	62,85	09	25,71	04	11,42	13	37,13	35
Mal-estar (infeliz, insatisfeito, mal)	-	-	01	100,0	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
II Sentimento de Proteção													
Protegido	-	-	-	-	-	-	-	-	01	100,0	01	100,0	01
Seguro	-	-	01	100,0	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
Cuidado	-	-	-	-	-	-	01	50,00	01	50,00	02	100,0	02
III Sentimento de amor e acolhimento													
Amado	-	-	01	25,00	01	25,00	02	50,00	01	25,00	03	75,00	04
Querido	01	-	-	-	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
Acolhido	01	-	-	-	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
Afetivo	-	-	01	100,0	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
IV Sentimento de gratidão													
Grato	01	33,33	02	66,66	03	99,99	-	-	-	-	-	-	03
Presenteado	-	-	01	100,0	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
Abençoado	-	-	01	100,0	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
V Valoração dentro da família													
Normal	-	-	01	100,0	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
Importante	-	-	01	100,0	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
Orgulhoso	-	-	02	100,0	02	100,0	-	-	-	-	-	-	02

Nota: Um mesmo participante pode ter mencionado mais de uma categoria ao responder uma única questão.

Fonte: Elaboração própria.

As crianças dos grupos GN (GNI e GNF) obtiveram uma frequência de respostas para a categoria sentimentos de bem-estar de 25,72% a mais em comparação com as crianças dos grupos GM (GMI e GMF). Ainda que, em uma frequência relativamente baixa, o grupo GM destacou as categorias: sentimento de proteção (n=03; 15,78%) por meio de atributos, como:

protegido (n=01; 5,26%) e cuidado (n=02; 10,52%) e sentimento de amor e acolhimento (n=3; 15,78%) por meio da qualificação: amado (n=03). Vale ressaltar que as categorias: sentimento de gratidão e valorização da família não foram mencionadas pelos grupos GM.

A comparação entre os grupos de crianças em fase inicial (GI) e final de transição (GF) revelou que a categoria mais frequentemente mencionada por ambos os grupos, independente dos tipos de arranjos dos quais as crianças fazem parte, foi: sentimento de bem estar por fazerem parte das suas famílias (GI: n=18; 51,42%) e (GF: n=17; 48,56%). Conforme apresentado anteriormente, apenas uma criança do arranjo nuclear, que se encontra na fase final da transição, identificou um sentimento de mal-estar.

É válido destacar que a frequência de todas as respostas do grupo de crianças nucleares em fase final da transição (GNF: n=25) corresponde a 44,64 % do total de todas as categorias mencionadas pelos participantes (N=56). Isto significa que, para essa questão, o grupo GNF foi o que mencionou mais frequentemente todas as categorias apontadas. Foi o único grupo também a destacar a categoria valorização dentro da família (n=04).

Em resumo, há semelhanças entre as concepções das crianças de arranjos nucleares (GN) e monoparentais (GM) para a questão: como me sinto fazendo parte da minha família. A maior parte das crianças de ambos os arranjos revelaram sentimentos de bem-estar por fazerem parte de suas famílias. Entretanto, apenas uma criança do GN manifestou que não se sentia muito bem fazendo parte da sua família, enquanto as crianças dos grupos GM não revelaram sentimentos de mal-estar. Há semelhanças também na comparação entre as concepções das crianças que estão nas fases inicial (GI) e final (GF) da transição. A maior parte das crianças desses grupos revelou sentimento de bem-estar por ser membro da família.

4.2.3 Se eu pudesse, o que mudaria na minha família?

A partir da soma da frequência de todas as categorias (N=39) encontradas por meio das respostas dos 40 participantes para a pergunta: se eu pudesse, o que mudaria na minha família, foi constatado que 41,02% das respostas diziam respeito à categoria: não mudaria nada (n=16). Os 58,97% restantes incluíam respostas sobre as outras categorias, a saber: mudaria a família como um todo (n=09; 23,07%); relações parentais (n=03; 7,69%); relações maternas (n=01; 2,56%); relações paternas (n=08; 20,51%) e relações fraternas (n=02; 5,12%).

Entre as mudanças sugeridas para a “família como um todo” (n=09; 23,07%), as mais frequentemente apontadas foram as mudanças nas brigas e na falta de união, com um

percentual de 55,55% das respostas. A terceira categoria mais mencionada foi a que propõe mudanças nas relações paternas (n=08; 20,51%). Entre as opções de mudanças, a alternativa que sugere a volta do pai para a casa foi a que obteve a maior frequência das respostas (n=05; 62,5%).

Esses dados revelam que, para as crianças participantes deste estudo, as mudanças desejadas estão direcionadas: à família, por meio da redução das brigas e dos conflitos; e à relação paterna, por meio da volta do pai para a casa.

A tabela 14 sintetiza as frequências e os percentuais encontrados para a questão com especificações para os grupos nucleares e monoparentais, assim como para os referentes às fases da transição, inicial e final.

Tabela 14 – Se eu pudesse o que mudaria na minha família? Feira de Santana-Ba, 2019.

Categorias	Grupos nucleares						Grupo monoparentais						Total
	GNI		GNF		Subtotal		GMI		GMF		Subtotal		
	f	(%)	f	%	f	(%)	f	(%)	f	%	f	%	F
I Família como um todo													
As brigas e a falta de união	03	60,00	02	40,00	05	100,0	-	-	-	-	-	-	05
A falta de reconciliação	-	-	01	100,0	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
A convivência	-	-	01	50,00	01	50,00	-	-	01	50,00	01	50,00	02
A diversão	-	-	-	-	-	-	-	-	01	100,0	01	100,0	01
II Nas relações parentais													
Na forma de pensar dos pais	-	-	02	100,0	02	100,0	-	-	-	-	-	-	02
Que os pais fossem mais liberais	-	-	01	100,0	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
III Nas relações maternas													
Que minha mãe confiasse mais em mim com relação aos estudos	01	100,0	-	-	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
IV Nas relações paternas													
Que o pai voltasse a morar em casa	-	-	-	-	-	-	05	100,0	-	-	05	100,0	05
Que o pai deixasse de ser pão-duro	01	100,0	-	-	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
Que o pai fosse mais paciente	-	-	02	100,0	02	100,0	-	-	-	-	-	-	02
V- Nas relações fraternas													
Que meu irmão fosse mais velho	-	-	01	100,0	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
Que meu irmão emprestado se tornasse de sangue	01	100,0	-	-	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
VI Não mudaria nada	01	6,25	07	43,75	08	50,00	05	31,25	03	18,75	08	50,00	16

Nota: Um mesmo participante pode ter mencionado mais de uma categoria ao responder uma única questão.

Fonte: Elaboração própria.

Conforme pode ser depreendido pela leitura da Tabela 14, a comparação sobre o que pensam as crianças de arranjos nucleares (GNI e GNF) e monoparentais (GMI e GMF) revelou que 61,53% das respostas de todas as categorias encontradas foram mencionadas pelas crianças de arranjos nucleares. A categoria mais citada pelo grupo de crianças nucleares

(n=24) foi a que sugere não mudar nada (n=08; 33,33%). No entanto, essas crianças também mencionaram, frequentemente, as categorias que intencionavam mudanças na família como um todo (n=07; 29,16%), nas relações parentais (n=03; 12,5%) e nas relações paternas (n=03; 12,5%), em frequência similar. Por sua vez, as crianças de arranjos monoparentais (n=15) também “não mudariam nada” em suas famílias (n=08; 53,33%). Mas, elas enfatizavam também mudanças nas relações paternas (n=05; 33,33%) e na família como um todo (n=02; 13,33%). Este grupo GM não mencionou mudanças nas relações parentais, nas relações maternas e nas relações fraternas.

Na comparação entre os grupos de crianças que estão nas fases inicial e final da transição, a tabela 14 mostra que, tomando como referência o total das frequências das categorias citadas por ambos os grupos, a categoria ‘não mudaria nada’ foi a mais citada, com GI sendo responsável por 35,29% das respostas (n=06 de um total de 17 categorias mencionadas) e GF por 45,45% (n=10 de um total de 22 categorias mencionadas). De todos os grupos, o GNF foi o que mais sugeriu mudanças nas relações familiares (n=04; 23,52%).

Em síntese, os dados da tabela 14 revelaram que, embora haja similaridades nas percepções de grande parte das crianças de arranjos nucleares e monoparentais, no que concerne ao desejo de não mudarem nada em suas famílias, as crianças dos grupos nucleares citaram mais categorias sugestivas de mudanças nas relações familiares do que as crianças dos grupos monoparentais. As crianças dos grupos monoparentais apontaram poucas mudanças em suas famílias, mencionando apenas: a convivência e a diversão, na categoria: mudanças na família como um todo; e que o pai voltasse a morar em casa, na categoria: mudanças nas relações paternas.

Similarmente, os grupos de crianças no início e no final da transição também citaram com maior frequência a categoria: não mudaria nada na família. Entretanto, o grupo nuclear em final de transição sugeriu mudanças em quase todas as relações familiares, com exceção das relações maternas, conforme observado na tabela 14. De um modo geral, foi observado que a maior parte dos participantes está satisfeita com suas famílias e outra parte desejaria mudá-la, principalmente, algumas coisas específicas nas relações familiares e nas relações paternas. Vale ressaltar que as mudanças propostas para as relações maternas obtiveram frequência mínima (n=01; 2,56%).

4.2.4 Como eu vejo a minha família (atual) daqui a 10 anos?

A quarta e última questão diz respeito às expectativas de futuro dos participantes acerca deles mesmos, da sua família, dos seus pais e dos seus irmãos, conforme descrito a seguir.

4.2.4.1 Expectativa do adolescente sobre si mesmo

Do total da frequência de todas as categorias (N=23) citadas pelos participantes (N=40), a maior parte se referiu às expectativas da criança em transição quanto ao seu processo de busca por independência (n=14; 60,89%). Em seguida, foram citadas as categorias: expectativas quanto ao seu processo de ligação com a sua família de origem (n=06; 26,08%) e expectativas quanto à constituição da própria família (n=03; 13,04%). A tabela 15 sumariza a comparação da frequência e dos percentuais específicos por grupo (GN/ GM e GI/ GF).

Tabela 15 – Como eu vejo a minha família atual daqui a 10 anos? Expectativa do adolescente sobre si mesmo. Feira de Santana-Ba, 2019.

Expectativa do adolescente em transição sobre si mesmo	Grupos nucleares						Grupo monoparentais						F. Total
	GNI		GNF		Subtotal		GMI		GMF		Subtotal		
	f	(%)	f	%	f	(%)	f	(%)	F	%	f	%	
I Quanto ao seu processo de busca por independência													
Cursando faculdade	01	12,50	06	75,00	07	87,50	-	-	01	12,50	01	12,50	08
Trabalhando	-	-	01	100,0	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
Sendo adulto	01	100,0	-	-	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
Morando na casa própria	01	100,0	-	-	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
Realizando sonhos	01	33,33	01	33,33	02	66,66	01	33,33	-	-	01	33,33	03
II Quanto ao seu processo de ligação com a sua família de origem													
Morando com os pais	01	33,33	01	33,33	02	66,66	01	33,33	-	-	01	33,33	03
Cuidando e ajudando os pais	-	-	02	66,66	02	66,66	01	33,33	-	-	01	33,33	03
III Quanto à constituição da própria família													
Casando	-	-	01	50,00	01	50,00	01	50,00	-	-	01	50,00	02
Educando filhos	-	-	-	-	-	-	01	100,0	-	-	01	100,0	01

Nota: Um mesmo participante pode ter mencionado mais de uma categoria ao responder uma única questão.

Fonte: Elaboração própria.

A comparação entre os grupos de crianças de arranjos nucleares e monoparentais indica que a quase totalidade da frequência de respostas para a categoria: expectativas da criança em transição quanto ao seu processo de busca por independência (n=14) foi mencionada pelos grupos nucleares. Uma análise mais detalhada entre as diferenças nas frequências das outras categorias mencionadas pelos dois grupos, GN e GM, revela que, no concernente à categoria: expectativas quanto ao seu processo de ligação com a família de origem (n=06), a diferença em pontos percentuais foi de 33,33% a mais, sendo GN (n=04; 66,66%) e GM (n=02; 33,33%). Em contrapartida, com relação à categoria: expectativas quanto à constituição da própria família (n=03), o grupo GM obteve uma frequência maior que o grupo GN, sendo GM: (n=02; 66,66%) e GN: (n=01; 33,33%).

A tabela 15 mostra ainda que, na comparação entre as expectativas dos grupos iniciais (GI) e finais (GF) da transição, também foram constatadas diferenças. As crianças que estão no final da transição demonstram uma expectativa maior acerca do seu processo de busca por independência do que as crianças em fase inicial da transição (N=14; GI: n=05, 35,71% e GF: n=09, 64,28%). Em contraposição, quanto à constituição da própria família (n=03), o grupo GI (n=02; 66,66%) se destacou do grupo GF (n=1; 33,33%). Entretanto, os dois grupos obtiveram frequências similares (n=03; 50%) para a categoria que reflete a expectativa quanto ao processo de ligação com a família de origem, conforme apresenta a tabela 15.

Em suma, há diferenças nas expectativas sobre si mesmo idealizadas pelas crianças de arranjos nucleares (GN) e monoparentais (GM). A maior parte das crianças do grupo GN espera mais dos seus futuros, seja cursando faculdade, trabalhando, sendo adultos, morando sozinhos e/ou realizando sonhos, do que a maioria das crianças do grupo GM. Em contrapartida, a maior parte das crianças do GM idealiza mais casar e educar filhos do que boa parte das crianças do grupo GN.

Houve diferenças também na comparação dos grupos GI e GF. A maioria das crianças que está na fase final da transição (GF) cria mais expectativas acerca das suas buscas por independência do que aquelas em início da transição. Por outro lado, a maior parte das crianças do GI pensa mais em casar e educar filhos do que aquelas em final de transição. Porém, as respostas de ambos os grupos apresentaram similaridades quanto ao processo de ligação com a família de origem, seja morando com os pais ou cuidando deles.

4.2.4.2 Expectativa sobre a Família

Do total das frequências de todas as categorias encontradas para as perspectivas de futuro sobre a família (N=23), o percentual de 56,52% correspondeu à categoria: quanto à estrutura familiar (n=13). Em seguida, os participantes mencionaram a categoria: quanto à convivência entre os membros (n=07; 30,43%) e a categoria: quanto ao estado geral da família (n=03; 13,04%).

A expectativa de futuro sobre a família, na opinião das crianças de ambos os arranjos, está mais direcionada à estrutura familiar (n=13), sendo GN: n=06; 46,15% e GM: n=07; 53,84%. A segunda categoria mais frequente nas respostas de ambos os grupos direciona a expectativa dessas crianças para a convivência entre os membros (n=07), sendo GN: n=04; 57,14% e GM: n=03; 42,85%. A tabela 16 sintetiza as frequências e percentuais encontrados com especificações por grupo (GN/GM e GI/GF).

Tabela 16 – Como eu vejo a minha família atual daqui a 10 anos? Expectativa sobre a família. Feira de Santana- Ba, 2019.

Expectativa sobre a família	Grupos nucleares						Grupo monoparentais						Total
	GNI		GNF		Subtotal		GMI		GMF		Subtotal		
	f	(%)	f	%	f	(%)	f	(%)	f	%	f	%	F
I Quanto à estrutura familiar													
Vivendo juntos, unidos	01	12,50	02	25,00	03	37,50	04	50,00	01	12,50	05	62,50	08
Vivendo separado	-	-	02	100,0	02	100,0	-	-	-	-	-	-	02
Vivendo como no presente	-	-	01	33,33	01	33,33	-	-	02	66,66	02	66,66	03
II Quanto à convivência entre os membros da família													
Convivendo com amor, carinho e alegria	02	33,33	01	16,66	03	49,99	02	33,33	01	16,66	03	49,99	06
Interagindo mais, sem brigas, em paz	01	100,0	-	-	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
III Quanto ao estado geral da família													
Com saúde Forte	01	50,00	01	50,00	02	100,0	-	-	-	-	-	-	02
	-	-	-	-	-	-	01	100,0	-	-	-	-	01

Nota: Um mesmo participante pode ter mencionado mais de uma categoria ao responder uma única questão.

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a leitura depreendida da tabela 16, não foram observadas diferenças relevantes entre os grupos quanto às frequências das respostas para essas categorias. Entretanto, no que diz respeito à categoria que destaca o estado geral da família (n=03), as respostas das crianças do GN (n=02; 66,66%) foram o dobro das respostas do GM (n=01; 33,33%).

Houve diferença, também, nas frequências das respostas das crianças que estão no início e no final da transição (GI e GF), para as seguintes categorias: quanto à estrutura familiar (n=13; GI: n=05; 38,46% e GF: n=08; 61,53%) e quanto ao estado geral da família (n=03; GI: n=02; 66,66% e GF: n=01; 33,33%). No entanto, a maior diferença ocorreu para a categoria: expectativas quanto à convivência entre os membros (n=07), sendo GI: n=05; 71,42% e GF: n=02; 28,57%. Apesar dessas diferenças, houve similaridade entre os grupos (GI e GF), sendo atribuída maior frequência para a expectativa quanto à estrutura familiar.

Em resumo, para a maior parte das crianças de ambos os arranjos, nuclear e monoparental, bem como para início e final da transição, as expectativas de futuro sobre a família recaíram para a categoria da estrutura familiar. Isso significa que, para a maioria dos participantes deste estudo, as idealizações futuras sobre os membros da família, isto é, vivendo juntos, separados ou como vivem no presente, foram, similarmente, as mais frequentes.

Entretanto, houve diferenças nas expectativas de boa parte das crianças dos arranjos nucleares em comparação com as de arranjos monoparentais com relação às outras categorias. As crianças do grupo GN demonstraram maior preocupação quanto ao estado geral da família no futuro, desejando ver seus membros com saúde e a família fortalecida, do que as crianças do GM. Foram constatadas diferenças também entre as crianças do GI e GF especialmente quanto ao futuro da convivência entre os membros da família. As crianças do GI enfatizaram, mais frequentemente, o convívio com amor, carinho, alegria, maior interação e menos conflitos do que as crianças do GF.

4.2.4.3 Expectativa sobre o Pai e a Mãe

Com base nas categorias mencionadas sobre expectativa dos participantes sobre o futuro do pai e da mãe (N=22), foi possível observar que a maior parte deles se referiu à expectativa quanto à situação de trabalho dos genitores (n=09; 40,90%), seguida pela expectativa quanto à vida pessoal de ambos (n=07; 31,81%) e, por último, quanto às suas características físicas (n=06; 27,27%).

As crianças de arranjos nucleares foram as que mais mencionaram (n=19) as expectativas sobre o pai e a mãe; tais expectativas referiam-se a situações de trabalho de ambos os genitores (n=07; 36,84%) e para suas vidas pessoais (n=07; 36,84%). A categoria menos citada por este grupo foi a que se refere às características físicas dos genitores (n=05; 26,31%).

Por outro lado, as categorias citadas pelas crianças dos arranjos monoparentais tiveram frequências mínimas, correspondendo a apenas 13,63% das frequências de todas as categorias (n=03). Considerando o total das categorias mencionadas por este grupo (n=03), foi observado que as expectativas dessas crianças sobre os genitores se dirigiram, em sua maioria, para as situações de trabalho dos pais (n=02; 66,66%), seguida das características físicas deles (n=01; 33,33%). Vale ressaltar que o grupo GM não mencionou a categoria que se refere à

vida pessoal dos genitores. A seguir, a tabela 17 apresenta um resumo das frequências e dos percentuais para essa questão.

Tabela 17 – Como eu vejo a minha família atual daqui a 10 anos? Expectativa sobre o pai e a mãe. Feira de Santana- Ba, 2019.

Expectativa sobre o pai e a mãe	Grupos nucleares						Grupo monoparentais						Total
	GNI		GNF		Subtotal		GMI		GMF		Subtotal		
	f	(%)	f	%	f	(%)	f	(%)	f	%	f	%	F
I Características físicas													
Idosos	02	50,00	01	25,00	03	75,00	01	25,00	-	-	01	25,00	04
De cabelos brancos	01	100,0	-	-	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
Usando Óculos	01	100,0	-	-	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
II Situação de Trabalho													
Aposentados	01	25,00	01	25,00	02	50,00	01	25,00	01	25,00	02	50,00	04
Trabalhando	02	50,00	02	50,00	04	100,0	-	-	-	-	-	-	04
Aperfeiçoando a sua formação profissional	01	100,0	-	-	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
III Vida pessoal													
Realizando sonhos	-	-	01	100,0	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
Descansando	-	-	01	100,0	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
Viajando pelo mundo	-	-	01	100,0	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01
Felizes e Unidos	-	-	03	100,0	03	100,0	-	-	-	-	-	-	03
Orgulhosos dos filhos	-	-	01	100,0	01	100,0	-	-	-	-	-	-	01

Nota: Um mesmo participante pode ter mencionado mais de uma categoria ao responder uma única questão.

Fonte: Elaboração própria.

Na comparação entre os grupos de crianças de arranjos nucleares e arranjos monoparentais, foi possível concluir que somente as crianças do GN mencionaram a categoria que enfatiza as expectativas sobre a vida pessoal dos pais (n=07; 100%). As outras categorias: quanto à situação de trabalho (n=07; 77,77%) e quanto às características físicas dos pais (n=05; 83,33%) também foram marcadamente mais presentes para este grupo do que para o grupo monoparental, considerando o total de cada categoria citada por ambos os grupos.

É possível observar com a leitura da tabela 17 que, na comparação entre as crianças em início e final de transição, as respostas dos grupos iniciais enfatizaram a categoria referente às características físicas dos pais (N=06; GI: n=05 e GF: n=01. As expectativas com relação à vida pessoal dos pais foram citadas apenas pelo grupo GNF (grupo nuclear no final da transição).

Em síntese, foi constatado que há diferenças entre as expectativas das crianças de arranjos nucleares e monoparentais acerca do futuro dos seus pais. A maior parte das crianças

dos grupos nucleares percebe seus pais idosos, mas trabalhando, sobretudo felizes e unidos no futuro. Enquanto que a maioria das crianças dos grupos monoparentais imaginam seus pais idosos e aposentados. Entretanto, o grupo GMF não ressaltou as características físicas dos pais, nem a vida pessoal deles.

Há diferenças também nas expectativas das crianças que estão no início e no final da transição. A maior parte das crianças do GI enxergam seus genitores idosos, aposentados ou trabalhando. Por sua vez, a maioria das crianças do GF imaginam seus pais, principalmente, felizes e unidos, seja realizando sonhos, viajando pelo mundo, descansando e até se orgulhando dos filhos. O grupo GI não mencionou a vida pessoal dos pais.

4.3 INSTRUMENTO III - PERCEPÇÕES SOBRE OS DIFERENTES ARRANJOS FAMILIARES

Com o terceiro instrumento aplicado aos 40 participantes, “Percepções sobre os diferentes arranjos familiares”, foi possível a obtenção de dados sobre o que as crianças de cada grupo (GN/GM e GI/GF) pensam acerca dos diferentes tipos de famílias existentes na sociedade contemporânea. Em função do tempo e dos objetivos deste trabalho, foram investigadas apenas as concepções dos grupos sobre os seguintes arranjos: Nucleares, Monoparentais, Famílias Recasadas, Famílias Extensas.

As categorias encontradas a partir das respostas das crianças foram agrupadas e classificadas por meio dos atributos que qualificavam as famílias, a saber: atributos positivos, atributos neutros e atributos negativos, formando um único sistema de categorias para os quatro arranjos investigados (nuclear, monoparental, recasada e extensa).

Os Quadros 12 (pág. 64), 13 (pág.65) e 14 (pág. 65) apresentam o sistema único de categorias, com base na classificação dos atributos:

Quadro 12. Percepções Sobre os Arranjos Familiares:

ATRIBUTOS POSITIVOS
Categoria Família ‘Perfeita’: a) Melhor família/ Melhor ambiente b) Boa/muito boa/legal/muito legal
Categoria Família ‘Feliz’ a) Mais feliz que as outras b) Feliz como as outras c) Feliz d) Divertida/interessante e) Especial
Categoria ‘Completo’ a) A mais completa b) Nunca se acaba
Categoria Família ‘Harmônica’ a) Unida
Categoria Rede social de apoio a) Família que depende uns dos outros b) Família que ajuda a quem precisa

Quadro 13. Percepções Sobre Os Arranjos Familiares:

ATRIBUTOS NEUTROS
Categoria Família ‘Tradicional’ a) Padrão b) Tradicional c) É a forma correta/ é o certo d) Padrão de Deus
Categoria Família ‘Normal’ a) Normal b) Igual às outras
Categoria Descrição pela Composição e Tamanho a) Identificação dos componentes da família b) Grande/ muitas pessoas/diversos parentes c) Pequena

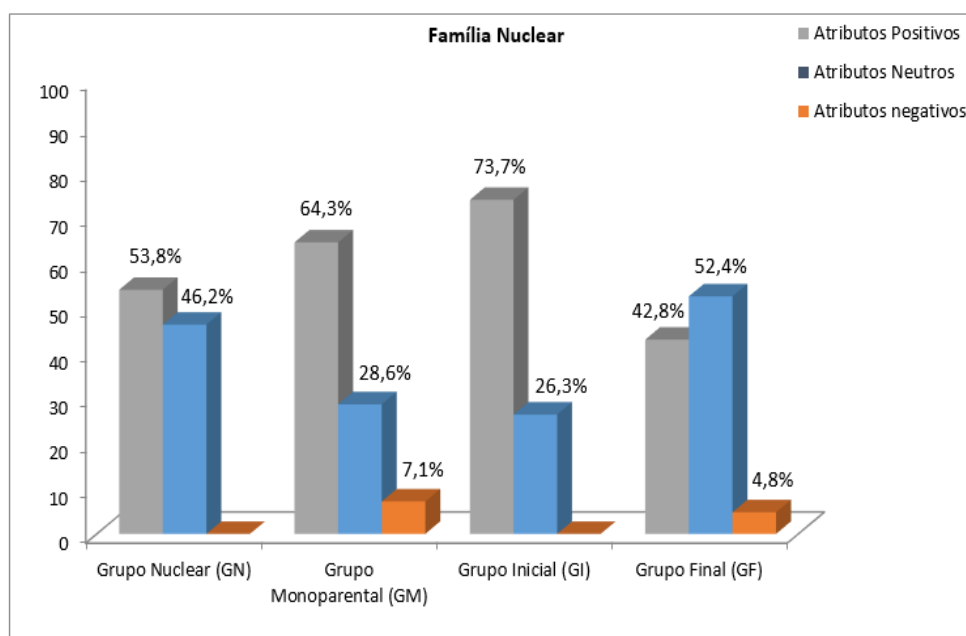
Quadro 14. Percepções Sobre Os Arranjos Familiares:

ATRIBUTOS NEGATIVOS
Categoria - Família ‘Ultrapassada e Estranha’ a) Antiga b) Estranha
Categoria - Família ‘Não Perfeita’: a) Não muito boa/Não é legal b) Ruim/ péssima c) Injusta d) Errada/Não deu certo
Categoria - Família ‘Infeliz’ a) Infeliz/triste
Categoria - Família ‘Incompleta’ a) Incompleta b) Falta o pai c) Família que perdeu alguém
Categoria - Família ‘Não Harmônica’ a) Difícil/Complicada b) Causa conflitos c) Em relação aos filhos – filhos isolados d) Em relação a todos

A seguir, serão apresentadas as percepções das crianças sobre cada um dos arranjos familiares investigados, utilizando como síntese as Figuras 1, 2, 3 e 4, com os percentuais dos atributos encontrados para cada arranjo familiar, por grupo de participantes. Os percentuais expostos nas figuras foram extraídos da soma das frequências totais das categorias de cada atributo mencionado pelos grupos participantes (GN/GM e GI/GF). Os detalhamentos referentes às categorias dos referidos atributos encontram-se em anexo (ver Tabelas 18 a 29 (APÊNDICES J ao U, p. 162-173).

4.3.1 Percepções Acerca da Família Nuclear, por Grupo (GN/GM e GI/GF)

Do total das frequências que qualificam a família nuclear por meio de atributos positivos, neutros e negativos (n=40), destacados pelos grupos participantes, foi possível observar que esse arranjo familiar foi identificado em maior percentual pelos atributos positivos. A Figura 2 mostra um comparativo entre os percentuais encontrados para cada atributo destinado ao arranjo, por Grupo de participante: GN, GM, GI e GF.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 2 - Percentuais dos atributos sobre a família nuclear, por grupo (GN/GM e GI/GF). Feira de Santana-Ba, 2019.

A maior parte das crianças do grupo GN reconheceu a família nuclear dentro dos atributos positivos (53,8%), destacando a categoria 'família perfeita' (n=08), seja considerando uma família boa/ muito boa, legal/ muito legal (n=03), seja por proporcionar um melhor ambiente para se viver (n=05). De forma similar, a maior parte das crianças do grupo GM, também identificou o arranjo nuclear, em maior percentual, pelos atributos positivos (n=64,3%) enfatizados pela categoria família perfeita (n=05). (Ver TABELA 18, APÊNDICE J, p. 162)

Com relação aos atributos neutros (GN: 46,2% e GM: 28,6%), a maioria das crianças do Grupo GN definiu a família nuclear pela categoria 'família tradicional' (n=08), qualificando-a como: padrão (n=04), tradicional (n=03) e como a forma correta de

constituição familiar (n=01). De forma semelhante, a maioria das crianças do Grupo GM, a definiu pela categoria ‘família tradicional’ (n=02), mas incluiu a categoria que descreve essa família pela composição (n=02) em frequências similares. (Ver TABELA 19, APÊNDICE K, p. 163).

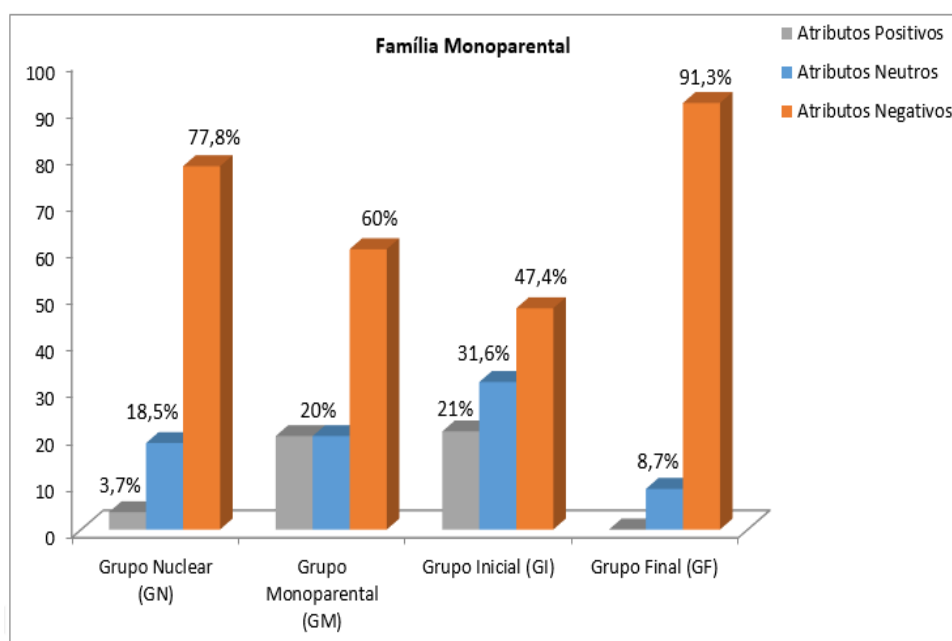
A comparação dos percentuais encontrados entre os grupos iniciais e finais da transição revelou que, apesar de ambos os grupos atribuírem qualificações positivas para a família nuclear, a diferença entre os pontos percentuais deste atributo foi de 30,9% (GI: 73,7% e GF: 42,8%). A maior parte das crianças do grupo GF mencionou mais atributos neutros (52,4%) para esse arranjo, do que atributos positivos (42,8%). Os grupos GN/GM e GI não citaram atributos negativos para o arranjo nuclear, enquanto o grupo GF o mencionou em frequência mínima (n=01).

Em suma, a leitura da figura 2 revela que há semelhanças nas percepções dos grupos GN e GM acerca do arranjo nuclear. Ambos os grupos consideram este arranjo como muito bom e o mais capaz de oferecer um melhor ambiente para se viver. Eles também consideram que se trata do arranjo familiar mais tradicional, sendo considerado como o padrão a ser seguido e a forma mais correta para se constituir uma família.

Por sua vez, a comparação entre as concepções das crianças nas fases inicial e final da transição também revelou similaridades e algumas diferenças. Enquanto a maior parte das crianças do GI atribuem aspectos positivos para o arranjo nuclear, a maioria das crianças do grupo GF foi mais enfática ao destacar os atributos neutros por meio da categoria: família tradicional. Isso significa que, para essas crianças, mesmo não sendo a mais perfeita, a família nuclear é a família mais tradicional, a família padrão. No entanto, grande parcela das crianças de ambos os grupos, ao ressaltarem os atributos positivos, também concorda que se trata da família perfeita.

4.3.2 Percepções Acerca da Família Monoparental, por Grupo (GN/GM e GI/GF)

Ao contrário do que foi observado acerca do arranjo nuclear, o monoparental recebeu mais atributos negativos do que positivos, de acordo com a percepção dos participantes. No total geral das frequências das categorias mencionadas dentro dos atributos negativos (n=30), a categoria ‘Família não perfeita’ (n=12; 40%) foi a que obteve o maior percentual, seguida pela categoria: Família incompleta (n=11; 36,66%). A Figura 3 mostra o percentual atribuído pelos participantes para cada atributo referente ao arranjo monoparental.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 3 - Percentuais dos atributos sobre a família monoparental, por grupo (GN/GM e GI/GF). Feira de Santana-Ba, 2019.

A Figura 3 mostra que, para a maioria das crianças do GN e GM, a família monoparental tem mais atributos negativos do que positivos; ambos os grupos atribuem qualificações neutras em proporções similares, embora, para o GM, os atributos positivos da família monoparental tenham sido proporcionalmente mais mencionados. Dentre as qualificações negativas, as crianças de ambos os grupos identificaram a família monoparental como: família não perfeita (GN: n=09 e GM: n=03) e Família incompleta (GN: n=07 e GM: n=04), conforme pode ser visto na Tabela 23, no Apêndice O (p.167). Com relação aos atributos positivos, apenas uma criança do grupo GN e outra do grupo GM, consideraram esse

tipo de arranjo como: Família perfeita, qualificando-a como boa ou legal e duas crianças do grupo GM a identificaram como: Família feliz. Dentro dos atributos neutros, apenas cinco crianças do grupo GN e duas do grupo GM identificaram esse tipo de família pelos seus componentes e uma criança do grupo GM a reconheceu como: Família normal, igual às outras.

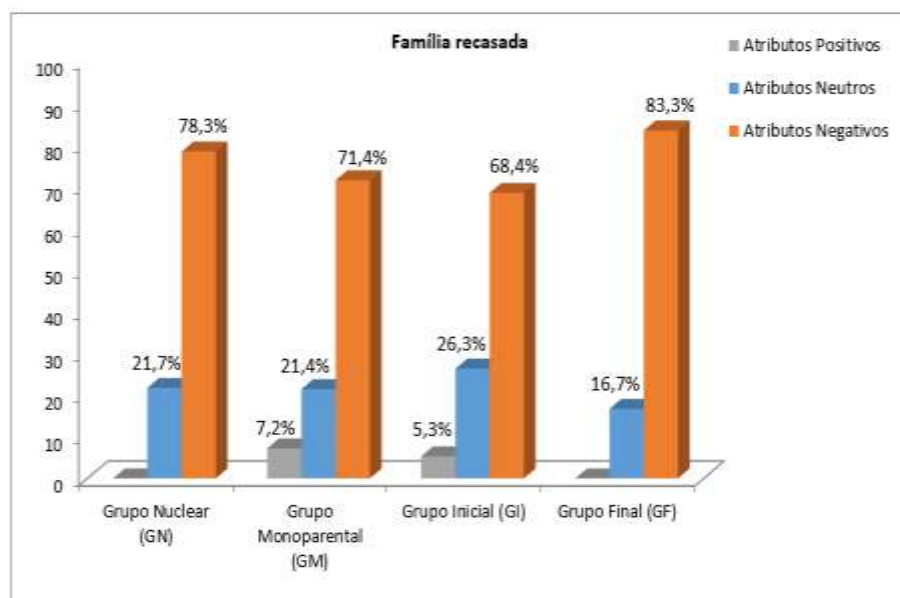
A comparação entre as crianças em fase inicial e final revela que ambos os grupos também enfatizaram os atributos negativos para esse tipo de arranjo (GI: 47,4% e GF: 91,3%). Entretanto, a diferença em pontos percentuais (43,9%) para as qualificações negativas foi maior entre estes grupos do que entre o GN e GM. Apesar de atribuir em maior percentual atributos negativos para esse tipo de arranjo (47,4%), o grupo GI também destacou os atributos positivos (21%) e neutros (31,6%); por outro lado, o grupo GF não mencionou atributos positivos para essa tipologia de família.

Em síntese, há semelhanças entre as concepções dos grupos GN e GM acerca da tipologia familiar monoparental. Ambos os grupos atribuem, em maior percentual, qualificações negativas para esse tipo de arranjo. Para eles, essa família é classificada como não muito boa, ruim ou péssima e incompleta, seja porque falta o pai, seja porque é uma família marcada por perdas.

De forma semelhante, a comparação entre os grupos de crianças em fase inicial e final da transição revelou que, para a maior parte dessas crianças, a família monoparental é caracterizada como ruim ou péssima, injusta e incompleta. Entretanto, para algumas crianças do grupo GI, essa família parece ser boa, legal, normal e feliz enquanto que, para o grupo GF nenhuma qualificação positiva para esse tipo de família foi mencionada. Os atributos negativos são destacados em proporções mais elevadas pelas crianças na transição final.

4.3.3 Percepções Acerca da Família Recasada, por Grupo (GN/GM e GI/GF)

Semelhantemente à família monoparental, a família recasada também obteve o maior percentual de atributos negativos por parte dos participantes. Do total dos atributos mencionados para essa tipologia familiar (n=37), as qualificações negativas correspondem a 75,67%, os atributos neutros a 21,62% e os positivos 2,7%. A Figura 4 possibilita a comparação dos percentuais dos atributos, por grupo.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 4 - Percentuais dos atributos sobre a família recasada, por grupo (GN/GM e GI/GF). Feira de Santana- Ba, 2019

Para os grupos de crianças de famílias nucleares e monoparentais, as qualificações negativas para este tipo de arranjo ultrapassaram o percentual de 70%. Para ambos os grupos (GN e GM), os atributos neutros obtiveram percentuais similares (GN: 21,7% e GM: 21,4%). As crianças do grupo nuclear não mencionaram qualificações positivas para a tipologia de família recasada enquanto que, para o grupo de crianças de arranjos monoparentais, o percentual foi abaixo de 10%.

Uma análise detalhada das frequências e dos percentuais encontrados a partir das categorias mencionadas pelos grupos (ver TABELA 26, APÊNDICE R, p.170) é possível observar que, para a maior parte das crianças dos arranjos nucleares e monoparentais, essa família é classificada como 'Família não perfeita' (GN: n=12 e GM: n=03) e 'Família não harmônica' (GN: n=06 e GM: n=05). Ainda, para duas das crianças do arranjo monoparental, este arranjo familiar é visto como Família estranha (n=02).

Para os grupos de crianças em fase inicial e final da transição, a família recasada também é vista com alto percentual de qualificações negativas (GI: 68,4% e GF: 83,3%), conforme mostra a figura 4. Os atributos neutros foram citados em percentuais menores (GI: 26,3% e GF: 6,7%). Para as crianças em início de transição, o percentual direcionado para os atributos positivos foram abaixo de 10%, enquanto as crianças em fase final não citaram este atributo.

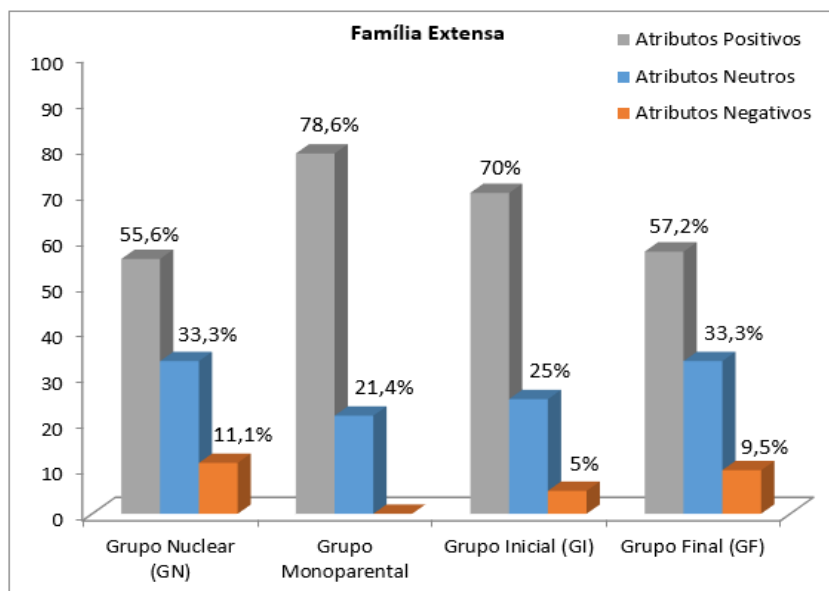
A comparação entre as percepções das crianças desses grupos (GI e GF) revelou que, para a maioria delas, a família recasada também é considerada uma família não perfeita (GI: n=07 e GF: n=08) e não harmônica (GI: 03 e GF: 07). Apenas uma criança do grupo monoparental, em início da transição, considerou essa família legal e uma criança desse mesmo arranjo, mas em fase final da transição, a considerou como sendo uma família igual às outras.

Em resumo, há similaridades entre as concepções de crianças dos arranjos nuclear e monoparental, acerca da família recasada. As crianças de ambos os arranjos consideram a família recasada uma ‘Família não muito boa, ruim ou péssima’ e ressaltam que se trata de uma ‘Família não harmônica’, principalmente, para os filhos que podem se sentir isolados. Duas crianças do arranjo nuclear, uma no início e a outra no final da transição, enfatizaram que essa é uma Família errada, gerada pelo insucesso.

Há similaridades também entre as concepções das crianças que estão nas fases inicial e final da transição. Para a maior parte dessas crianças, a família recasada é uma tipologia caracterizada pela imperfeição e por gerar falta de harmonia e constrangimento aos filhos. Para elas, essa família não é a melhor forma de constituição familiar.

4.3.4 Percepções Acerca da Família Extensa, por Grupo (GN/GM e GI/GF)

Os dados apresentados na Figura 5, referente aos percentuais dos atributos encontrados para a família extensa, são similares àqueles da figura 2, referente aos dados da família nuclear. Nos dois casos, as qualificações positivas obtiveram percentuais maiores que os atributos neutros e negativos. Com base no total de todos os atributos destacados para a família extensa (n=41), os positivos obtiveram o percentual de 63,41%, os atributos neutros 29,26% e os negativos 7,31%. A Figura 5 sumariza a comparação dos percentuais de cada atributo, por grupo de participantes.



Fonte: Elaboração própria.

**Figura 5 - Percentuais dos atributos sobre a família extensa, por grupo (GN/GM e GI/GF).
Feira de Santana- Ba, 2019.**

A maior parte das crianças dos grupos nucleares e monoparentais identificou a família extensa como ‘Família perfeita’ (GN: n=08 e GM: n=07), atribuindo qualificações como: boa, muito boa, legal muito legal; e ‘Família feliz’, considerando-a além de feliz, divertida e interessante (GN: n=04 e GM: n=02). Um número expressivo de crianças do arranjo nuclear (n=09), mas também do monoparental (n=03), reconheceu essa tipologia familiar pela sua composição, isto é, por meio da identificação de seus membros, e pelo tamanho (grande, com muitas pessoas, diversos parentes). Três crianças do arranjo nuclear qualificaram a família extensa como ‘Família não perfeita’, enfatizando atributos como: não muito boa, ruim ou péssima. (Ver TABELAS 27-29, APÊNDICES S, T, U, p. 171-173)

Para a maioria das crianças que estão nas fases inicial e final da transição, a família extensa é, primordialmente, uma ‘Família perfeita’ por ser boa/muito boa, legal/ muito legal. Essas crianças também destacaram essa tipologia como: Família feliz (GI: n=03 e GF: n=05), sendo divertida e interessante e, ainda, uma família que funciona como uma Rede Social de Apoio (GI: n=03 e GF: n=01), cujos membros dependem uns dos outros e se ajudam mutuamente.

Em suma, há similaridades entre as concepções das crianças de arranjos nucleares e monoparentais acerca da família extensa. A maior parte das crianças de ambos os arranjos reconheceu essa tipologia familiar por meio de qualificações positivas, considerando-a uma Família perfeita, feliz, divertida e que possui um compromisso social de ajudar uns aos

outros, quando necessário. Essas crianças ainda a identificaram como uma Família grande, composta por muitas pessoas. O mesmo ocorreu em relação às fases inicial e final da transição, em que as crianças destacaram as qualificações positivas para a família extensa, enfatizando as mesmas categorias. Portanto, as diferenças observadas entre os grupos são de pontos percentuais, não ultrapassando 25%.

5 DISCUSSÃO

As transformações econômicas e sociais enfrentadas pela sociedade, particularmente na segunda metade do século XX, são apontadas como fator primordial para as mudanças na dinâmica familiar, na estrutura e nas divisões de papéis, bem como nas concepções acerca do seu conceito partilhadas por cada um de seus membros (CERQUEIRA-SILVA et al., 2008). Neste estudo, foram investigadas as concepções de família por crianças em transição para a adolescência, membros de arranjos familiares nucleares e monoparentais.

Os objetivos específicos deste trabalho consistiram em conhecer o que as crianças em transição para a adolescência, de ambos os tipos de arranjos, pensam sobre o conceito de família, sua composição, funções, papéis e divisão de tarefas. Também foram objeto de estudo as suas percepções acerca das suas famílias atuais e as expectativas para suas futuras famílias, além das semelhanças e das diferenças entre as concepções dessas crianças em transição sobre quatro modelos familiares contemporâneos, a saber: famílias nucleares, monoparentais, recasadas e extensas.

As questões analisadas neste estudo evidenciaram que as crianças participantes apresentam novas formas de conceber família definindo-a como um grupo de pessoas unidas mais por relações afetivas, conforme proposto por Petzold (1996), do que pura e simplesmente por laços de consanguinidade. Por sua vez, as relações entre genitores e entre genitores e filhos aparecem menos verticalizadas, ou seja, menos autoritárias e mais dialógicas, corroborando os dados encontrados em outros estudos empíricos realizados anteriormente (MOREIRA; RABINOVICK, 2008; RAMOS, 2008).

Para uma melhor explanação das questões investigadas, a discussão foi organizada por tópicos referentes às semelhanças e diferenças entre os grupos. Nesse primeiro tópico, será apresentada uma discussão acerca do conceito de família com destaque para as semelhanças e diferenças entre as concepções das crianças membros de arranjos nucleares e monoparentais e em fases inicial e final da transição para a adolescência.

No segundo tópico, a discussão abordará as semelhanças e diferenças nas concepções das crianças no que tange aos sentimentos de pertencimento as suas famílias e em sua satisfação em fazer parte das mesmas, bem como em suas expectativas quanto ao futuro. No terceiro tópico, a discussão será em torno das semelhanças e diferenças nas concepções das crianças acerca de diferentes arranjos familiares contemporâneos. Ao final, tecemos algumas considerações a respeito da metodologia empregada neste estudo.

5.1 AS CRIANÇAS DE ARRANJOS NUCLEARES E MONOPARENTAIS, DE ANOS INICIAIS E FINAIS DA TRANSIÇÃO PARA A ADOLESCÊNCIA, DIFEREM A RESPEITO DO CONCEITO, DA ESTRUTURA E DAS FUNÇÕES DE FAMÍLIA?

Neste tópico, são tecidas considerações a respeito das semelhanças e diferenças entre as concepções de família das crianças de arranjos nucleares e monoparentais e entre as fases inicial e final da transição. Quem faz parte da família, para que serve uma família e o que ela faz são também enfatizados.

5.1.1 A Concepção de ‘Família’: Similaridades e Diferenças

Sobre a questão ‘o que é família’, a maior parte dos participantes de ambos os arranjos, nucleares e monoparentais, a descreveu pelos sentimentos compartilhados entre seus membros, como pessoas que se amam/ gostam e se respeitam, bem como por pessoas que são unidas, próximas e amigas. Neste caso, os aspectos afetivo e relacional para ‘o que é ser família’ foram enfatizados em detrimento de outros relativos à coabitação, laços de sangue e composição. Esses dados estão alinhados com a literatura que tem apontado para mudanças nas concepções dos membros da família acerca do seu conceito, dos novos modos de vida familiar, maior valorização da afetividade e da socialização nas relações (DESSEN; RAMOS, 2010; RABINOVICH; MOREIRA, 2008).

Entretanto, algumas crianças membros de arranjos nucleares destacaram fatores como coabitação, composição, laços de sangue e pessoas que possuem o mesmo sobrenome para a definição de família, diferenciando-se, assim, daquelas crianças de arranjos monoparentais que não mencionaram esses aspectos em suas definições. Esse dado demonstra que, para as crianças de arranjos nucleares, apesar de a maioria enfatizar os aspectos relacionais em sua concepção de família, ainda há aquelas que percebem a família em seu sentido ideologicamente dominante, embasada pelo núcleo familiar biológico.

Foi constatado, ainda, que há mais similaridades do que diferenças entre as concepções das crianças nas diferentes fases da transição. Os resultados mostram que ambos os grupos definem a família pelos aspectos afetivos e relacionais. Além disso, o grupo monoparental, em início da transição, destacou a família como um lugar de interação e convivência. Rabinovich e Moreira (2008), em um estudo com crianças de seis a 10 anos, constataram que, independentemente dos níveis socioeducacionais aos quais as crianças pertenciam, o significado de família ultrapassou ao de coabitação, apresentando uma

valorização do significado afetivo e uma maior socialização entre seus membros, parentes e amigos.

No entanto, os grupos em fase final de transição, GNF e GMF, ainda que em menor frequência, definiram a família também pela sua composição: pai, mãe, filhos e outros componentes, embora, sem fazer referência aos aspectos biológicos. Tal menção pode estar associada a uma possível reflexão sobre as constituições familiares, suas identidades e o sentimento de pertencimento, o que ainda não está presente nas crianças que estão nas fases iniciais da transição, cuja categoria não foi mencionada.

5.1.2 'Quem faz parte da Família'?

No quesito quem faz parte de uma família, as crianças de ambos os grupos se referiram às relações biológicas e não biológicas entre seus membros. A maior parte das crianças pertencentes a ambos os arranjos citou nesta composição o pai, a mãe, irmãos, tios, avós, primos, mas também amigos e animais de estimação. Esses dados se alinham com o resultado do estudo realizado por Moreira, Rabinovich e Silva (2009). Através desse estudo, as autoras concluíram que as crianças entrevistadas conceberam família não apenas como nuclear, mas incluindo outros parentes demonstrando uma visão de família como extensa, para além do seu próprio núcleo.

Entretanto, foi registrado que há diferença nas concepções das crianças de arranjos nucleares em comparação com as concepções das crianças de arranjos monoparentais. As crianças de arranjos nucleares citaram com uma frequência maior o núcleo familiar formado pelos genitores com filhos, ainda que boa parte delas também tenha citado outros parentes e amigos. Por outro lado, uma quantidade maior de crianças de arranjos monoparentais compreende a presença de outros parentes como constitutivas para a formação familiar.

Portanto, para as crianças deste estudo, a família a qual pertencem pode estar servindo como um padrão de constituição familiar. Segundo Dessen e Ramos (2010) é possível que assim aconteça, pois há um convívio entre a criança e a família com fortes vínculos estabelecidos por meio dos quais se aprende valores e crenças que a influenciam. Esses resultados concordam com dados relatados em estudos empíricos mais remotos que afirmam a tendência de se compreender família seguindo o próprio padrão de constituição familiar do qual cada indivíduo faz parte (MOORE et al., 1977; POWELL et al., 1981).

Os dados encontrados a partir das respostas das crianças do grupo nuclear no final da transição registraram que 47,05% dos participantes descreveram a família apenas pelo núcleo

formado pelo pai, mãe e filhos, denotando que essas crianças estão desenvolvendo o sentimento de pertença e de identificação ao seu grupo familiar pelo modo como se encontra configurado. Em um estudo realizado por Powell et al. (1981) sobre essas questões que envolvem a definição de família, as crianças participantes utilizaram o critério da composição familiar, fazendo referência principalmente às relações biológicas.

Por outro lado, todas as crianças em fase final da transição, mas pertencentes aos arranjos monoparentais, incluíram os familiares extensivos na composição. Esse dado confirma as impressões dos estudos citados anteriormente, os quais ressaltam o espelhamento que as crianças fazem com o seu próprio padrão familiar. Nesse caso, elas estendem o núcleo familiar revelando a realidade em que vivem. Devido às dificuldades inerentes a esse tipo de arranjo, seja no âmbito financeiro, seja na falta de ter com quem repartir o cuidado diário com os filhos, essas famílias têm sua rede social de apoio ampliada aos outros parentes, especialmente a avó materna e amigos próximos, conforme explicitado por Santos (2009).

No entanto, é preciso destacar que, considerando o total de crianças pertencentes à fase inicial da transição, independentemente de sua composição familiar, a família biológica não é descrita como a única forma de concepção familiar. Em outras palavras, mesmo as crianças do GNI não se restringiram a incluir na composição familiar apenas pai, mãe e irmãos biológicos. Esse dado corrobora a revisão de literatura realizada por Szelbracikowski e Dessen (2007), por meio da qual as autoras afirmam que a família não é mais vista como um sistema nuclear, mas conta com a incorporação de outras pessoas que fazem parte de sua rede de relações.

Esse dado foi constatado também por outro estudo desenvolvido por Dessen e Ramos (2010). As autoras verificaram que ao citarem a composição familiar, as crianças pré-escolares participantes raramente descreveram a família apenas pelo núcleo familiar biológico. Entre os 40 participantes de nosso estudo, apenas uma criança em fase inicial da transição, pertencente ao arranjo nuclear, mencionou “pessoas que têm o mesmo sangue e sobrenome”, enfatizando a consanguinidade como elemento essencial da composição.

Assim, seria interessante que estudos futuros investiguem melhor a questão da inclusão de outras pessoas que fazem parte da rede de relações como pertencendo à composição familiar, levando em consideração a faixa etária. Os dados de nosso estudo indicam que as crianças mais jovens, em fase inicial da transição para a adolescência, tendem a incluir na composição da família outras pessoas além de seu núcleo biológico, em contraposição às crianças mais velhas, em fase final da transição. Esta tendência é apoiada pelos dados do estudo de Dessen e Ramos (2010), cujas crianças pré-escolares entre três e seis

anos de idade, incluíram na concepção de família pessoas de sua rede de relações, independentemente dos laços de consanguinidade, bem como animais de estimação. Parece-nos, portanto, importante verificar se tais resultados estão associados apenas à faixa etária (isto é, quanto mais jovem, mais desprendido da concepção de consanguinidade) ou a uma mudança na concepção de família, em decorrência das grandes modificações que vêm ocorrendo nas sociedades contemporâneas.

5.1.3 ‘Para que serve uma Família’?

Quando questionadas para que serve uma família, as crianças ressaltaram as funções que essa instituição pode exercer, havendo diferença nas concepções das crianças de ambos os arranjos - nuclear e monoparental. Para as crianças pertencentes ao arranjo nuclear, a família serve especialmente para oferecer cuidado e afeto. Por outro lado, as crianças do arranjo monoparental, apesar de destacarem a função cuidadora, enfatizaram as ações socializadoras da família. O mesmo ocorreu com a comparação dessas concepções nas diferentes fases de transição. Na fase inicial, as crianças destacaram principalmente as funções cuidadora e afetiva, enquanto que, na fase final, o destaque ocorreu para as funções cuidadora e socializadora.

Tais dados corroboram a nossa expectativa de que a família monoparental, em função de sua própria estrutura, necessita um investimento maior na função de socialização das crianças; por outro lado, é de se esperar que quanto mais a criança se aproxima da adolescência, maior é a demanda para a utilização de processos de socialização, uma vez que a família, independentemente de seu tipo de arranjo, encontra-se em um estágio de desenvolvimento familiar cuja tarefa básica é a de dar autonomia aos filhos, ao mesmo tempo em que tem que aprender a negociar (SENNA; DESSEN, 2019).

Apesar de oferecer suporte e provisão para os seus membros, a função provedora da família não foi a mais destacada para ambos os grupos de participantes, muito provavelmente pelo nível socioeconômico dos pais situarem entre classe média baixa e classe média, mantendo certa estabilidade com relação ao suprimento das necessidades básicas dos filhos. O fato de as funções cuidadora, afetiva e socializadora terem sido citadas com maior frequência pode estar relacionado ao novo cenário da família contemporânea que têm dedicado esforços para o realinhamento dos papéis de cada membro dentro da família, seja em arranjos nucleares, seja em arranjos monoparentais, além, evidentemente, de refletir as mudanças ocorridas nas sociedades ocidentais, particularmente na segunda metade do século passado,

conforme destacado por Arriagada (2009) e Dessen e Torres (2019). Dentre as mudanças, é preciso destacar a participação e maior envolvimento do pai nos cuidados dispensados aos filhos.

Esses achados estão em concordância com os dados encontrados por Rabinovich e Moreira (2008). Essas autoras apontam que, na atualidade, o pai aparece como uma figura mais lúdica e socializadora para os filhos, mantendo uma relação mais próxima, íntima e mais horizontalizada e ainda divide sua função provedora com a sua companheira. Ambas as funções da família, cuidadora e socializadora, também foram as mais destacadas nos achados do estudo realizado pelas autoras.

5.1.4 ‘O que uma Família faz?’

Sobre “o que uma família faz?”, as crianças participantes emitiram respostas destacando não apenas a função familiar, mas os papéis exercidos por cada membro. Assim, foram destacadas as mesmas funções da família, para os pais: a) cuidadores; b) socializadores; c) afetivos; d) provedores; e para os irmãos: e) cuidadores; f) socializadores; g) afetivos. Também foram observadas semelhanças e diferenças na comparação entre as concepções das crianças de ambos os arranjos familiares e fases de transição.

Para as crianças de arranjos nucleares, a família é reconhecida pelas ações de cuidado e afeto; o pai aparece como provedor e com a sua contribuição afetiva; a mãe é compreendida como a pessoa que cuida e dá afeto; o irmão é, principalmente, socializador. Para as crianças dos arranjos monoparentais, a família se destaca em suas atribuições cuidadora e socializadora, o pai é visto especialmente como socializador, a mãe permanece como cuidadora, mas também é reconhecida pela sua função socializadora e o irmão aparece como socializador também. Mais uma vez, a família é anunciada como um espaço no qual o cuidado, afeto e socialização são as marcas das relações.

A diferença que mais se destaca na comparação entre concepções das crianças de ambos os arranjos está relacionada à figura paterna. Para as crianças de arranjos nucleares, o pai é reconhecido principalmente pela sua função provedora e afetiva. Por sua vez, para as crianças de arranjos monoparentais, o pai é visto na sua função socializadora. É importante destacar que a função provedora do pai não foi sequer mencionada por este grupo. Provavelmente, a provisão dessa família acontece por intermédio das atividades maternas com ajuda de uma rede social de apoio e o pai, quando presente, é aquele que leva para sair, que brinca e interage por meio de atividades extras domésticas. De fato, as estatísticas sobre as

famílias brasileiras têm mostrado um aumento crescente dos lares chefiados por mulheres, em que a participação do pai é praticamente ausente, seja do ponto de vista financeiro, seja afetivo (IBGE, 2016).

Neste contexto, é perfeitamente compreensível que a afetividade parece estar mais presente nas relações dos arranjos nucleares do que nas relações dos arranjos monoparentais, enquanto que as ações socializadoras são mais enfatizadas pelas crianças de arranjos monoparentais. A hipótese é de que, nas famílias nucleares, possa haver uma maior qualidade de vida e a possibilidade de um revezamento entre os genitores para os investimentos afetivos entre seus membros. Por outro lado, nas famílias monoparentais, devido à ausência de um dos cônjuges, o outro fica sobrecarregado no exercício das funções, diminuindo a possibilidade de situações para esses investimentos, muito embora permaneça priorizando as funções de cuidado e de socialização.

As concepções das crianças em fase inicial da transição apresentaram algumas diferenças também em comparação com as concepções daquelas em fase final. Para as crianças que estão no início da transição, a família se destaca pela sua função afetiva; o pai se apresenta principalmente como provedor, socializador e afetivo; a mãe é vista como cuidadora, socializadora e provedora; e os irmãos como socializadores. Por outro lado, para as crianças em fase final da transição, a família é vista em suas funções de cuidado e socialização; o pai como provedor, cuidador e afetivo; a mãe aparece como cuidadora e afetiva; e os irmãos só são mencionados pelo grupo nuclear em fase final da transição (GNF).

Para essas crianças que estão no início da transição, o que o pai e a mãe fazem estão mais voltados para os aspectos afetivos, de cuidados e de socialização. Um fato interessante é que todas as crianças de arranjos monoparentais entrevistadas eram membros de famílias matrilineares; no entanto, o pai continua sendo citado como provedor para essas crianças, mesmo em uma menor frequência. A mãe é vista como provedora ao lado do pai, também em menor frequência.

Para o grupo de crianças que estão no final da transição, pertencentes aos arranjos nucleares (GNF), a família se caracteriza pelo que faz como cuidadora e socializadora. Igualmente, a mãe é caracterizada pelo que faz nas funções cuidadora, afetiva e socializadora, embora duas crianças tenham destacado a função provedora para a mãe. O pai é visto, principalmente, como o provedor, mas as funções: afetiva, socializadora e cuidadora, também lhes foram atribuídas. Ainda, para o grupo GNF, os irmãos são primordialmente socializadores. A questão do porquê as crianças em fase inicial de transição diferem daqueles em fase final no que tange aos aspectos de afetividade pode ser entendida, conforme apontado

por Senna e Dessen (2019), como uma questão de etapa do curso de vida familiar e do próprio indivíduo que avança em busca de sua autonomia. Evidentemente, há outras razões para isto que merecem uma investigação mais detalhada do ponto de vista empírico.

Para o grupo de crianças que também está em fase final da transição, mas pertencem aos arranjos monoparentais (GMF), tanto a família quanto os pais são percebidos em sua função cuidadora, socializadora e afetiva. A função provedora não foi destacada neste grupo e os irmãos não foram mencionados por nenhum participante do GMF.

Os dados encontrados para a última pergunta deste instrumento revelam que, muito embora as crianças tenham uma ideia de que a função provedora é atribuída ao pai, especialmente para as crianças dos arranjos nucleares em fase final da transição, elas já admitem que essa função é compartilhada com a mãe e com outros familiares. Isso demonstra que as crianças deste estudo identificam as mudanças no funcionamento das famílias contemporâneas, em especial na divisão das tarefas domésticas, nos cuidados dispensados aos filhos e na presença de uma rede social de apoio para as famílias. Está presente, também, a noção de que ambos os genitores exercem função remunerada ou, nos casos das famílias monoparentais, que apenas um genitor se responsabiliza por tudo sozinho.

As mudanças no papel do pai nessas relações contemporâneas destacadas neste estudo são apontadas também pela literatura. Dessen e Lewis (1999) admitem a coexistência de três tipos de papéis do pai: o tradicional, o moderno e o emergente. O pai tradicional é centrado no trabalho e tem como sua principal função ser o provedor da família, sendo atribuída à mãe o cuidado dos filhos e dos afazeres domésticos. O pai moderno volta sua preocupação para o bom desenvolvimento acadêmico e moral dos filhos. Por fim, o pai emergente já compartilha, ao lado da mãe, os cuidados com os filhos e divide as tarefas domésticas de forma mais igualitária. Vieira et al. (2014, p.37) concordam que o novo modelo de paternidade tem como marca central a divisão de responsabilidades pelo cuidado e educação dos filhos e denominam este pai de ‘cogenitor’.

Assim, as crianças participantes deste estudo entendem o que o pai faz dentro de uma perspectiva mais contemporânea também. Esse dado está alinhado com a literatura, pois ela tem apontado para um número cada vez maior de pais buscando se adequar à realidade atual, tanto com relação à divisão das tarefas domésticas junto com as mães, quanto com a educação dos filhos (BOSSARDI et al., 2013; DESSEN; TORRES, 2019; WAGNER et al., 2005; VIEIRA et al., 2014). Essa mudança é muito positiva, pois segundo Dessen e Lewis (1999), o papel do pai considerado emergente é apontado pela literatura como muito satisfatório para o bom desenvolvimento dos filhos e fortalecedor dos vínculos familiares.

5.2 SENTIMENTOS E SATISFAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÀS FAMÍLIAS DE ORIGEM E EXPECTATIVAS FUTURAS QUANTO À SUA FAMÍLIA. HÁ DIFERENÇAS ENTRE CRIANÇAS DE ARRANJOS NUCLEARES E MONOPARENTAIS E DE ANOS INICIAIS E FINAIS DA TRANSIÇÃO PARA A ADOLESCÊNCIA?

As crianças participantes demonstraram perceber os relacionamentos dentro da família como mais positivos do que negativos. Além de afetiva, harmônica e mantenedora de um clima emocional satisfatório, elas demonstraram, ainda que com menor frequência, perceber a família como socializadora, protetora, como uma dádiva, um presente de Deus, um lugar de equilíbrio e paz. Outras qualificações, como maravilhosa, especial, simpática, única também foram destacadas. Estes sentimentos positivos denotam que a família ocupa um lugar de destaque para os participantes, um espaço no qual eles encontram mais satisfação do que situações de estresse, ou seja, um ambiente propício para o seu desenvolvimento emocional e social.

Entretanto, foram observadas algumas diferenças nas concepções das crianças de cada grupo sobre suas próprias famílias. As crianças dos arranjos nucleares conceberam suas famílias principalmente pelo clima emocional positivo entre seus membros. Por outro lado, as crianças dos arranjos monoparentais destacaram a afetividade. Trata-se de um resultado compreensível, na medida em que as famílias monoparentais contam com apenas um genitor que se esforça para cobrir a ausência do outro, sobretudo em termos das necessidades de afeto dos filhos. Brito (2008) afirma que a afetividade na monoparentalidade matrilinear passa a ser vivenciada como um elemento de coesão familiar, pois como se trata de uma família marcada por perdas, o seu reforço afetivo promove o fortalecimento e a unidade entre seus membros.

Apesar de ambos os arranjos destacarem com maior frequência aspectos dentro da qualificação positiva relacionados às suas próprias famílias, algumas crianças dos arranjos nucleares (duas crianças em início da transição e quatro no final) mencionaram aspectos das qualificações negativas também. Essas crianças acrescentaram que suas famílias possuem relações conflituosas, caracterizando-se por um clima emocional negativo. Por outro lado, as crianças dos arranjos monoparentais não atribuíram qualificações negativas às suas famílias.

Ao serem interrogadas como se sentem fazendo parte das suas famílias, a maioria das crianças de ambos os arranjos demonstraram grande satisfação e senso de pertencimento compartilhando, assim, semelhanças nessas concepções. Para as crianças dos arranjos nucleares, além do sentimento de bem-estar, elas revelaram também sentimentos de gratidão, amor e valorização dentro da família. As crianças dos arranjos monoparentais, por sua vez,

também revelaram sentimentos de bem-estar, mas destacaram sentimentos de proteção e acolhimento ao invés de gratidão, amor e valorização.

Sentimentos de bem-estar foram mais destacados também pelas crianças independentemente de suas fases de transição, confirmando semelhanças em suas concepções. As crianças de ambos os grupos também relataram sentimentos similares quanto à proteção, amor, acolhimento, exceto pela gratidão que foi mencionada somente pelas crianças do início da transição. Isto significa que os arranjos familiares, por si sós, não afetam a percepção das crianças quanto ao seu bem-estar e sentimentos de proteção, amor e acolhimento, condições essenciais para o desenvolvimento da saúde mental e das relações de apego mais seguras entre os membros de uma família. Ramires e Schneider (2010), revisando alguns conceitos da Teoria do Apego de Bowlby (1979/1997), afirmam que as experiências reais, os componentes afetivos e cognitivos são primordiais para a constituição dos modelos representacionais e esses se revelam como reguladores das emoções e principais integradores da constituição psíquica do sujeito.

No entanto, nem sempre a família representa um local de proteção, mas pode ser a principal promotora dos fatores de risco ao desenvolvimento da pessoa. Os fatores de risco são conceituados por Sapienza e Pedromônico (2005) como variáveis ambientais ou contextuais que aumentam a probabilidade de ocorrência de algum efeito indesejável no desenvolvimento global do indivíduo. Segundo os autores, essas variáveis dificultam a agenda de desenvolvimento, a aquisição de habilidades e competências e o desempenho de papéis sociais, além de promoverem desordem emocional ou comportamental, déficit em suas habilidades de regular afeto, baixa autoestima, rigidez, ausência de empatia, depressão e problemas físicos de saúde.

Em síntese, as mudanças nas relações entre os membros da família no contexto contemporâneo, independentemente de como ela esteja organizada, estão, nitidamente, refletidas nas concepções que as crianças apresentam acerca das suas próprias famílias. Costa (2000) ressalta que essas mudanças vêm promovendo uma descentralização da autoridade parental e um maior protagonismo juvenil, favorecendo a família como um lócus primordial de socialização com o fortalecimento dos vínculos afetivos. Segundo este autor, é possível, ainda, observar uma participação mais democrática das crianças nas práticas educativas parentais.

As famílias participantes deste estudo pertencem a classes sociais diversificadas, isto é, entre as classificações A e E. Aquelas que foram identificadas como pertencentes à classe E, contam com as suas famílias extensas, em geral as avós maternas, como uma rede de apoio

social e financeiro. Mesmo nessas condições, as crianças participantes eram assistidas em suas necessidades básicas, seja no âmbito físico, no psicológico ou afetivo, não sendo identificadas variáveis ambientais e contextuais que as enquadrassem em situações de vulnerabilidades. A literatura vem demonstrando, ao longo de décadas, que a existência de uma boa rede de apoio social contribui para o bem-estar psicológico e material das famílias brasileiras (DESSEN; BRAZ, 2000; MOREIRA; CARVALHO, 2012).

Dentre as fontes de apoio às famílias, a principal é a da avó materna, corroborando os dados obtidos em nosso estudo. De fato, as avós têm tido uma participação expressiva nos cuidados de seus netos. Moreira e Carvalho (2012) destacam que as avós (especialmente as avós maternas) atuam como pessoas mais importantes para a colaboração no cuidado das crianças, pois é uma figura que apresenta maior credibilidade às mães/filhas, para exercerem funções de apoio afetivo, educativo, de proteção e, em muitos casos, financeiro. Dias et al., (2013) reforçam que há uma frequência cada vez maior de avós que ajudam a criar os netos, de forma temporária ou definitiva, com ou sem a presença dos pais, muitas vezes chefiando a família. Segundo as autoras, elas são chamadas de ‘avós guardiães’, ‘avós em tempo integral’ ou ‘pais substitutos’.

Possivelmente, por serem assistidas em cuidado e afeto, as crianças deste estudo, em sua quase totalidade, identificaram as suas próprias famílias como afetivas e mantenedoras de um clima emocional positivo. Vale destacar que a afetividade foi mais enfatizada justamente por aquelas crianças dos arranjos monoparentais, nos quais, pela ausência de um dos cônjuges, havia uma maior necessidade de apoio mútuo e dependência entre seus membros.

Outro dado interessante revela que uma grande parte das crianças não gostaria de mudar nada em suas famílias, nem em suas relações com seus membros. Entretanto, outra parte delas ressaltou que mudaria algumas brigas e conflitos. Vale destacar que boa parte dessas mudanças estava direcionada para a família como um todo e para as relações paternas e maternas.

Ao discutirem as relações atuais nas famílias e o lugar das crianças, Ribeiro e Cruz (2013) afirmam que, na atualidade, a dinâmica das relações está menos hierárquica e mais horizontalizada entre pais e filhos. Entretanto, os conflitos geracionais continuam a marcar diferenças nessas relações, gerando a expectativa dos filhos de mudarem a forma de pensar dos seus pais, tornando-os mais liberais. Por outro lado, os pais esperam retribuição por parte dos filhos, principalmente com relação a assumir responsabilidades e o compromisso moral de serem bons filhos, sendo obedientes enquanto crianças e honestos quando adultos.

As crianças de ambos os arranjos e fases de transição concordam, em sua maioria, não haver necessidade de grandes mudanças em suas famílias e nas relações entre os seus membros. Entretanto, as crianças dos arranjos nucleares manifestaram desejos de mudanças na família como um todo, em especial na diminuição das brigas e da falta de união, e na forma de pensar dos pais quanto às relações com os filhos. Algumas crianças desses arranjos reivindicavam mais paciência por parte de seus pais e que o pai deixasse de ser ‘pão-duro’, por exemplo. Vale ressaltar que boa parte dessas reivindicações foi feita pelas crianças de arranjos nucleares em fase final de transição, o que é coerente com as mudanças comportamentais desta etapa do curso de vida. No entanto, é preciso investigar melhor a dinâmica das famílias nucleares em contraposição à dinâmica das famílias monoparentais, a fim de compreender melhor ‘se’ e ‘porque’ tais reivindicações são mais frequentes em arranjos nucleares.

Em se tratando da ênfase das crianças de arranjos monoparentais quanto às mudanças nas relações familiares, o foco estava voltado para o retorno do pai ao seio familiar. Esse desejo por parte destas crianças pode estar sinalizando que, apesar de amarem e aceitarem as suas famílias como são, elas reconhecem que a presença do pai é inerente à composição familiar. De fato, segundo Vieira et al. (2014), o envolvimento paterno aparece associado a um melhor desempenho acadêmico dos filhos, maior repertório de habilidades sociais, bem como menor índice de hiperatividade e de problemas de comportamento. Nesse sentido, os autores apontam que a ausência paterna pode gerar conflito no desenvolvimento psicológico das crianças pelas dificuldades desencadeadas na reorganização familiar.

A respeito das relações maternas, as crianças quase não manifestaram desejo de mudanças. Isso significa que, na opinião dessas crianças, as mães estão cumprindo suas funções maternas de forma satisfatória, investindo tempo no cuidado com os filhos e na execução das tarefas domésticas, apesar de estarem colaborando cada vez mais com o sustento da família, exercendo atividades fora de casa. Pesquisas recentes sobre o envolvimento e participação das mães que trabalham fora de casa ratificam os dados de pesquisas anteriores demonstrando que, apesar da busca por ascensão profissional, as mulheres estão criando estratégias nesses dois ambientes para conciliar os múltiplos papéis mesmo assumindo o ônus do estresse e da sobrecarga (BELTRAME; DONELLI, 2012; COSTA, 2018).

As mudanças propostas para as relações fraternas também não especificavam brigas ou conflitos, mas um desejo de fortalecimento de vínculo e legitimação (para o caso de um meio irmão). Esses dados estão alinhados com aqueles encontrados por Moreira, Rabinovich e

Silva (2009) revelando que as relações maternas e fraternas são mais frequentemente vivenciadas pelas crianças e, por isso, uma maior aceitação dessas relações envoltas pela convivência, ajuda mútua e afeto.

Além de propor mudanças em algumas relações familiares, os participantes também expuseram suas expectativas quanto ao seu próprio futuro e quanto ao futuro dos seus familiares. Na opinião de Zappe et al. (2013), as projeções futuras têm sido consideradas um fator significativo de proteção ao desenvolvimento saudável dos adolescentes, pois ao pensar sobre seus futuros, eles são motivados em seus comportamentos cotidianos em direção às escolhas que os levem ao alcance de objetivos. Nardi (2014) acrescenta que as projeções futuras protegem os jovens na medida em que os impulsionam aos objetivos que lhes oferecem sentido para as suas vidas.

De acordo com Zappe et al. (2013), os principais conteúdos de interesse dos adolescentes com relação ao futuro são relativos à educação e ao trabalho. Em seguida, eles demonstram interesse em casar, constituir família, conquistar bens materiais, entre outros, que variam a partir da idade. Entretanto, Beal e Crockett (2010) afirmam que, na fase inicial da adolescência, as aspirações ainda estão sendo formuladas e podem sofrer influência das expectativas familiares e das normas sociais. Assim, além das projeções que os pais fazem acerca do futuro dos seus filhos que, sem sombra de dúvida, exercem um papel preponderante nas escolhas realizadas pelos mesmos, é preciso considerar também as experiências e as percepções que as crianças adquirem convivendo em família. Neste contexto, torna-se cada vez mais importante investigar as concepções e as dinâmicas familiares de diferentes tipologias de família.

Com base nos dados levantados a partir deste estudo, a comparação das expectativas da criança em transição sobre seu futuro revelou que há diferenças entre as concepções das que pertencem a arranjos nucleares e aquelas de arranjos monoparentais e, também, entre aquelas que estão em fases distintas de transição, isto é, inicial e final. Entretanto, a maior parte dessas crianças, independente dos arranjos aos quais pertencem ou às fases em que estão, traçaram metas futuras relativamente distantes e imprecisas.

As crianças que pertencem aos arranjos nucleares esperam que, no futuro, estejam cursando uma faculdade ou trabalhando, sem apontar os cursos de seus interesses ou as profissões almejadas. Enfatizaram o desejo de se tornarem adultos independentes dos seus pais, morando sozinhos e realizando sonhos sem especificações. Por outro lado, as crianças dos arranjos monoparentais declararam ver, para o seu futuro, formando suas novas famílias e educando seus filhos.

É possível que o nível socioeconômico das famílias nucleares esteja contribuindo para que os pais projetem em seus filhos a expectativa de um futuro acadêmico que venha lhes satisfazer profissionalmente e lhes proporcionar uma qualidade de vida melhor. Por outro lado, as crianças de arranjos monoparentais, por possuírem um nível socioeconômico mais baixo e por dependerem de uma rede social de apoio, projetam seus futuros estruturando suas próprias famílias diferentemente daquelas que possuem atualmente. Elas almejam o casamento, a constituição de um núcleo familiar com filhos.

Este resultado corrobora a ideia apresentada por Zappe et al. (2013) de que o contexto sociocultural exerce influência nas expectativas que o jovem tem sobre si mesmo, afetando suas escolhas e seu desenvolvimento. No caso das crianças de arranjos nucleares, a convivência em um contexto em que há um investimento de ambos os genitores acerca do futuro dos seus filhos pode contribuir para aumentar, por parte dessas crianças, o desejo em corresponder às expectativas dos seus pais, impulsionando-os na direção dos objetivos almejados pela família.

Por outro lado, no caso das crianças de arranjos monoparentais, a convivência em um contexto permeado por dificuldades e ajustes na redistribuição de papéis devido às perdas geradas, bem como a interferência de terceiros denunciando as limitações próprias deste tipo de arranjo, podem contribuir para a expectativa de suas crianças em formar suas próprias famílias, porém com configuração e papéis diferentes dos quais elas experimentam. Embora reconheçam o valor e a importância das suas famílias para as suas vidas, mesmo da forma como estão estruturadas, eles parecem almejar uma composição familiar que inclui o pai, a mãe e os filhos. Investigar melhor os desejos e expectativas de crianças de diferentes arranjos familiares quanto à sua futura família fornecerá pistas cada vez mais próximas dos reais efeitos de crescer em diferentes arranjos contemporâneos.

As expectativas dessas crianças acerca do futuro dos irmãos se concentraram em uma ascensão acadêmica, com a entrada em um curso universitário, ou na imersão no mercado de trabalho. Elas também contemplavam seus irmãos crescendo, morando fora de casa e até colaborando no cuidado com os pais idosos. Entretanto, vale ressaltar que essas expectativas foram referentes às crianças de arranjos nucleares, pois as crianças dos arranjos monoparentais não mencionaram expectativa alguma acerca do futuro dos seus irmãos. Esse fato está relacionado à realidade dessas famílias, com um número reduzido de filhos, a maioria delas composta apenas pela mãe e pela criança. Outro fator que pode estar associado à falta de expectativa sobre o futuro dos irmãos é a forma como esse grupo de participantes

enxerga seu próprio futuro, sem apostar muito em atividades acadêmicas ou situações de trabalho, estendendo essa ausência de expectativas para os irmãos.

Com relação às expectativas dos participantes acerca do futuro da família, eles atribuíram perspectivas positivas, sugerindo que permanecessem juntos e unidos, convivendo com amor, alegria e saúde. As expectativas direcionadas aos pais revelaram que as crianças de arranjos nucleares, especialmente aquelas em final da transição, idealizaram um futuro para além do envelhecimento físico de ambos. Elas mencionaram os pais em situação de trabalho, aperfeiçoando-se em suas profissões, ressaltando aspectos das suas vidas pessoais, como: realizar muitos sonhos, viajar pelo mundo, nutrir orgulho pelos filhos etc. Já as crianças dos arranjos monoparentais manifestaram expectativas mais baixas em relação aos pais, com destaque apenas para as características físicas, aceitando os pais como idosos e em situação de trabalho como aposentados.

Portanto, ambos os grupos são bem distintos quanto às expectativas futuras em relação aos seus pais, refletindo, talvez, muito mais uma condição socioeconômica e educacional do que de tipo de arranjo familiar. As crianças de arranjos monoparentais são, em sua maioria, provenientes de famílias pertencente às Classes D e E. É interessante destacar que os estudos de Presta e Almeida (2008) consideram as expectativas dos adolescentes quanto ao seu futuro, dos pais, irmãos e da família como um todo, mediadas pelo contexto no qual eles estão inseridos. Por essa razão, um ambiente com altas expectativas acerca do futuro de seus membros tende a produzir mais projeções futuras coletivamente. Por outro lado, um ambiente com baixa expectativa ou condições favoráveis para o alcance das metas almejadas tende a produzir poucas projeções ou projeções mais adaptáveis à realidade de vida dos familiares.

Após esta breve discussão sobre o que as crianças pensam sobre suas projeções futuras e dos seus familiares, traçaremos, no tópico a seguir, algumas considerações a respeito do que elas pensam acerca dos diferentes arranjos familiares que têm caracterizado as sociedades ocidentais contemporâneas, incluindo a brasileira.

5.3 O QUE PENSAM AS CRIANÇAS DE ARRANJOS NUCLEARES E MONOPARENTAIS E DE FASES INICIAL E FINAL DE TRANSIÇÃO PARA A ADOLESCÊNCIA SOBRE DIFERENTES ARRANJOS FAMILIARES?

Ribeiro e Cruz (2013) afirmam que a forma como a sociedade está organizada possibilita a construção de significados culturais e padrões de interação que singularizam a

formação de cada família e de cada pessoa, produzindo um repertório de conceitos e habilidades que orientam suas práticas cotidianas.

Nas sociedades capitalistas, a idealização familiar foi forjada segundo o modelo conjugal nuclear burguês, que nutria estilos específicos com o cuidado e educação das crianças (PASSOS, 2007). Segundo o autor, esse modelo foi reforçado pela ideologia religiosa e por todo um aparato jurídico que legitimou e perpetuou um ideal de família assegurado pelos investimentos na continuidade geracional da família burguesa e dos seus valores. Por essa razão, ainda é bastante arraigada, nos dias atuais, a ideia de que a família nuclear é a ideal, a tradicional, a correta ou a que segue um padrão de Deus.

Os dados coletados por meio dessa investigação estão em consonância com a literatura e demonstram que, para as crianças deste estudo, a família nuclear ainda é percebida como um modelo ideal de arranjo familiar, mesmo que esse núcleo seja ampliado aos familiares extensivos ou por pessoas do seu convívio. Nesse sentido, as crianças de ambos os grupos e fases de transição concordam que a família nuclear é a mais tradicional e a forma mais ‘correta’ de constituição familiar, sendo, inclusive, caracterizada por alguns como uma tipologia que segue o padrão de Deus. Além disso, elas não mencionaram nenhum atributo negativo para esse tipo de arranjo.

A denominação ‘família extensa’ ou ampliada foi reconhecida a partir da reforma do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que se configurou com a Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009, com o intuito de inibir a violação dos direitos da criança e do adolescente ao acolhimento familiar, especialmente quando estes se encontravam em situações de risco. De acordo com o parágrafo único do artigo 25, “entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade” (ECA, 2009).

A família extensa se destaca no cenário contemporâneo pelo impacto que as transformações sociais geraram na família. Em muitos casos, tornou-se necessária a presença dos outros familiares como avós, tios, primos e pessoas com vínculos afetivos ao convívio da criança, seja de forma assídua ou por meio de visitas, para prestar apoio ao núcleo familiar. Nesse sentido, a presença das avós maternas é marcadamente significativa, principalmente em famílias menos abastadas, contribuindo para o cuidado com as crianças, para a manutenção das tarefas domésticas e, até mesmo, com recurso financeiro para o aumento da renda familiar.

Independente dos arranjos e das fases de transição aos quais pertencem, as crianças participantes deste estudo apresentaram similaridades em suas percepções acerca dessa tipologia familiar. A maior parte delas compreende a família extensa por meio de qualificações positivas atribuindo-lhe um sentido idealizado de família perfeita, feliz, divertida, grande, composta por muitos membros, com reconhecida importância da sua atuação enquanto uma rede social de apoio ao núcleo familiar.

Esses dados estão de acordo com o estudo realizado por Ribeiro e Cruz (2013) acerca das representações sociais de família, segundo crianças da cidade do Recife. Segundo as autoras, as crianças construíram representações positivadas e idealizadas acerca da família sustentada pelo modelo nuclear tradicional. Entretanto, elas revelaram uma perspectiva ampliada da configuração familiar, ancorada em um modelo de família extensiva, concluindo que essa perspectiva é anunciada enquanto prática social experimentada pelas crianças participantes.

No estudo realizado por Moreira, Rabinovich e Silva (2009), que investigou os significados de família por crianças baianas, as autoras identificaram que, apesar de a moradia compartilhada com a família extensa representasse a realidade apenas daquelas crianças cujos pais tinham nível socioeducacional baixo, a maioria dos participantes, independente de classe ou local, descreveu a família como extensa. As autoras concluíram que a convivência e a familiarização com outros parentes não se restringiram a quem mora na casa, mas pela participação efetiva de apoio ao núcleo familiar.

É possível concluir que o apoio que os familiares extensivos têm oferecido ao núcleo familiar, independente de residirem na mesma moradia, tem sido uma realidade social na atualidade e tem modificado as percepções que as crianças construíram acerca da família restrita às figuras parentais. A literatura tem apontado que quanto menor o nível socioeconômico dos pais, maior a necessidade de uma rede social de apoio por meio de outras figuras familiares (ARAÚJO; AIELLO, 2013; ABUCHAIM, 2016).

Nesse contexto, a realidade das famílias monoparentais reflete essa demanda de coletividade, ajuda e de apoio mútuo entre os familiares extensivos, em especial das avós maternas, já que o número expressivo dessa constituição familiar tem a predominância feminina. A família monoparental é uma realidade social brasileira que se opõe ao modelo clássico de família nuclear tradicional, tendo apenas um dos cônjuges assumindo o papel de prover todas as necessidades dos seus filhos. Com isso, há uma tendência natural à diminuição da renda familiar e uma maior necessidade de assistência por parte de terceiros.

Além dessas demandas, a monoparentalidade surge, na maioria das vezes, de situações estressoras que causam dor e sofrimento, aumentando os riscos de vulnerabilidades das pessoas envolvidas. Sua formação pode ser por meio de um ato involuntário como: viuvez, divórcio, gravidez precoce ou por livre escolha do genitor pela adoção e inseminação artificial. Apesar dessas variedades de situações, na atualidade, o divórcio é indicado como uma das formas mais comuns para a constituição desse arranjo familiar (IBGE, 2016).

Neste ínterim, a legitimação deste arranjo familiar por meio da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), em seu art. 226, inciso 4º, veio a representar uma mudança nas concepções acerca do significado de família, refletindo em toda dinâmica das relações sociais. Por essa razão, este estudo se preocupou em conhecer não apenas as concepções de família das crianças pertencentes a ambos os arranjos familiares, nuclear e monoparental, mas também como essas crianças percebem a monoparentalidade.

A maioria dos participantes deste estudo, independentemente do tipo de arranjo e das fases de transição aos quais pertence, atribuiu um maior percentual às qualificações negativas para esse tipo de arranjo, especialmente pela marcada ausência paterna que se deu, significativamente, por meio do divórcio e por um caso de viuvez. Elas concordam que as pessoas dessas famílias tiveram suas vidas ancoradas por perdas e a maior parte delas caracterizou esse arranjo como incompleto, injusto, ruim ou péssimo, em especial aquelas da fase final de transição para a adolescência.

Interessante observar que essas crianças conservam as marcas deixadas pelo ideal religioso de que a família ideal e perfeita é representada por aquele núcleo formado por meio de um casamento que deveria ocorrer apenas uma vez. Assim, as famílias que rompem com esse conceito, marcadas por separações e ou recasamentos ainda recebem qualificações negativas e são visivelmente rejeitadas enquanto uma tipologia ideal.

Costa e Dias (2012) ressaltam a necessidade da desconstrução do conceito de casamento atrelado à constituição de uma família, já que o avanço científico possibilita a concepção *in vitro*, o que gera novos padrões de estruturas familiares. Além disso, as autoras enfatizam que a sociedade contemporânea foi aderindo às outras formas de relacionamentos amorosos com a formação de novos núcleos familiares a partir de uma nova união conjugal, que se utiliza do prefixo ‘re’, oriundo do latim e que sugere uma repetição, algo realizado de novo, outra vez. Por essa razão, esses novos núcleos são reconhecidos como: famílias refeitas, reconstruídas, recasadas etc.

Mcgoldrick e Carter (1995, p.8) definem a família recasada como “um lar onde vive o casal e pelo menos um dos parceiros tem um filho do casamento anterior”. Entretanto, não há

uma forma típica de se pensar a família recasada considerando que vários fatores interferem na caracterização deste arranjo. Costa e Dias (2012) nos convidam a pensar na gama de relações conflituosas que podem surgir dentro dessa dinâmica familiar. No entanto, as autoras consideram que as dificuldades encontradas no funcionamento dessa família não estão em sua composição, mas nas relações estabelecidas entre seus membros. Por outro lado, para essas autoras, esses conflitos relacionais não se constituem enquanto uma disfuncionalidade dessa tipologia familiar, mas numa complexidade em lidar com o diferente, o que requer maturidade, flexibilidade e paciência para as adaptações.

As crianças participantes deste estudo, quer sejam dos arranjos nucleares, quer sejam dos monoparentais, em ambas as fases de transição, concebem a família recasada como ruim e conflituosa. Elas enfatizam que a sua formação é gerada pelo histórico de insucessos de outras famílias anteriores marcadas por separações, perdas e sofrimentos. Elas ainda ressaltam a sua imperfeição por gerar constrangimentos aos filhos que possuem outros genitores. Dessa forma, muito embora também seja uma família formada por um núcleo, a forma como foi concebida, desconstruindo a concepção religiosa do casamento como algo sagrado, faz esta tipologia se distanciar da ideia de ser uma dádiva de Deus, conforme elas caracterizaram a família nuclear.

Dentro desse contexto, é possível afirmar que as crianças participantes deste estudo, pertencentes a ambos os arranjos familiares e fases de transição, reconhecem as variedades de arranjos existentes em nossa sociedade, na atualidade. Entretanto, elas demonstram maior aceitação por aquelas famílias que preservam o núcleo formado pelo pai, mãe e filhos concebidos pelo casamento sem histórico de separação, ainda que este núcleo seja ampliado para outros familiares extensivos. Assim, as tipologias que não atendem a esse padrão são compreendidas como ruins, imperfeitas e incompletas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo, foi possível reconhecer que as mudanças pelas quais a família vem passando estão intimamente relacionadas com as transformações sociais, econômicas e culturais, ao longo do seu percurso histórico. O predomínio da família dita tradicional, cujos papéis masculinos e femininos foram naturalizados culturalmente, sendo o homem o chefe e provedor da família, exercendo sua autoridade sobre a mulher e os seus filhos e a mulher, por sua vez, como cuidadora das tarefas domésticas e dos filhos, foram aos poucos se modificando, principalmente pelas demandas que surgiram na segunda metade do século XX (DESSEN; TORRES, 2019). Essa fase histórica foi marcada pelo processo de urbanização e industrialização, pelo avanço das tecnologias, pelo ingresso da mulher no mercado de trabalho, pela descoberta dos anticoncepcionais e consequente controle da natalidade e pelo aumento do número de divórcio, dentre outras mudanças (SINGLY, 2000).

Por meio dessas demandas sociais e das transformações nos modos de vida que geraram novas concepções de família, diferentes configurações familiares foram surgindo tendo impacto não apenas no âmbito social, mas também no jurídico. Novas medidas protecionistas reservavam o direito para esses novos arranjos que se estabeleciam, como: famílias recasadas, famílias monoparentais, famílias homoafetivas entre outros (MARIANO, 2009). Assim, torna-se necessária a utilização do termo ‘famílias brasileiras’ em lugar de família brasileira, tendo em vista não somente a multiplicidade de configurações que foram se formando e o reconhecimento de que família é um grupo formado para além da consanguinidade, do parentesco e da coabitação, mas, sobretudo pelas diferenças culturais que predominam em nosso país (DESSEN, 2010; DESSEN; TORRES, 2019).

A consolidação de uma nova ordem familiar trouxe múltiplas implicações nos modos de vida, nos papéis desempenhados por cada membro, nas divisões das tarefas domésticas e nas novas formas de pensar e de se relacionar (SILVA, 2010). Independente de como esteja organizada, a família é compreendida como um grupo social complexo que interage constantemente com o contexto social mais amplo, exercendo forte influência na constituição dos indivíduos (BIASOLI-ALVES, 2004). É também considerada o principal agente socializador por meio de suas ações e práticas educativas e pela transmissão da cultura, contribuindo para a formação da personalidade de crianças e adolescentes e para a modulação de seus comportamentos (SCHENKER; MINAYO, 2003).

As formas como as crianças experimentam suas trocas relacionais, suas vivências cotidianas e como se ajustam às atuais condições modernas dos modos de vida familiar, vão

moldando suas concepções e flexibilizando uma visão mais positivada da família, independente de como se encontra configurada. Por meio deste estudo, foi possível perceber um conceito ampliado de família, por parte das crianças, que vai além do parentesco, consanguinidade e habitação. Esse conceito envolve percepções familiares mais atentas aos aspectos relacionais sustentados pelo afeto, pelo crivo socializador e pelos cuidados mútuos.

Essa visão conceitual acerca da família, encontrada a partir dos achados deste estudo, está em consonância com a definição ecopsicológica de família, que leva em conta a pluralidade de formas alternativas de vida familiar. Segundo Petzold (1996), essa definição está baseada na intimidade entre os membros, nas características dessas relações, na incorporação de pessoas sem consanguinidade, conforme explicitado no capítulo introdutório deste estudo. Assim, tal definição leva em consideração os sentimentos subjetivos de pessoas que incorporam como membros de sua família aquelas pessoas por quem desenvolvem laços afetivos, ao longo de sua trajetória de vida.

Salientando a importância de conhecer o que os membros de famílias contemporâneas de diferentes arranjos pensam acerca deste construto, este estudo teve como objetivo principal investigar concepções de família por crianças em transição para a adolescência, pertencentes a dois tipos de arranjos: nucleares e monoparentais. As similaridades e diferenças nas formas de conceber família por crianças destes arranjos possibilitou uma compreensão maior acerca do funcionamento e da dinâmica dessas famílias.

Ao considerar a definição de família a partir das concepções dos seus membros, este estudo também pode contribuir para a formação de uma visão social mais ampliada do conceito, que compreende as diversidades que se apresentam a partir das mudanças sociais registradas nas últimas décadas. Dentro desta perspectiva, os objetivos almejados por meio deste estudo não apenas foram alcançados, como também permitiram uma melhor compreensão acerca das concepções de família, pai e mãe por parte das crianças que estão em transição para a adolescência.

Uma das contribuições científicas inferidas das concepções emanadas das crianças deste estudo é a própria desmistificação de que as famílias monoparentais são mais problemáticas e ‘pobres’ em termos de relacionamentos, além de sobrecarregadas e, por isto mais estressadas. Os dados também possibilitam uma reflexão sobre medidas de intervenção em nossas políticas públicas direcionadas à adolescência e às relações familiares.

Portanto, é preciso reconhecer a importância da criança como sujeito ativo do seu desenvolvimento e da família como principal instituição promotora do mesmo (PETZOLD, 1996). Apesar deste reconhecimento, ainda há escassez de estudos empíricos brasileiros que

investiguem as concepções de crianças acerca das questões familiares (PERCY, 2003; MOREIRA; RABINOVICH, 2009).

Os aspectos metodológicos que delinearam a pesquisa, como a utilização de métodos mistos (qualitativo e quantitativo) e a técnica do questionário semiestruturado produzido a partir dos objetivos traçados, direcionaram a uma maior amplitude, diversidade e clareza dos resultados, atuando como elementos facilitadores do processo de análise. A divisão do questionário em blocos correspondentes a cada tema a ser investigado possibilitou um melhor desempenho das crianças, que forneceram respostas diversificadas. A metodologia de coleta de dados também permitiu a sistematização mais eficiente e rápida das respostas, reduzindo, assim, o esforço empreendido para a categorização e análise dos dados.

Uma limitação da metodologia foi em relação ao número de participantes que, inicialmente, era de 80 crianças e suas respectivas famílias. No entanto, a efetiva participação das 40 crianças e dos seus familiares, bem como a riqueza de informações proporcionada pela aplicação do instrumento de concepções familiares, permitiu o preenchimento das expectativas levantadas acerca de todo processo, sem desqualificar a análise dos resultados obtidos.

Em decorrência de problemas pessoais surgidos durante a elaboração da pesquisa, não foi possível efetuar a análise dos resultados obtidos com a aplicação do questionário sociodemográfico junto às famílias participantes e do questionário acerca do 'clima familiar' junto às crianças e suas famílias. Segundo Lewis e Dessen (1999), a importância do uso do questionário sociodemográfico é ressaltada especialmente por enriquecer as pesquisas acerca da família e por permitir conhecer as suas características demográficas, favorecendo a produção de novos estudos comparativos. Entretanto, a análise dos dados destes dois instrumentos será efetuada futuramente, por ocasião da elaboração dos artigos, produtos desta dissertação de mestrado, que serão submetidos à publicação.

Por fim, ainda é válido ressaltar que este estudo não teve a intenção de esgotar o tema e as reais necessidades da área. A expectativa era de trazer uma pequena contribuição ao identificar o que pensam as crianças em fase de transição para a adolescência sobre a família contemporânea, o que se acredita ter alcançado.

7 REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira. In: **Cadernos Adenauer**, n. 24, p.13-25, 2015.
- _____. et al. **Políticas Públicas de/ para/ com juventudes**. Brasília, v. 1, p. 304. 2004.
- ABUCHAIM, B. O. et. al. Importância dos vínculos familiares na primeira infância. 1ª ed. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. 2016.
- ALMEIDA, A. M. de. **Família e modernidade**: pensamento jurídico brasileiro no século XIX. São Paulo: Porto Calendário, 1999.
- ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F. Medidas de nível socioeconômico em pesquisas sociais: uma aplicação aos dados de uma pesquisa educacional. **Opinião Pública**, v.15, n.1, p. 1-30, 2009.
- ARIÈS, F. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ARRIAGADA, I. La diversidad y desigualdade de las familias latino-americanas. **Rev. latinoame. Estud. Fam.**, v. 1, ene/dic., p. 9-21, 2009.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado** – O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BANDEIRA, M. et al. O cuidado parental e o papel do pai no contexto familiar. In: PONTES, F. A. R.; MAGALHÃES, W. L. B.; BRITO, R. C. S.; MARTIN, W. L. B. (org.). **Temas Pertinentes à Construção da Psicologia Contemporânea**. Belém: UFPA, p. 191-230. 2005.
- BARBOSA, P. Z.; ROCHA-COUTINHO, M. L. Maternidade: Novas possibilidades, antigas visões. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 163-185, 2007.
- BASTOS, A. C. S. (org.). **Modos de partilhar**: A criança e o cotidiano da família. Taubaté: Cabral Editora Universitária, 2001.
- _____. et al. Fathering in Brazil: a diverse and unknown reality. In: SHWALB, D. W.; SHAWALB, B. J.; LAMB, M. (ed.). **Fathers in cultural contexto**. New York: Routedge, p. 1-16. 2013.
- BASTOS, A. C. S.; MOREIRA L. V. C.; PETRINI, G.; ALCÂNTARA, M. A. R. **Família no Brasil**: recurso para a pessoa e a sociedade. Curitiba: Juruá, 2015.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.
- BELTRAME, G. R.; BOTTOLI, C. **Retratos do envolvimento paterno na atualidade**. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 32, jan./jul. 2010.

BELTRAME, G.; DONELLI, T. M. S. Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis. **Aletheia**, n. 38-39, p. 206-217, 2012.

BELTRÃO-GOMES, L.; APARECIDA-CREPALDI, M.; BIGRAS, M. O engajamento paterno como fator de regulação da agressividade em pré-escolares. **Paideia**, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, v. 23, n. 54, p. 21-30, jan.-abr. 2013.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, n. 3, p. 33-49, 2000.

_____. Famílias brasileiras do século XX: os valores e as práticas da educação das crianças. **Temas em Psicologia** – Revista e Sociedade Brasileira de Psicologia, v. 3, p. 33-49, 1997.

BILAC, E. D. Família: Algumas inquietações. In: CARVALHO, M. C. B. (org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC; Cortez Editora, p. 29-38. 2000.

BOSSARDI, C. N.; VIEIRA, M. L. Cuidado paterno e desenvolvimento infantil. **Revista de Ciências Humanas**, v. 44, n. 1, p. 205-221, 2010.

BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. (Trabalho original publicado em 1979), 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. DECRETO LEI N. 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Seção 1.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Crianças e adolescentes, indicadores sociais**. Brasília: IBGE, 2016.

BRITO, F. S. Mulher chefe de família: um estudo de gênero sobre a família monoparental feminina. **Revista Urutúgua** – Revista Acadêmica Multidisciplinar, nº 15, p. 42-52, jul.2008.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. Trabalho original publicado em 1979.

_____. Toward an experimental ecology of human development. **American Psychologist**, Washington, DC: American Psychological Association, n. 32, p. 513-531, 1977.

BRONFENBRENNER, U.; EVANS, G. Developmental science in the 21st century: Emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. **Social Development**, n. 9, p. 115-125, 2000.

BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P. A. The ecology of developmental processes. In: DAMON, W.; LERNER, R. M. (org.). **Handbook of child psychology: Theoretical models of human development**. New York: John Wiley, v. 1, p. 993-1028, 1998.

CAMPOS, D. M. S. **Psicologia do Adolescente**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CAIRNS, R. B., ELDER, G. H.; COSTELLO, E. J. **Developmental science**. New York: Cambridge University Press. 1996.

CARVALHO, A. B. **O papel do pai na sociedade contemporânea**. Orientador: Lúcia Vaz de Campos Moreira. 2013. 203f. Tese (Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2013.

CARVALHO, A. M. A.; MOREIRA, L. V. C.; RABINOVICH, E. P. Olhares de Crianças sobre a Família: Um enfoque quantitativo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 3, p. 417-426, jul.-set. 2010.

CERQUEIRA-SILVA, S.; OLIVEIRA, N. R.; DESSEN, M. A. A dinâmica das famílias brasileiras em foco: **Passado e presente (Relatório de Pesquisa)**. Brasília: Laboratório de Desenvolvimento Familiar, Universidade de Brasília, 2008.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. BRASIL. **Lei 12.010, de 03 de agosto de 2009**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

_____. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Child and adolescent health and development**. Genebra: OMS, 1965. Disponível em: <<http://www.who.int/child-adolescent-health/>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

CHAVES, A. M. et al. Representação social de mães acerca da família. **Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum.**, São Paulo, v. 12, n. 1, 2002.

COLTRO, A. C. M. **O direito de família após a Constituição Federal de 1988**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, p. 30. 2000.

COSTA, A. C. G. Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática. Salvador: Odebrecht, 2000.

COSTA, J. M.; DIAS, C. M. S. B. Famílias recasadas: mudanças, desafios e potencialidades. **Psicologia: Teoria e Prática**, n. 3, v. 14, p. 72-87, 2012.

CÚNICO, S. D.; ARPINI, D. M. O afastamento paterno após o fim do relacionamento amoroso: um estudo qualitativo. **Interação Psicol.**, Curitiba, v. 17, n. 1, p. 99-108, jan./abr. 2013.

DANTAS, C.; JABLONSKI, B.; FÉRES-CARNEIRO, T. Paternidade: considerações sobre a relação pais-filhos após a separação conjugal. **Paideia**, v. 14, n. 29, p. 347-357, 2004.

DESEN, M. A. Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 30, n. spe, p. 202-219, dez. 2010.

_____. Questionário de caracterização do Sistema Familiar. In: WEBER, L. N.; DESEN, M. A. (org.). **Pesquisando a família: Instrumentos para Coleta e Análise de Dados**. Curitiba: Juruá, p. 102-114. 2009.

_____. Desenvolvimento familiar: Transição de um sistema triádico para poliádico. **Temas em Psicologia**, n. 3, p. 51-61, 1997.

DESSEN, M. A.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. O estudo da família como base para a promoção da tolerância. In: BIASOLI-ALVES, Z. M. M.; FISCHMANN, R. (org.). **Crianças e adolescentes: construindo uma cultura de tolerância**. São Paulo: Edusp, p. 183-193. 2001.

DESSEN, M. A.; BRAZ, M. P. A família e suas inter-relações com o desenvolvimento humano. In: DESSEN, M. A.; COSTA-JUNIOR, A. L. (org.). **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed, p.113-131. 2005.

_____. Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento dos filhos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 16, n. 3, p. 221-231, 2004.

DESSEN, M. A.; CERQUEIRA-SILVA, S. Desenvolvendo sistemas de categorias com dados de entrevistas. In: WEBER, L.; DESSEN, M. A. (Orgs). **Pesquisando a família: instrumentos para coleta e análise de dados**. Curitiba: Juruá, p. 43-56. 2009.

DESSEN, M. A.; COSTA JUNIOR, A. L. (Eds.). **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed. 2005

DESSEN, M. A.; RAMOS, P. C. C. Crianças pré-escolares e suas concepções de família. **Paidéia**, v. 20, n. 47, p. 345-357, set-dez 2010.

DESSEN, M. A.; SENNA, S. R. C. M. A pesquisa em processos de desenvolvimento humano e o modelo bioecológico de Bronfenbrenner. In: DESSEN, M. A.; MACIEL, D. A. **A Ciência do Desenvolvimento Humano: desafios para a Psicologia e a educação**. Curitiba: Juruá, p. 71-107. 2014.

DESSEN, M. A.; TORRES, C. V. Family and Socialization Factors in Brazil: An Overview. **Online Readings in Psychology and Culture**, v. 6, nº 3, 2019.

DESSEN, M. A.; WEBER, L. **Pesquisando a família: instrumentos para coleta e análise de dados**. Curitiba: Juruá. p. 19-282, 2011.

DIAS, C. M. S. B.; FONSECA, C. M. S. M. S.; SILVA, C. F. S.; MUNIZ, F. M. R. P. Uma intervenção psicoeducativa com avós guardiãs apresentando ansiedade e/ou depressão. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (ORG). **Casal e família, transmissão, conflito e violência**, pp. 53-72. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

DINIZ, G. R. S. Homens e mulheres frente à interação casamento-trabalho: Aspectos da realidade brasileira. In: CARNEIRO, T. F. (ed.). **Casal e família**. Rio de Janeiro: NAU, 1999. p. 31-54.

DINIZ, M. H. **Curso de direito civil brasileiro: Direito de família**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, v. 5, p. 17-24. 2005.

ERIKSON, E. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar. 1998. Trabalho originalmente publicado em 1976.

ESTEVEES, L. C. G.; ABRAMOVAY, M. **Juventude, Juventudes**: pelos outros e por elas mesmas. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015.

FARIAS, C. C.; ROSENVALD, N. **Direito das Famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FACO, V. M. G.; MELCHIORI, L. E. **Conceitos de família**: adolescentes das zonas rural e urbana. São Paulo: UNESP, p. 2-121. 2009.

FLEXOR, M. H. O. História da família no Brasil. In: BASTOS, A. C. de S. et al. **Família no Brasil**: recurso para a pessoa e a sociedade. Curitiba: Juruá, p. 67-110. 2015.

FREUD, S. (1856/1939). **Esboço de psicanálise**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1968/1982). **Esboço de psicanálise**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GEORGAS, J. Family: variations and changes across cultures. In: LONNER, W. J. *et al.* (org.). **Online Readings in Psychology and culture** (Unit 13, Chapter 3). Bellingham, Washington, USA, 2003.

GOMES, A. J. S.; RESENDE, V. R. O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 20, n. 2, p. 119-125, 2004.

GOOSENS, L. Adolescent development: Putting Europe on the map. In: JACKSON, S.; GOOSENS, L. (ed.). **Handbook of adolescent development**. New York: Psychology Press, p. 1-10, 2006.

HALL, G. S. **Adolescence: Its psychology and its relations to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion and education**. vol. 2, New York: D. Appleton and Company. 1904.

HODKIN, B.; VACHERESSE, A.; BUFFETT, S. Concepts of family: Methodological issues in assessing perceived family memberships. In: CUSINATO, M. (org.). **Research on family resources and needs across the world**. Milano: LEDEdizioni Universitarie, p. 45-54. 1996.

HORTA, N.; SENA, R. Abordagem ao adolescente e ao jovem nas políticas públicas de saúde no Brasil: um estudo de revisão. **Revista de Saúde Coletiva**, v. 20, n. 2, p. 475-495, 2010.

INHELDER, B.; PIAGET, J. **Da lógica da criança a lógica da adolescente**: ensaio sobre a construção das estruturas operatórias formais. Trad. LEITE, D. M., São Paulo: Pioneira, 1976. (Trabalho original publicado em 1958).

KALINA, E. **Psicoterapia de adolescentes**: teoria, técnica e casos clínicos. (Trad. Silva, C. R. A.). 3ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas. 1999.

KEATING, D. P. Cognitive and brain development. In: LERNER, R. M.; STEINBERG, L. (ed.). **Handbook of adolescent psychology**. NJ: John Wiley sons inc., 2004.

KREPPNER, K. Developing in a developing context: Rethinking the family's role for children development. In: WINEGAR, L. T.; VALSINER, J. (org.). **Children's development within social context**. Hillsdale: Lawrence Elbaum Associates, p. 161-179, 1992.

_____. Social relations and affective development in the first two years in Family contexts. In: VALSINER, J.; CONNOLLY, K. J. (orgs). **Handbook of developmental Psychology**, Londres: Sage, p. 194-214, 2003.

_____. The child and the family: Interdependence in developmental pathways. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 16, n. 1, p. 11-22, 2000.

KREPPNER, K.; ULLRICH, M. Mutuality and closeness in Family communication and their impacto on adolescente development. **Trabalho apresentado no Biennial Meeting of Society for research in child development**. Albuquerque, NM, p. 15-18, 1999.

LAMB, M. E. O papel do pai em mudança. **Análise Psicológica**, v.1, p. 19-34, 1992.

_____. How do fathers influence children's development? Let me count the ways. In: LAMB, M. E. (ed.). **The role of the father in child development**. 5th ed. New York: John Wiley & Sons, p. 1-26, 2010.

_____. (org.). **The role of the father in child development**. New York: John Wiley & Sons, 1997.

LERNER, R. M.; STEINBERG, L. The scientific study of adolescent development: Historical and contemporary perspectives. In: LERNER, R. M.; STEINBERG, L. (ed.). **Handbook of adolescent psychology**. 3. ed. New Jersey: Wiley, p. 3-14. 2009.

LEWIS, C.; DESSEN, M. A. O pai no contexto familiar. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 15, n. 1, p. 9-16, 1999.

LIMA, L. C. Idade Materna e Mortalidade Infantil: efeitos nulos, biológicos ou sociológicos? **Revista Brasileira de Estatística Popular**, v. 27, n. 1, p. 211-226, 2010.

LOURO, G. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.

MAGNUSSON, D.; CAIRNS, R. **Developmental science: Toward a unified framework**. In: Cairns, R. B., Elder Jr. G. H.; Costello, E. J. (Eds.), **Developmental science**, pp.7-30, New York: Cambridge University Press, 1996

MANFROI, E. C.; MACARINI, S. M.; VIEIRA, M. L. Comportamento parental e o papel do pai no desenvolvimento infantil. **Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 21, n. 1, p. 59-69, 2011.

MARTIN, V. B.; ANGELO, M. A organização familiar para o cuidado dos filhos: percepção das mães em uma comunidade de baixa renda. **Revista latino-americana de enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 4, out. 1999.

MATTOSO, K. de Q. **Família e Sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: Corrupio; Brasília/DF: CNPq, (Col. Baianada, n. 6), 1988.

MARTURANO, E. M.; ELIAS, L. C. S.; CAMPOS, M. A. S. (2004). O percurso entre a meninice e a adolescência: mecanismos de vulnerabilidade e proteção. In: MARTURANO, E. M.; LINHARES, M. B. M.; LOUREIRO, S. R. (Orgs). **Vulnerabilidade e proteção: indicadores na trajetória de desenvolvimento do escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p.251-288, 2004.

MCGOLDRICK, M.; CARTER, B. **Constituindo uma família recasada**. In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. (Org.). As mudanças no ciclo de vida familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 345-369, 1995.

MEAD, M. **Adolescência, sexo y cultura en Samoa**. Barcelona: Planeta De Agostini, 1979.

MINUCHIN, P. **Families and individual development: provocations from the field of family therapy**. Child Development, v. 56, p. 289-302, 1985.

MONTEIRO, L. et al. Perspectiva do pai acerca do seu envolvimento em famílias nucleares. Associações com o que é desejado pela mãe e com as características da criança. **Revista Interamericana de Psicologia**, v. 44, n. 1, p. 120-130, 2010.

MOORE, N. V.; BICKHARD, M. H.; COOPER JR., R. G. The child's development of the concept of Family. **Biennial meeting of the society for Research in child development**. New Orleans, LA, 1997.

MOREIRA, L. V. C. **Concepções de mães usuárias de creche sobre educação de filhos**. Orientadora: Eulina da Rocha Lordelo 1999. Dissertação não publicada, Mestrado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

_____. **Concepções e práticas de pais sobre educação de filhos**. Orientador (a): Zélia Maria Mendes Biasoli Alves. 2005. 198f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2005.

MOREIRA, L. V. C.; CARVALHO, A. M. A. (org.). **Família e educação: olhares da Psicologia**. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2012.

MOREIRA, L. V. C.; RABINOVICH, E. P.; FORNASIER, R. C. (orgs). **Adolescentes e adolescências: Família, Escola e Sociedade**. Coleção Família e Desenvolvimento humano. Editora CRV, 2018.

MOREIRA, L. V. C.; RABINOVICH, E. P.; SILVA, C. N. Olhares de crianças baianas sobre família. **Paideia**. v. 19, n. 42, p. 77-85, 2009.

NARDI, F. L.; JAHN, G. M.; DELL'AGLIO, D. D. Perfil de adolescentes em privação de liberdade: eventos estressores, uso de drogas e expectativas de futuro. **Psicologia em Revista**, n. 20, v. 1, p. 116-137, 2014.

OZELLA, S. Adolescência: uma perspectiva crítica. In: CONTINI, M. L. J. (Coord.) & KOLLER, S. H. (org.), **Adolescência e Psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia. 2002, p.16-24.

PASSOS, M. C. A constituição dos laços na família em tempos de individualismo. **Mental**, n. 5, v. 9, p. 117-130, 2007.

PATIAS, N. D.; BUAES, C. S. Tem que ser uma escolha da mulher! Representações de maternidade em mulheres não-mães por opção. **Psicologia Social**. Belo Horizonte, v. 24, n. 2, 2012.

PERCY, M. S. Feeling loved, having friends to count on, and taking care of myself: minority children living in poverty describe what is special to them. **Journal of Children and Poverty**, 9, p. 55-70, 2003.

PEREIRA, R. C. **Divórcio** – Teoria e prática. Rio de Janeiro: GZ, 2011.

PETRINI, J. C. Introdução. In: MOREIRA, L. V. C.; PETRINI, J. C.; BARBOSA, F. B. (org.). **O pai na sociedade contemporânea**. Bauru: EDUSC, 2010.

_____. Mudanças sociais e familiares na atualidade: Reflexões à luz da história social e da sociologia. **Memorandum**, v. 8, p. 20-37, 2005.

PETRUCCELLI, José Luís. Seletividade por cor e escolhas conjugais no Brasil dos 90. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, ano 23, n. 1, p. 29-51, 2001.

PETZOLD, M. Aprender a ser pai. In: GOMES-PEDRO, J. (org.). **Bebê XXI: Criança e família na viragem do século**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

_____. The psychological definition of “the family”. In: CUSINATO, M. (org.). **Research on family: Resources and needs across the world**. Milão: LED-Edizioni Universitarie, p. 25-44, 1996.

PIMENTEL, L. C. F; STOLARUK, E. P. Percepção das Mães que Trabalham Sobre o Impacto da sua Ausência na Relação com o Filho. **Psicologado**. Edição 09/2015. Disponível em: <<https://psicologado.com.br/psicologia-geral/desenvolvimento-humano/percepcao-das-maes-que-trabalham-sobre-o-impacto-da-sua-ausencia-na-relacao-com-o-filho>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

PLECK, J. H.; PLECK, E. H. Fatherhood ideals in the United States: Historical dimensions. In: LAMB, M. E. (org.). **The role of the father in child development**. New York: John Wiley & Sons, p. 33-48, 1997.

POWELL, J.; WILTCHER, B. J.; WEDEMEYER, N. V.; CLAYPOOL, P. L. The Young child’s developing concept of Family. **Family and Consumer Sciences Research Journal**, 10, p. 137-149, 1981.

PRADO, A. B.; PIOVANOTTI, M. R. A.; VIEIRA, M. L. Concepções de pais e mães sobre comportamento paterno real e ideal. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 1, p. 41-50, jan./abr. 2007.

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247-256, maio/ago. 2007.

PRESTAS, S.; ALMEIDA, A. M. Fronteiras imaginadas: experiências educativas e construção das disposições quanto ao futuro por jovens dos grupos populares e médios. **Educação e Sociedade**, n. 29, v. 103, p. 401-424, 2008.

RABELLO, E. T.; PASSOS, J. S. **Erikson e a teoria psicossocial do desenvolvimento**. 2001. Disponível em: <<http://www.josesilveira.com>>. Acesso em: 31 out. 2017.

RABINOVICH, E. P.; MOREIRA, L. V. D. C. Significado de família para crianças paulistas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, p. 447-455, 2008.

RAMIRES, V. R. R.; SCHNEIDER, M. S. Revisando alguns conceitos da Teoria do Apego: comportamento versus representação? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. v.26, nº1, p. 25-33, jan./mar., 2010.

RAMOS, P. C. C. **Pai, mãe e família: concepções de crianças pré-escolares**. Orientador: (a) Maria Auxiliadoras Dessen, 2008, 207f., Tese (Mestrado em Psicologia – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde – UnB. Brasília, 2008.

REIS, E. F. **Varas de família** – Um encontro entre Psicologia e Direito. Curitiba: Juruá, 2010.

REIS, L. P. C.; RABINOVICH, E. P. Educação compartilhada entre mães e avós. In: MOREIRA, L. (org.). **Família e educação**. São Paulo: Paulinas, p. 61-76, 2012.

REIS, L. A.; SOUZAS, R.; MARINHO, M. S. As concepções de mulheres do Sudoeste Baiano sobre a maternidade na contemporaneidade. **InterScientia**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 38-55, 2014.

RIBEIRO, F. S.; CRUZ, F. M. L. Representações sociais de família por crianças na cidade de Recife. **Psicologia e Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 612-622, 2013.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Variações sobre um antigo tema: a maternidade para mulheres com uma carreira profissional bem-sucedida. In: FÉRES CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Editorab PUC – Rio, 2005.

RODRIGUEZ, B. C.; GOMES, I. C. Novas formas de parentalidade: do modelo tradicional à homoparentalidade. **Bol. Psicologia**, São Paulo, v. 62, n. 136, p. 29-36, jun., 2012.

ROE, A. et al. Young children's representations of their families: A longitudinal follow-up study of Family drawings by children living in diferente Family setting. **International Journal of behavioral development**, v. 30, p. 529-536, 2006.

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. C. B (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, p. 73- 88, 2002.

ROUSSEL, L. Família, justificação ou fato? Que futuro para o Bebê XXI? In: GOMES-PEDRO, J. (org.). **Bebê XXI: Criança e família na viragem do século**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 81-98, 1995.

SANTOS, J. B.; SANTOS, M. S. da C. Família monoparental brasileira. **Revista Jurídica**, Brasília, n.92, p. 9. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/.../JonabioBarbosa_Rev92.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

SANTOS, M. C.; CALDANA, R. H.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. O papel masculino dos anos quarenta aos noventa: transformações no ideário. **Paideia**, v. 11, p. 57-68, 2001.

SENNA, S. R. C. M. **Transição para adolescência do primogênito em famílias de classe média**: padrões relacionais e intergeracionais. 2011, XVII, 292 f., Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SENNA, S. R. C. M.; DESSEN, M. A. A comunicação na família durante a adolescência dos filhos. In: DESSEN, M. A. (org.). **Família no curso de vida: Compreendendo a família e seus desafios na contemporaneidade**. Curitiba: Juruá, vol. 1, pp. 89-122, 2019.

_____. Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, v.28, nº 1, p. 101-108, 2012.

SIFUENTES, T. R.; DESSEN, M. A.; OLIVEIRA, M. C. Desenvolvimento humano: desafio para a compreensão das trajetórias probabilísticas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 23, p. 379-386, 2007.

SILVA, C. N.; ANASTÁCIO, S. M. G. O descompasso entre a função parental e a dupla carreira dos pais. In: CAMPOS, L. V.; MOREIRA, A. M. A. C. (orgs.). **Família e Educação: olhares da Psicologia**. (Col. Família na Sociedade Contemporânea), São Paulo: Paulinas, p. 197-231, 2008

SILVA, J. M. **O lugar do pai**: Uma construção imaginária. Orientador: Paulo Roberto Ceccarelli, 2007, Dissertação não publicada (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

_____. **O lugar do pai**: Uma construção imaginária. São Paulo: Annablume, 2010.

SIMIONATO-TOZO, S. M. P.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. O cotidiano e as relações familiares em duas gerações. **Cadernos de Psicologia e Educação Paideia**, v. 8, p. 137-150, 1998.

SMETANA, J. et al. Disclosure and secrecy in adolescent-parent relationship. **Child Development**, v. 77, p. 201-217, 2006.

SOARES, L. C. E. C. A família com padrasto e/ou madrasta: Um panorama. In: BRITO, L. M. T. (org.). **Famílias e separações**: Perspectivas da Psicologia Jurídica. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 81-112, 2008.

STAUDT, A. C. P.; WAGNER, A. Paternidade em tempos de mudança. **Psicologia: Teoria e Prática**, v.10, n.1, p. 174-185, 2008.

SZELBRACIKOWSKI, A. C.; DESSEN, M. A. Problemas de comportamento exteriorizado e as relações familiares: Revisão de literatura. **Psicologia em Estudo**, v.12, p. 33-40, 2007.

TORRES, A. A individualização no feminino, o casamento e o amor. In: PEIXOTO, C.; SINGLY, F.; CICCHELLI, V. (orgs.), **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, p. 135-156, 2000.

TORRES, C.; DESSEN, M. A. The Brazilian way: Brazil's sub-cultures, its diversity of social contexts, and its Family structures. In: GEORGAS, J.; BERRY, J. W.; VAN DE VIJVER, F. J. R.; KAGITÇIBASI, Ç.; POORTINGA, Y. H. **Families across cultures: A 30-nation psychological study**. Cambridge University Press, p. 259-266. 2007.

TUDGE, J. A teoria de Urie Bronfenbrenner: uma teoria contextualista. In: MOREIRA, L. V. C.; CARVALHO, A. M. A. (org.). **Família e educação: olhares da Psicologia**. 3. ed. São Paulo: Paulinas, p. 211-231, 2012.

UMBERSON, D. et al. Stress in childhood and adulthood: effects on marital quality over time. **Journal of marriage and the Family**, v. 67, p.1332-1347, 2005.

UNESCO. **Políticas Públicas de/ para/ com juventudes**. Brasília: Unesco, 2004.

UNICEF. **Situação da Infância e da adolescência brasileiras – 2016**. Brasília: Escritório da Representação do UNICEF no Brasil, 2016.

VALSINER, J. Struture and dynamics of Family/ kinship groups, and marriage forms. In: VALSINER, J. Valsiner (org.). **Culture and human development: An Introduction**. London/ California/ New Delhi: Sage, p. 86-117, 2000.

VIEIRA, E. N.; SOUZA, L. Guarda paterna e representações sociais de paternidade e maternidade. **Análise Psicológica**, v.4, n.28, p. 581-596, 2010.

VIEIRA, M. L. et al. Engajamento paterno no cuidado das crianças de 4 a 6 anos. **Psicologia Argumento**, v.31, n.73, p. 237–246, 2013.

_____. Paternidade no Brasil: Revisão sistemática de artigos empíricos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v.66, n.2, p. 36–52, 2014.

VILLELA, W. V.; DORETO, D. T. Sobre a experiência sexual dos jovens. **Caderno de Saúde Pública**, v.22, n.11, p. 2467-2472, 2006.

WAGNER, A. et al. Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.21, n.2, p. 181-186, 2005.

WAGNER, A.; PREDEBON, J., MOSMANN, C.; VERZA, F. Compartilhar tarefas? papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.21, p. 181-186, 2005.

YASSUE, I. A família na Constituição Federal de 1988. **Direitonet.com.br**, [S.I.] 2010. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigo/exibir/5640/A-familia-na-Constituicao-Federal-de-1988>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

ZAMBERLAN, M. A. T.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Detecção de níveis de riscos psicossociais através do Inventário Home em ambientes de populações urbanas de baixa renda. In: ZAMBERLAN, M. A. T.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. (ed.) (org.). **Interações familiares: teoria, pesquisa e subsídios à intervenção**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, p. 143-161, 1997.

ZAPPE, J. G.; MOURA JR., J. F.; DELL'AGLIO, D. D.; SARRIERA, J. C. **Expectativas quanto ao futuro de adolescentes em diferentes contextos**. Acta Colombiana de Psicologia n.16, v.1, p 91-100, 2013.

ANEXOS

ANEXO A

**QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA FAMILIAR VERSÃO –
PAIS - DESSEN (2009)¹**

Aplicador: _____ Data ____/____/____

Família: nº _____ TIPO DE ARRANJO: ☐ Nuclear ☐ Monoparental

Início: _____ h _____ min.

Término: _____ h _____ min.

Questionário respondido por: ☐ mãe ☐ pai

I - IDENTIFICAÇÃO

1. Criança: _____

2. Data de nascimento: ____/____/____

3. Residência: Há quanto tempo reside nesta localidade? _____

☐ Área urbana ☐ Área rural

☐ Centro _____ (especificar) ☐ Periferia _____ (especificar)

II- DADOS DEMOGRÁFICOS

4. Mãe (iniciais): _____ Pai (iniciais): _____

5. Estado civil atual:

a) ☐ casados ☐ vivem juntos ☐ separado/divorciado ☐ viúvo

b) ☐ 1º companheiro ☐ 2º companheiro ☐ 3º companheiro ☐ 4º companheiro ou +

c) Há quanto tempo você vive com o seu marido/companheiro atual? (anos e meses)

d) Há quanto tempo você se separou do pai biológico da criança? (anos e meses)

e) Quantos filhos teve com cada companheiro?

1º _____ 2º _____ 3º _____ 4º companheiro ou + _____

6. Idade (anos, meses):

Mãe biológica: _____ Pai biológico: _____

7. Escolaridade:

a) Mãe: _____

Completo: ☐ Ensino Fundamental ☐ Ensino Médio ☐ Ensino Superior

Incompleto: ☐ Ensino Fundamental ☐ Ensino Médio ☐ Ensino Superior

☐ Outros _____

¹ DESSEN, M. A. Questionário de caracterização do Sistema Familiar. In: WEBER, L. N.; DESSEN, M. A. (org.). **Pesquisando a família**: Instrumentos para Coleta e Análise de Dados. Curitiba: Juruá. 2009. p. 102-114.

b) Pai: _____

Completo: ☐ Ensino Fundamental ☐ Ensino Médio ☐ Ensino Superior

Incompleto: ☐ Ensino Fundamental ☐ Ensino Médio ☐ Ensino Superior

☐ Outros _____

8. Religião

a) Qual a religião predominante em sua família?

☐ Católica ☐ Evangélica ☐ Espírita ☐ Outras

b) Quem frequenta?

☐ Casal e filhos ☐ Somente o casal ☐ somente os filhos

☐ Somente a mãe ☐ Somente o pai

☐ Outros _____

c) Frequência a cultos:

☐ semanalmente ☐ quinzenalmente ☐ mensalmente

☐ esporadicamente (pelo menos uma vez por ano) ☐ não frequentam

9. Ocupação atual:

CATEGORIAS	Mãe	Pai

a) Mãe:

Há quanto tempo trabalha neste emprego? _____ Horas de trabalho por dia: _____

Quantos dias na semana:

☐ 2ª à 6ª ☐ 2ª a sábado ☐ 2ª a domingo ☐ trabalho por escala

b) Pai:

Há quanto tempo trabalha neste emprego? _____ Horas de trabalho por dia: _____

Quantos dias na semana:

☐ 2ª à 6ª ☐ 2ª a sábado ☐ 2ª a domingo ☐ trabalho por escala

10. Renda Familiar atual (por mês):

a) Mãe = R\$ _____

b) pai = R\$ _____

c) Outros (que contribuem):

Quem? _____ Valor = R\$ _____

d) Total = R\$ _____ Em salários mínimos: _____

Obs.: Valor do salário mínimo vigente na ocasião da coleta de dados = R\$ _____

11. Moradia

11.1. Quem mora na casa? Há quanto tempo (anos; meses)?

Parentes por parte do pai	Parentes por parte da mãe	Não familiares
☐ avô	☐ avô	☐ babá
☐ avó	☐ avó	☐
☐ tio	☐ tio	☐
☐ tia	☐ tia	☐
☐ outros	☐ outros	☐

12. Constelação familiar:

12.1 Número de pessoas na família: _____

12.2 Crianças residentes: _____

Filhos	Tipo de Escola (1) Creche (2) Pré-escola (3) Escola Formal	Instituição (1) Pública (2) Privada	Período (1) Integral (2) Parcial	Idade	Sexo (F) (M)
Primogênito					
Segundo					
Terceiro					
Quarto					
Outros					

12.3 Há, na família, alguma criança que não esteja frequentando creche ou instituição escolar? (especificar motivo)

12.4 Há alguma criança morando com parentes ou amigos? (especificar motivo)

III CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA FAMILIAR

13. Quanto às atividades de lazer da família:

13.1 Local?

LOCAL	ATIVIDADES
Dentro de casa	
Na vizinhança	
Residência de parentes/amigos	
Locais públicos	

13.2. Tipo de atividades?

ATIVIDADES SOCIAIS	FREQUÊNCIA				
	Nunca	Menos que uma vez por mês	1 a 3 vezes ao mês	1 vez por semana	Diariamente
Religiosas					
Grupos de estudo/ assistência à comunidade					
Missas/ cultos em geral					
Eventos sociais/ festas					
Encontros sociais com familiares / amigos					
Visitas					
Comemorações em geral					
Encontros em locais públicos/ alimentação					
Culturais					
Festas típicas					
Cinema, teatro					
Visitas a centros culturais					
Não participa de atividades de lazer					

14.1.3 Quanto aos cuidados dispensados aos filhos:

Quem cuida dos filhos quando a criança não está na escola?

- ☐ mãe ☐ pai ☐ irmãos ☐ avô ☐ avó ☐ babá
☐ empregada doméstica ☐ vizinhos ☐ outros

Em que local?

- ☐ Na própria residência da criança
☐ Na residência de quem cuida da criança
☐ Outros _____

14.1.4. Apenas no caso de a família contar com a ajuda de empregada doméstica

- a) Há quanto tempo tem empregada doméstica? _____
 b) Período de trabalho: ☐ tempo integral ☐ parcial ☐ diarista
 c) Qual o envolvimento da empregada doméstica na vida da família?

15. Características da rede social de apoio da família

MEMBROS FAMILIARES

- Por parte da mãe: ☐ avô ☐ avó ☐ tio ☐ tia ☐ outros _____
 Por parte do pai: ☐ avô ☐ avó ☐ tio ☐ tia ☐ outros _____

Qual a participação de cada uma das pessoas listadas na vida da família?

REDE SOCIAL NÃO FAMILIAR

- ☐ amigos ☐ vizinhos ☐ empregada ☐ babá ☐ outros _____

Qual a participação de cada uma das pessoas listadas na vida da família?

15.1 Uso de substâncias na família:

TIPO DE SUBSTÂNCIA	Mãe	Pai	Avô/Avó	Filhos (as)	Tios/tias Sobrinhos(as)	Padrasto	Madrasta	Outros (especificar)
Cigarro								
Álcool								
Drogas								

15.2 Tipo de atendimento às famílias:

TIPOS DE ATENDIMENTO	Mãe	Pai	Avô/Avó	Filhos(as)	Tios/tias Sobrinhos(as)	Padrasto	Madrasta	Outros (especificar)
Médico								
Psicológico/ Psiquiátrico								
Outros								

16. Sobre os principais eventos ocorridos com a criança e com a família: Quais eventos aconteceram na vida da criança alvo e quando eles aconteceram?

16.1 Diretamente relacionados à criança-alvo:

EVENTO	Nos últimos 6 meses	De 6 a 12 meses	Há mais de um ano (especifique)	Nunca aconteceu
Mudança de escola				
Repetência na escola				
Suspensão da escola				
Nascimento de um irmão				
Agressão por parte de: a) mãe ou pai b) madrasta ou padrasto c) irmão ou irmã d) avós e) crianças da vizinhança f) professores da pré-escola g) outros:				
Outras experiências que tiveram impacto na vida da criança? Liste-as: a) _____ b) _____ e assim por diante.				

16.2 Eventos relacionados ao grupo familiar:

EVENTO	Nos últimos 6 meses	De 6 a 12 meses	Há mais de um ano (especifique)	Nunca aconteceu
Mudança de cidade				
A mãe começou a trabalhar fora de casa				
Perda de emprego de um dos genitores (especificar).				
Problemas financeiros				
Hospitalização ou enfermidade na família: a) criança b) pais c) irmãos d) outros				

Morte na família: a) companheiro b) mãe ou pai c) madrasta ou padrasto d) irmão ou irmãs e) avós f) amigos íntimos g) outros (especifique)				
---	--	--	--	--

Separação ou divórcio dos pais. Motivo:				
Conflitos/Brigas entre os pais a) sem agressões físicas b) com agressões físicas				

Problemas de saúde a) do pai: ☐ físico ☐ mental b) da mãe: ☐ físico ☐ mental				
Consumo de álcool Quem?				
Consumo de drogas ilegais Quem?				
Violação de leis: a) Quem? b) Quais?				
Outras experiências que tiveram impacto na vida da família? Liste-as: a) b) e assim por diante.				

PARA AS FAMÍLIAS DE ARRANJOS MONOPARENTAIS:

(A) O motivo da separação/divórcio?

(B) Envolvimento do pai com os filhos após separação?

(C) Contribuição financeira?

ANEXO B

QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DO CLIMA FAMILIAR⁷(Retirado de Senna⁷, 2011, p. 265)

APLICAÇÃO PARA CRIANÇA EM TRANSIÇÃO E PARA PAIS

Iniciais: _____ Idade: _____ Grupo do Participante: _____

Tipo de arranjo: _____

- 1) Os membros da minha família estão felizes com a forma como vivemos.
☐ verdadeiro ☐ parcialmente verdadeiro ☐ não-verdadeiro
- 2) Em minha família, costumamos conversar sobre as coisas que cada um faz durante o dia.
☐ verdadeiro ☐ parcialmente verdadeiro ☐ não-verdadeiro
- 3) As pessoas da minha família costumam brigar e gritar umas com as outras.
☐ verdadeiro ☐ parcialmente verdadeiro ☐ não-verdadeiro
- 4) Costumamos demonstrar nossos sentimentos e emoções, em minha família.
☐ verdadeiro ☐ parcialmente verdadeiro ☐ não-verdadeiro
- 5) Os membros da minha família sentem-se próximos uns dos outros.
☐ verdadeiro ☐ parcialmente verdadeiro ☐ não-verdadeiro
- 6) Meus familiares são capazes de expressar livremente seus medos e preocupações.
☐ verdadeiro ☐ parcialmente verdadeiro ☐ não-verdadeiro
- 7) As pessoas em minha família gostam de passar o tempo juntas.
☐ verdadeiro ☐ parcialmente verdadeiro ☐ não-verdadeiro
- 8) Na minha família, nos sentimos à vontade para expressar nossas opiniões, mesmo que elas não sejam compatíveis com /iguais às dos outros.
☐ verdadeiro ☐ parcialmente verdadeiro ☐ não-verdadeiro
- 9) Meus familiares costumam criticar uns aos outros de forma negativa.
☐ verdadeiro ☐ parcialmente verdadeiro ☐ não-verdadeiro
- 10) Em minha família, as coisas são harmônicas e pacíficas.
☐ verdadeiro ☐ parcialmente verdadeiro ☐ não-verdadeiro
- 11) Os membros de minha família estão sempre prontos para ajudar e apoiar uns aos outros.
☐ verdadeiro ☐ parcialmente verdadeiro ☐ não-verdadeiro
- 12) Em minha família, nós nos amamos e nos sentimos amados.
☐ verdadeiro ☐ parcialmente verdadeiro ☐ não-verdadeiro

⁷ SENNA, Sylvia Regina Carmo Magalhães. **Transição para adolescência do primogênito em famílias de classe média:** padrões relacionais e intergeracionais. 2011. XVII, 292 f., il. Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A CARTA À INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Prezados diretores, coordenadores e professores,

Estamos desenvolvendo um projeto de pesquisa realizado pelo programa de pós-graduação da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), que tem por objetivo investigar concepções de família por crianças em transição para a adolescência. Trata-se de um tema de real importância para a compreensão das relações familiares e do desenvolvimento da criança/adolescente na sociedade brasileira.

Este estudo prevê a participação de crianças entre as idades de 11 a 14 anos, consideradas em transição para a adolescência, de ambos os sexos, membros de famílias nucleares tradicionais e de famílias monoparentais. Para a identificação dos possíveis participantes, contamos com a autorização dos senhores responsáveis desta instituição para o acesso aos dados das famílias e envio de cartas-convite, através dos alunos, àquelas que preencherem os requisitos para participação no projeto.

A coleta dos dados dar-se-á mediante a autorização de todos e ocorrerá em duas etapas: a) durante uma visita agendada às residências das famílias, de aproximadamente duas horas, nas quais serão feitas a apresentação da proposta do estudo, apresentação e assinaturas dos termos que efetivam a participação; b) entrevistas com os pré-adolescentes em sala de aula com o apoio dos professores.

É importante destacar que os dados obtidos neste estudo serão confidenciais e mantidos em sigilo, de acordo com os princípios éticos que regem a profissão de psicólogo. Somente a pesquisadora terá acesso direto às informações, sendo garantida a não identificação dos participantes em qualquer apresentação em congressos científicos ou publicações.

Esta pesquisadora estará disponível para esclarecimentos e orientações necessárias à família e, ao final do estudo, a instituição poderá ter acesso aos resultados e à síntese do mesmo, a partir de palestra informativa aos pais e/ou aos professores.

Atenciosamente,

Lyege de Lima Borges Bastos
Pesquisadora

Lyege de Lima Borges Bastos – Pesquisadora. Telefone: (75) 3021-5850, (75) 99977-6020 ou (75) 99155-5511. Universidade Católica do Salvador (UCSAL) – Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea. Av. Cardeal da Silva, 205 – Federação, Salvador - BA, CEP: 40.231-902. Comitê de ética da UCSAL, tel. 32038913, e-mail: cep@ucsal.br.

Salvador, _____

APÊNDICE B
QUESTIONÁRIO PARA IDENTIFICAÇÃO DAS CRIANÇAS PARTICIPANTES

Data: ____/____/____ Início: _____ Fim: _____
Aplicador _____

Essa pesquisa objetiva investigar concepções de famílias por crianças entre 11 e 14 anos, idades consideradas como transição para a adolescência. Ela faz parte do Programa de Pós-graduação da Universidade Católica do Salvador. Esse roteiro de entrevista foi organizado para a identificação do atendimento aos critérios de inclusão estabelecidos para os participantes. Para tanto, algumas perguntas foram elaboradas no intuito desse recrutamento. As respostas terão garantia de sigilo e serão utilizadas apenas para fins dessa pesquisa.

I - DADOS PESSOAIS

1. Iniciais _____
2. Nº de matrícula: _____
3. Idade: _____
4. Data do Nascimento: ____/____/____
5. Cidade do nascimento: _____
6. Sexo: _____
7. Etnia/cor: _____
8. Escola: _____
9. Série em que estuda: _____
10. Bairro em que reside: _____
11. Religião: _____

II – DADOS FAMILIARES

1. Iniciais do Pai: _____
- 1.1 Profissão do Pai: _____
- 1.2 Celular: _____
2. Iniciais da mãe: _____
- 2.1 Profissão da Mãe: _____
- 2.2 Celular: _____
3. Quem mora na sua casa? _____

III - INFORMAÇÕES GERAIS

1. Endereço: _____
2. Bairro: _____
3. Telefone 1: _____
4. Telefone 2: _____
5. Você gostaria de participar dessa pesquisa? Sim () Não ()

APÊNDICE C

CARTA-CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

(FAMÍLIAS)

Prezadas Famílias,

Os senhores estão convidados a participar de um estudo realizado pelo Programa de pós-graduação da Universidade Católica do Salvador, que objetiva investigar concepções de família idealizadas por crianças em transição para a adolescência. Para isso, gostaríamos de solicitar a sua autorização para a participação do seu(sua) filho(a) neste estudo, pois ele(a) poderá trazer contribuições valiosas para a compreensão das relações familiares e do desenvolvimento da criança/adolescente na sociedade brasileira.

Este estudo prevê a participação de crianças entre as idades de 11 e 14 anos, consideradas de transição para a adolescência, de ambos os sexos, membros de famílias nucleares tradicionais e de famílias monoparentais. A coleta dos dados dar-se-á mediante a autorização de todos e ocorrerá em duas etapas: a) durante uma visita agendada às residências das famílias, de aproximadamente duas horas. Nessas visitas, serão feitas a apresentação da proposta do estudo, sua justificativa, a relevância social, seus objetivos, os riscos e benefícios, garantias de proteção e sigilo para os participantes, além do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO C) e o Termo de Assentimento (ANEXO D) que deverão ser assinados para efetivar a participação na pesquisa, conforme exigido pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos; b) Entrevistas com as crianças em sala de aula com o apoio dos professores.

As informações obtidas neste estudo serão CONFIDENCIAIS e nossa conduta será fiel aos princípios éticos que regem a profissão de psicólogo. Somente a pesquisadora terá acesso às informações. Informamos, ainda, que, na sua publicação em congressos científicos, não será feita a identificação dos participantes.

Agradecemos, antecipadamente, a colaboração de toda a família, aguardando a resposta com a confirmação abaixo para nosso primeiro contato telefônico e marcação da visita.

Lyege de Lima Borges Bastos
(Mestranda - pesquisadora)

Maria Auxiliadora Dessen
(Orientadora)

Estou de acordo com a visita da pesquisadora para maiores esclarecimentos da pesquisa.

Local e data: _____

Filho(a): _____ Assinatura: _____

Pai: _____ Assinatura: _____

Mãe: _____ Assinatura: _____

Telefones para contato: _____

APÊNDICE D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) seu(sua) filho(a) está sendo convidado a participar, como voluntário, de uma pesquisa intitulada **Concepções de adolescentes e caracterização do sistema familiar: uma comparação de famílias nucleares e monoparentais**, que será desenvolvida pela pesquisadora Lyege de Lima Borges Bastos, mestranda do programa de Pós-graduação em família na Sociedade Contemporânea da Pontifícia Universidade Católica do Salvador.

Esta pesquisa tem por objetivos gerais: investigar as concepções de família por crianças entre 11 e 14 anos, membros de arranjos familiares nucleares e monoparentais; e caracterizar o sistema familiar de ambos os tipos de arranjos. No que tange às concepções de família, serão investigados: a) O que as crianças dos dois arranjos – monoparentais e nucleares – pensam sobre o conceito de família, sua composição, funções, papéis e divisão de tarefas; b) As percepções dessas crianças acerca das suas famílias atuais e das suas projeções futuras; c) A expectativa que elas trazem a respeito da formação de sua própria família, no futuro; d) As semelhanças e as diferenças entre as concepções dessas crianças sobre os modelos familiares contemporâneos, a saber: famílias monoparentais, nucleares, recasadas e extensas. No que se refere ao segundo objetivo – a caracterização do sistema familiar –, serão investigados: d) O “clima familiar” predominante nas famílias de ambos os arranjos, na perspectiva da criança em transição e de seus pais. e) A caracterização dos arranjos nuclear e monoparental, na perspectiva dos pais, focalizando: 1) Rotinas; 2) Atividades de lazer; 3) Rede Social de Apoio; 4) Eventos específicos a cada tipo de família.

Para a coleta de dados/informações, será realizado um questionário com o(a) seu(sua) filho(a). O roteiro compreenderá perguntas relacionadas ao conceito que seu(sua) filho(a) tem sobre família e ao funcionamento familiar e terá duração aproximada de 40 a 50 minutos. Esta atividade não é obrigatória e, a qualquer momento, o(a) seu(sua) filho(a) poderá desistir de participar e o(a) Senhor(a) poderá retirar seu consentimento, sem que haja qualquer penalização ou prejuízo para ambos (Res. 466/12 CNS/MS).

Ao decidir participar deste estudo esclareço que:

- Caso o(a) seu(sua) filho(a) não se sinta à vontade com alguma questão da entrevista, ele(a) poderá deixar de respondê-la, sem que isso implique em qualquer prejuízo.

- As informações fornecidas poderão, mais tarde, ser utilizadas para trabalhos científicos e a sua identificação será mantida em sigilo, isto é, não haverá chance de o nome dele(a) ser identificado, assegurando-lhe completo anonimato.
- Devido ao caráter confidencial, essas informações serão utilizadas apenas para os objetivos de estudo.
- A participação do(a) seu(sua) filho(a) não implica em nenhum custo financeiro.
- O estudo apresenta benefícios conforme o CNS RES 466/12 e 510/2016. Dessa forma, este estudo poderá ajudar o(a) seu(sua) filho(a) a refletir sobre as suas relações familiares e a compreender a família na qual está inserido. Pretende-se, em termos de retorno social, contribuir para a produção científica na área de desenvolvimento humano e família, quanto para o campo de formulação e avaliação de políticas públicas voltadas para as crianças em transição para a adolescência.
- Não há o risco de desconforto em decorrência de o questionário abordar conteúdos íntimos. Mas, caso isso ocorra, o mesmo será interrompido e o(a) seu(sua) filho(a) receberá apoio psicológico por parte da pesquisadora.
- Este documento contém duas vias, sendo que uma ficará com o(a) senhor(a) e a outra com a pesquisadora.

Em caso de dúvida ou outra necessidade de comunicação com a pesquisadora, poderá entrar em contato por meio do endereço/telefone:

Lyege de Lima Borges Bastos – Pesquisadora. Telefones: (75) 3021-5850, (75) 99977-6020 ou (75) 99155-5511. Universidade Católica do Salvador (UCSAL) – Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea. Av. Cardeal da Silva, 205 – Federação, Salvador - Ba, CEP: 40.231-902. Comitê de ética da UCSAL, tel. 3203-8913, e-mail: cep@ucsal.br .

Eu, _____, aceito, voluntariamente, que meu(minha) filho(a) participe deste estudo, estando ciente de que ele(ela) estará livre para, a qualquer momento, desistir de colaborar com a pesquisa, sem que isso acarrete qualquer prejuízo.

Local e data: _____

Assinatura do responsável pelo participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

APÊNDICE E

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa intitulada: **Concepções de adolescentes e caracterização do sistema familiar: uma comparação de famílias nucleares e monoparentais**, que será desenvolvida pela pesquisadora Lyege de Lima Borges Bastos, mestranda do programa de Pós-graduação em família na Sociedade Contemporânea da Pontifícia Universidade Católica do Salvador.

Esta pesquisa tem por objetivos gerais investigar as concepções de família por crianças entre 11 e 14 anos, membros de arranjos familiares nucleares e monoparentais, e caracterizar o sistema familiar de ambos os tipos de arranjos. No que tange às concepções de família, serão investigados: a) O que as crianças dos dois arranjos – monoparentais e nucleares – pensam sobre o conceito de família, sua composição, funções, papéis e divisão de tarefas; b) As percepções dessas crianças acerca das suas famílias atuais e das suas projeções futuras; c) A expectativa que elas trazem a respeito da formação de sua própria família, no futuro; d) As semelhanças e as diferenças entre as concepções dessas crianças sobre os modelos familiares contemporâneos, a saber: famílias monoparentais, nucleares, recasadas e extensas. No que se refere ao segundo objetivo – a caracterização do sistema familiar –, serão investigados: a) O “clima familiar” predominante nas famílias de ambos os arranjos, na perspectiva da criança em transição e de seus pais; b) A caracterização dos arranjos nuclear e monoparental, na perspectiva dos pais, focalizando: 1) Rotinas; 2) Atividades de lazer; 3) Rede Social de Apoio; 4) Eventos específicos a cada tipo de família.

A sua participação no estudo consiste em responder questões elaboradas pela pesquisadora na forma de questionário. O roteiro compreenderá perguntas relacionadas à sua concepção acerca do construto família e terá duração aproximada de 40 a 50 minutos. Esta atividade não é obrigatória e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento, sem que haja qualquer penalização ou prejuízo para você (Res. 466/12 CNS/MS).

Ao decidir participar deste estudo esclareço que:

- Caso não se sinta à vontade com alguma questão da entrevista, você poderá deixar de respondê-la, sem que isso implique em qualquer prejuízo.
- As informações fornecidas poderão, mais tarde, ser utilizadas para trabalhos científicos e a sua identificação será mantida em sigilo, isto é, não haverá chance de seu nome ser identificado, assegurando-lhe completo anonimato.

- Devido ao caráter confidencial, essas informações serão utilizadas apenas para os objetivos de estudo.
- Sua participação não implica em nenhum custo financeiro.
- O estudo apresenta benefícios conforme o CNS RES 466/12 e 510/2016. Dessa forma, este estudo poderá ajudá-lo a refletir sobre as suas relações familiares e a compreender as influências dessas relações no seu desenvolvimento. Pretende-se, em termos de retorno social, contribuir tanto para a produção científica quanto para o campo de formulação e avaliação de políticas públicas voltadas para as crianças em transição para a adolescência.
- Não há o risco de desconforto em decorrência de o questionário abordar conteúdos íntimos. Caso isso ocorra, o mesmo será interrompido e você receberá apoio psicológico por parte da pesquisadora.
- Este documento contém duas vias, sendo que uma ficará com o(a) senhor(a) e a outra com a pesquisadora.

Em caso de dúvida ou outra necessidade de comunicação com a pesquisadora, poderá entrar em contato por meio do endereço/telefone:

Lyege de Lima Borges Bastos – Pesquisadora. Telefones: (75) 3021-5850, (75) 99977-6020 ou (75) 99155-5511. Universidade Católica do Salvador (UCSAL) – Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea. Av. Cardeal da Silva, 205 – Federação, Salvador - Ba, CEP: 40.231-902. Comitê de ética da UCSAL, tel. 3203-8913, e-mail: cep@ucsal.br .

Eu, _____, aceito, voluntariamente, o convite de participar deste estudo, estando ciente de que estou livre para, a qualquer momento, desistir de colaborar com a pesquisa, sem que isso acarrete qualquer prejuízo.

Local e data: _____

Assinatura do participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

O que é uma família? (Conceito)	Quem faz parte de uma família? (Composição)
Para que serve uma família? (Função)	O que uma família faz? (Divisão de papéis)

Legenda: GNI, GNF, GMI, GMF, onde: GNI = Grupo de crianças de arranjos nucleares em início da transição (n= 11 e 12 anos); GNF = Grupo de crianças de arranjos nucleares no final da transição (n=13 e 14 anos); GMI = Grupo de crianças de arranjos monoparentais em início da transição (n=11 e 12 anos) e Grupo de crianças de arranjos monoparentais no final da transição (n=13 e 14 anos)

APÊNDICE G

AVALIAÇÃO DA FAMÍLIA ATUAL

Iniciais: _____ **Idade:** _____ **Grupo do Participante:** _____

Tipo de arranjo: _____

PERCEPÇÕES SOBRE A MINHA FAMÍLIA E O SEU FUTURO

Minha família é	Como eu me sinto fazendo parte da minha família? (satisfação, afetividade)
Se pudesse, o que eu mudaria na minha família?	Como eu vejo a minha família (atual) daqui a 10 anos?

Legenda: GNI, GNF, GMI, GMF, onde: GNI = Grupo de crianças de arranjos nucleares em início da transição (n= 11 e 12 anos); GNF = Grupo de crianças de arranjos nucleares no final da transição (n=13 e 14 anos); GMI = Grupo de crianças de arranjos monoparentais em início da transição (n=11 e 12 anos) e Grupo de crianças de arranjos monoparentais no final da transição (n=13 e 14 anos)

APÊNDICE H

AVALIAÇÃO DOS ARRANJOS FAMILIARES

Iniciais: _____ **Idade:** _____ **Grupo do Participante:** _____

Tipo de arranjo: _____

PERCEPÇÕES SOBRE OS DIFERENTES ARRANJOS FAMILIARES

Famílias nucleares	Famílias monoparentais
Famílias recasadas	Famílias extensas

Legenda: GNI, GNF, GMI, GMF, onde: GNI = Grupo de crianças de arranjos nucleares em início da transição (n= 11 e 12 anos); GNF = Grupo de crianças de arranjos nucleares no final da transição (n=13 e 14 anos); GMI = Grupo de crianças de arranjos monoparentais em início da transição (n=11 e 12 anos) e Grupo de crianças de arranjos monoparentais no final da transição (n=13 e 14 anos)

APÊNDICE I

EXPECTATIVAS SOBRE A FAMÍLIA FUTURA

Iniciais: _____ Idade: _____ Grupo do Participante: _____

Tipo de arranjo: _____

EXPECTATIVAS ACERCA DA MINHA FAMÍLIA DO FUTURO

Como será minha futura família?

Legenda: GNI, GNF, GMI, GMF, onde: GNI = Grupo de crianças de arranjos nucleares em início da transição (n= 11 e 12 anos); GNF = Grupo de crianças de arranjos nucleares no final da transição (n=13 e 14 anos); GMI = Grupo de crianças de arranjos monoparentais em início da transição (n=11 e 12 anos) e Grupo de crianças de arranjos monoparentais no final da transição (n=13 e 14 anos)

APÊNDICE J

TABELA 18: PERCEPÇÃO ACERCA DOS ARRANJOS NUCLEARES: ATRIBUTOS POSITIVOS. FEIRA DE SANTANA-BA, 2019.

CATEGORIAS	GRUPOS												
FAMÍLIA NUCLEAR	Nucleares						Monoparentais						
	GNI		GNF		Subtotal		GMI		GMF		Subtotal		F. Total
I ATRIBUTOS POSITIVOS	f	%	f	%	F	%	f	%	f	%	f	%	F
1- Categoria Família Perfeita													
a) Melhor família/ melhor ambiente	03	23,07	02	15,38	05	38,45	01	7,69	01	7,69	02	15,38	07
b) Boa/ muito boa/ legal/ muito legal	-	-	03	23,07	03	23,07	03	23,07	-	-	03	23,07	06
2- Categoria Família Feliz													
a) Mais feliz que as outras	-	-	01	33,33	01	33,33	-	-	-	-	-	-	01
b) Feliz como as outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Feliz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Divertida/ Interessante	-	-	01	33,33	01	33,33	01	33,33	-	-	01	33,33	02
e) Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Categoria Completude													
a) A mais completa	01	20,00	-	-	01	20,00	03	60,00	-	-	03	60,00	04
b) Nunca acaba	01	20,00	-	-	01	20,00	-	-	-	-	-	-	01
4- Categoria Família Harmônica													
a) Unida	01	50,00	01	50,00	02	100,0	-	-	-	-	-	-	02
5- Categoria Rede Social de Apoio													
a) Família que depende uns dos outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Família que ajuda a quem precisa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota: Um mesmo participante pode ter mencionado mais de uma categoria ao responder uma única questão.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE K

TABELA 19: PERCEPÇÃO ACERCA DOS ARRANJOS NUCLEARES: ATRIBUTOS NEUTROS. FEIRA DE SANTANA-BA, 2019.

CATEGORIAS	GRUPOS												
FAMÍLIA NUCLEAR	Nucleares						Monoparentais						
	GNI		GNF		Subtotal		GMI		GMF		Subtotal		F. Total
I ATRIBUTOS NEUTROS	F	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	F
1. Categoria Família Tradicional													
a) Padrão	-	-	04	40,00	04	40,00	-	-	01	10,00	01	10,00	05
b) Tradicional	-	-	03	30,00	03	30,00	01	10,00	-	-	01	10,00	04
c) É a forma correta/ é o certo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
d) Padrão de Deus	-	-	01	10,00	01	10,00	-	-	-	-	-	-	01
2- Categoria Família Normal													
a) Normal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Igual às outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Categoria descrição pela composição e tamanho													
a) Identificação dos componentes da família	03	50,00	01	16,66	04	66,66	01	16,66	01	16,66	02	33,33	06
b) Grande/ muitas pessoas/ diversos parentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Pequena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota: Um mesmo participante pode ter mencionado mais de uma categoria ao responder uma única questão.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE L

TABELA 20: PERCEPÇÃO ACERCA DOS ARRANJOS NUCLEARES: ATRIBUTOS NEGATIVOS. FEIRA DE SANTANA-BA, 2019.

CATEGORIAS	GRUPOS												
FAMÍLIA NUCLEAR	Nucleares						Monoparentais						
	GNI		GNF		Subtotal		GMI		GMF		Subtotal		F. Total
I ATRIBUTOS NEGATIVOS	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	F
1.Categoria Família Ultrapassada/ estranha													
a) Antiga	-	-	-	-	-	-	-	-	01	100,0	-	-	01
b) Estranha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Categoria Família ‘Não perfeita’													
a) Não muito boa/ não é legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Ruim/ péssima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Injusta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Errada/ não deu certo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Categoria Família Infeliz													
a) Infeliz/ triste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4. Categoria Família Incompleta													
a) Incompleta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Falta o pai	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Família que perdeu alguém	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Categoria Família Não Harmônica													
a) Difícil/ complicada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Causa conflitos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Em relação aos filhos-Filhos isolados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Em relação a todos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota: Um mesmo participante pode ter mencionado mais de uma categoria ao responder uma única questão.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE M

TABELA 21: PERCEPÇÃO ACERCA DOS ARRANJOS MONOPARENTAIS: ATRIBUTOS POSITIVOS. FEIRA DE SANTANA-BA, 2019.

CATEGORIAS	GRUPOS												
	Nucleares						Monoparentais						
	GNI		GNF		Subtotal		GMI		GMF		Subtotal		F. Total
I ATRIBUTOS POSITIVOS	F	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	F
1. Categoria Família Perfeita													
a) Melhor família/ melhor ambiente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Boa/ muito boa/ legal/ muito legal	01	50,00	-	-	01	50,00	01	50,00	-	-	01	50,00	02
2- Categoria Família Feliz													
a) Mais feliz que as outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Feliz como as outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Feliz	-	-	-	-	-	-	02	100,0	-	-	02	100,0	02
d) Divertida/ Interessante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
e) Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Categoria Completude													
a) A mais completa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Nunca acaba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4- Categoria Família Harmônica													
a) Unida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5- Categoria Rede Social de Apoio													
a) Família que depende uns dos outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Família que ajuda a quem precisa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota: Um mesmo participante pode ter mencionado mais de uma categoria ao responder uma única questão.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE N

TABELA 22: PERCEPÇÃO ACERCA DOS ARRANJOS MONOPARENTAIS: ATRIBUTOS NEUTROS. FEIRA DE SANTANA-BA, 2019.

CATEGORIAS	GRUPOS												
FAMÍLIA MONOPARENTAL	Nucleares						Monoparentais						
	GNI		GNF		Subtotal		GMI		GMF		Subtotal		F. Total
I ATRIBUTOS NEUTROS	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	F
1. Categoria Família Tradicional													
a) Padrão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Tradicional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
c) É a forma correta/ é o certo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Padrão de Deus	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2- Categoria Família Normal													
a) Normal	-	-	-	-	-	-	01	100,0	-	-	01	100,0	01
b) Igual às outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Categoria descrição pela composição e tamanho													
a) Identificação dos componentes da família	04	57,14	01	14,28	05	71,42	01	14,28	01	14,28	02	28,57	07
b) Grande/ muitas pessoas/ diversos parentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Pequena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota: Um mesmo participante pode ter mencionado mais de uma categoria ao responder uma única questão.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE O

TABELA 23: PERCEPÇÃO ACERCA DOS ARRANJOS MONOPARENTAIS: ATRIBUTOS NEGATIVOS. FEIRA DE SANTANA-BA, 2019.

CATEGORIAS	GRUPOS												
FAMÍLIA MONOPARENTAL	Nucleares						Monoparentais						
	GNI		GNF		Subtotal		GMI		GMF		Subtotal		F. Total
I ATRIBUTOS NEGATIVOS	F	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	F
1. Categoria Família Ultrapassada/ estranha													
a) Antiga	-	-	-	-	-	-	-	-	01	100,0	01	100,0	01
b) Estranha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Categoria Família ‘Não perfeita’													
a) Não muito boa/ não é legal	01	8,33	06	50,00	07	58,33	01	8,33	-	-	01	8,33	08
b) Ruim/ péssima	-	-	02	16,66	02	16,66	01	8,33	-	-	01	8,33	03
c) Injusta	-	-	-	-	-	-	01	8,33	-	-	01	8,33	01
d) Errada/ não deu certo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Categoria Família Infeliz													
a) Infeliz/ triste	-	-	02	100,0	02	100,0	-	-	-	-	-	-	02
4. Categoria Família Incompleta													
a) Incompleta	01	9,09	-	-	01	9,09	-	-	-	-	-	-	01
b) Falta o pai	-	-	01	9,09	01	9,09	01	9,09	01	9,09	02	18,18	03
c) Família que perdeu alguém	01	9,09	04	36,36	05	45,45	-	-	02	18,18	02	18,18	07
5. Categoria Família Não Harmônica													
a) Difícil/ complicada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Causa conflitos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Em relação aos filhos-Filhos isolados	01	25,00	02	50,00	03	75,00	-	-	-	-	-	-	03
d) Em relação a todos	-	-	-	-	-	-	01	25,00	-	-	01	25,00	01

Nota: Um mesmo participante pode ter mencionado mais de uma categoria ao responder uma única questão.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE P

TABELA 24: PERCEPÇÃO ACERCA DAS FAMÍLIAS RECASADAS: ATRIBUTOS POSITIVOS. FEIRA DE SANTANA-BA, 2019.

CATEGORIAS	GRUPOS												
FAMÍLIA RECASADA	Nucleares						Monoparentais						
	GNI		GNF		Subtotal		GMI		GMF		Subtotal		F. Total
I ATRIBUTOS POSITIVOS	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	F
1. Categoria Família Perfeita													
a) Melhor família/ melhor ambiente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Boa/ muito boa/ legal/ muito legal	-	-	-	-	-	-	01	100,0	-	-	01	100,0	01
2- Categoria Família Feliz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
a) Mais feliz que as outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Feliz como as outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Feliz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Divertida/ Interessante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
e) Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Categoria Completude													
a) A mais completa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Nunca acaba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4- Categoria Família Harmônica													
a) Unida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5- Categoria Rede Social de Apoio													
a) Família que depende uns dos outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Família que ajuda a quem precisa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota: Um mesmo participante pode ter mencionado mais de uma categoria ao responder uma única questão.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE Q

TABELA 25: PERCEPÇÃO ACERCA DAS FAMÍLIAS RECASADAS: ATRIBUTOS NEUTROS. FEIRA DE SANTANA-BA, 2019.

CATEGORIAS	GRUPOS												
FAMÍLIA RECASADA	Nucleares						Monoparentais						
	GNI		GNF		Subtotal		GMI		GMF		Subtotal		F. Total
I ATRIBUTOS NEUTROS	F	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	F
1. Categoria Família Tradicional													
a) Padrão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Tradicional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
c) É a forma correta/ é o certo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Padrão de Deus	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2- Categoria Família Normal													
a) Normal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Igual às outras	-	-	-	-	-	-	-	-	01	100,0	01	100,0	01
3- Categoria descrição pela composição e tamanho													
a) Identificação dos componentes da família	04	57,14	01	14,28	05	71,42	01	14,28	01	14,28	02	28,56	07
b) Grande/ muitas pessoas/ diversos parentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Pequena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota: Um mesmo participante pode ter mencionado mais de uma categoria ao responder uma única questão.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE R

TABELA 26: PERCEPÇÃO ACERCA DAS FAMÍLIAS RECASADAS: ATRIBUTOS NEGATIVOS. FEIRA DE SANTANA-BA, 2019.

CATEGORIAS	GRUPOS												
FAMÍLIA RECASADA	Nucleares						Monoparentais						
	GNI		GNF		Subtotal		GMI		GMF		Subtotal		F. Total
I ATRIBUTOS NEGATIVOS	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	F
1. Categoria Família Ultrapassada/ estranha													
a) Antiga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Estranha	-	-	-	-	-	-	02	100,0	-	-	02	100,0	02
2. Categoria Família ‘Não perfeita’													
a) Não muito boa/ não é legal	01	6,66	04	26,66	05	33,33	-	-	-	-	-	-	05
b) Ruim/ péssima	02	13,33	03	20,00	05	33,33	03	20,00	-	-	03	20,00	08
c) Injusta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Errada/ não deu certo	01	6,66	01	6,66	02	13,33	-	-	-	-	-	-	02
3. Categoria Família Infeliz													
a) Infeliz/ triste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4. Categoria Família Incompleta													
a) Incompleta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Falta o pai	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Família que perdeu alguém	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Categoria Família Não Harmônica													
a) Difícil/ complicada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Causa conflitos	-	-	02	18,18	02	18,18	-	-	-	-	-	-	02
c) Em relação aos filhos-Filhos isolados	01	9,09	03	27,27	04	36,36	03	27,27	02	18,18	05	45,45	09
d) Em relação a todos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota: Um mesmo participante pode ter mencionado mais de uma categoria ao responder uma única questão.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE S

TABELA 27: PERCEPÇÃO ACERCA DAS FAMÍLIAS EXTENSAS: ATRIBUTOS POSITIVOS. FEIRA DE SANTANA-BA, 2019.

CATEGORIAS	GRUPOS												
FAMÍLIA EXTENSA	Nucleares						Monoparentais						
	GNI		GNF		Subtotal		GMI		GMF		Subtotal		F. Total
I ATRIBUTOS POSITIVOS	F	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	F
1. Categoria Família Perfeita													
a) Melhor família/ melhor ambiente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Boa/ muito boa/ legal/ muito legal	03	20,00	05	33,33	08	53,33	06	40,00	01	6,66	07	46,66	15
2- Categoria Família Feliz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
a) Mais feliz que as outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Feliz como as outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Feliz	-	-	03	37,50	03	37,50	01	12,50	01	12,50	02	25,00	05
d) Divertida/ Interessante	-	-	01	12,50	01	12,50	02	25,00	-	-	02	25,00	03
e) Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Categoria Completude													
a) A mais completa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Nunca acaba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4- Categoria Família Harmônica													
a) Unida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5- Categoria Rede Social de Apoio													
a) Família que depende uns dos outros	01	33,33	01	33,33	02	66,66	-	-	-	-	-	-	02
b) Família que ajuda a quem precisa	01	33,33	-	-	01	33,33	-	-	-	-	-	-	01

Nota: Um mesmo participante pode ter mencionado mais de uma categoria ao responder uma única questão.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE T

TABELA 28: PERCEPÇÃO ACERCA DAS FAMÍLIAS EXTENSAS: ATRIBUTOS NEUTROS. FEIRA DE SANTANA-BA, 2019.

CATEGORIAS	GRUPOS												
FAMÍLIA EXTENSA	Nucleares						Monoparentais						
	GNI		GNF		Subtotal		GMI		GMF		Subtotal		F. Total
I ATRIBUTOS NEUTROS	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	F
1. Categoria Família Tradicional													
a) Padrão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Tradicional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
c) É a forma correta/ é o certo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Padrão de Deus	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2- Categoria Família Normal													
a) Normal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Igual às outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Categoria descrição pela composição e tamanho													
a) Identificação dos componentes da família	03	25,00	02	16,66	05	41,66	01	8,33	01	8,33	02	16,66	07
b) Grande/ muitas pessoas/ diversos parentes	-	-	04	33,33	04	33,33	01	8,33	-	-	01	8,33	05
c) Pequena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota: Um mesmo participante pode ter mencionado mais de uma categoria ao responder uma única questão.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE U

TABELA 29: PERCEPÇÃO ACERCA DAS FAMÍLIAS EXTENSAS: ATRIBUTOS NEGATIVOS. FEIRA DE SANTANA-BA, 2019.

CATEGORIAS	GRUPOS												
FAMÍLIA EXTENSA	Nucleares						Monoparentais						
	GNI		GNF		Subtotal		GMI		GMF		Subtotal		F. Total
I ATRIBUTOS NEGATIVOS	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	F
1. Categoria Família Ultrapassada/ estranha													
a) Antiga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Estranha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Categoria Família ‘Não perfeita’													
a) Não muito boa/ não é legal	01	33,33	01	33,33	02	66,66	-	-	-	-	-	-	02
b) Ruim/ péssima	-	-	01	33,33	01	33,33	-	-	-	-	-	-	01
c) Injusta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Errada/ não deu certo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Categoria Família Infeliz													
a) Infeliz/ triste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4. Categoria Família Incompleta													
a) Incompleta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Falta o pai	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Família que perdeu alguém	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Categoria Família Não Harmônica													
a) Difícil/ complicada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Causa conflitos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Em relação aos filhos-Filhos isolados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Em relação a todos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota: Um mesmo participante pode ter mencionado mais de uma categoria ao responder uma única questão.

Fonte: Elaboração própria.